



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – Ufersa
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE – IFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – POSENSINO
Mestrado Acadêmico em Ensino
Área de Concentração: Ensino na escola pública

FRANCISCO MAILSON DE LIMA CAVALCANTE

**PONTO DE VISTA E VOZ AUTORAL EM REDAÇÕES NOTA MIL DO EXAME
NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM TEXTUAL**

MOSSORÓ/RN
2024

FRANCISCO MAILSON DE LIMA CAVALCANTE

**PONTO DE VISTA E VOZ AUTORAL EM REDAÇÕES NOTA MIL DO EXAME
NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM TEXTUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO, da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Ensino na escola pública.

Linha de Pesquisa: Ensino de Línguas e Artes.

Orientador: Dr. Ananias Agostinho da Silva.

FICHA CATALOGRÁFICA

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

CC377 Cavalcante, Francisco Mailson de Lima.
p Ponto de vista e voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio: uma abordagem textual / Francisco Mailson de Lima Cavalcante. - 2024.
139 f. : il.

Orientador: Ananias Agostinho da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO), 2024.

1. Ponto de vista. 2. Voz autoral. 3. Redações nota mil do Enem. 4. Posturas enunciativas. I. Silva, Ananias Agostinho da, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

FRANCISCO MAILSON DE LIMA CAVALCANTE

**PONTO DE VISTA E VOZ AUTORAL EM REDAÇÕES NOTA MIL DO EXAME
NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM TEXTUAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO, da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Ensino na escola pública.

Linha de Pesquisa: Ensino de Línguas e Artes.

Orientador: Dr. Ananias Agostinho da Silva.

Dissertação de Mestrado apresentada e aprovada em 27 de março de 2024, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ananias Agostinho da Silva – Presidente
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Profº. Dr. Mário Gleisse das Chagas Martins – Examinador Interno
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA



Profª. Drª. Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto – Examinadora Externa
Universidade Nova de Lisboa – NOVA

Prof. Dr. Samuel de Carvalho Lima – Examinador Interno (Suplente)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

Profª. Drª. Alena Ciulla – Examinadora Externa (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Dedico esta dissertação à minha mãe, minha rainha, porque sua presença, orientação e força moldaram o homem que hoje sou. Sem você muitos dos meus sonhos não se realizariam.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder forças, sabedoria, saúde, maturidade e muita resiliência no decorrer de minha trajetória acadêmica. Seu apoio foi indispensável para que eu conseguisse chegar até aqui. A ele toda a minha gratidão.

À minha mãe, Salete, que sozinha me mostrou os melhores caminhos, por ter me dado todo o suporte durante toda a minha vida, precisando fazer inúmeros sacrifícios para me tornar o homem que sou hoje. Além disso, por ter me suportado nos momentos mais angustiantes desse período. Mãe, você é um exemplo de mulher, de mãe, de determinação e de amor.

Aos meus irmãos, Mara, Marcos e Marcicleide (que cedo partiu, mas que cuidou e cuida de mim), por toda a parceria e apoio familiar.

Aos meus sobrinhos, Maurício e Vinícius, duas das minhas razões para seguir em frente.

À minha cunhada, Juliana, por toda a admiração recíproca e impulso.

À minha avó, Severina, por ser força, carinho e afeto na minha vida.

Ao Billy e ao Scooby, meus doguinhos, que me deram amizade e amor sincero nos instantes mais felizes e nos momentos mais difíceis.

Ao meu querido orientador e amigo, Dr. Ananias Agostinho da Silva, por ser exemplo de ser humano, profissional e mestre, por quem tenho grande admiração. Obrigado pelo direcionamento acadêmico-profissional e pelas oportunidades, mas, principalmente, por ter acreditado no meu potencial e contribuído para o meu amadurecimento enquanto professor e pesquisador.

Aos meus queridos Elaine Cristina Forte Ferreira e Vicente de Lima Neto, por tanta contribuição, cuidado, carinho e incentivo. Orientadores da graduação, amigos e duas das minhas grandes referências. Serei sempre grato por tudo, vocês sabem.

Ao professor Cid Ivan da Costa Carvalho, pelas experiências compartilhadas, por ter propiciado a minha primeira bolsa na graduação e, também, o meu primeiro contato com a extensão. Gratidão!

Ao querido Dr. Mário Gleisse das Chagas Martins, a quem agradeço não apenas por ter aceitado o convite em participar da minha banca examinadora desta dissertação e pela leitura atenta, mas, também, por ter acompanhado minha trajetória na graduação e por ter sido um dos meus sábios professores.

À Dra. Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto, por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora, pela leitura cuidadosa e, principalmente, pelas sugestões valiosas, que contribuíram para a qualidade do trabalho.

À Fernanda e Maria Alice, pela forte parceria na graduação e no mestrado. Tenho orgulho de ter dividido esse percurso de sete anos com vocês; afinal, quando os momentos são divididos com os amigos, o trajeto se torna mais leve. Obrigado, minhas amigas.

À Erica, Renata e Verônica, pelos momentos de apoio, ajuda e alegria, que sempre marcaram a nossa amizade. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, compartilhando tanto os triunfos quanto as adversidades.

Ao Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (Gpelt), grupo de pesquisa a que pertenço, por tantos momentos ricos de formação, capacitação e aprendizados ricos.

À Gabrielly Thiciane, por ter sido a principal parceria formada dentro do Gpelt. Obrigado pela amizade construída no mestrado, Gabi!

Aos membros do Gpelt, pelas oportunidades vivenciadas e partilhadas.

À Lorena, Flaviana e Edilson, pela amizade consolidada no ambiente de trabalho.

À Senilde, pela conexão genuína e pela admiração recíproca.

Ao corpo docente da graduação em Letras-Português da Ufersa, sobretudo, os professores da primeira turma do curso, a turma 2017.1: Luciana Mafra, Cibele Naidhig, Pedro Fernandes, Liebert Muniz, Fernando Cordeiro, Cícera Antoniele, Leonildo Cerqueira, Francisco Vieira e Simone Rocha (além dos anteriormente já citados), pela excelência no ensino e por todos os momentos de aprendizado.

À Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), instituição pública em que me formei como professor de Língua Portuguesa e mestre em Ensino de Línguas.

Ao quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO/Ufersa, Uern e IFRN), pelas contribuições valiosas para o meu eu mestre.

Aos meus professores da Educação Básica, pelos ensinamentos e esforços. Esses que me fizeram escolher a profissão que exerço com tanto orgulho.

Aos meus amigos, amigas e familiares que, em algum momento, deram uma palavra de apoio e contribuíram de forma direta ou indireta com o Mailson professor-pesquisador.

Obrigado!

“O erro, na verdade, não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele”.

(Freire, 1996, p. 9)

RESUMO

Objetivamos, com esta dissertação, investigar o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021. Neste estudo, adotamos como vertente teórica fundamental a Linguística Textual, em interface com a Linguística da Enunciação. Logo, o aporte teórico fundamental desta pesquisa está centrado nos estudos da análise textual dos discursos (Adam, 2008; 2011) e na abordagem enunciativa e interacionista da narrativa (Rabatel, 2016). No que se refere à caracterização da pesquisa, o estudo é de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo de enfoque descritivo-exploratório-interpretativista, que tem como procedimento o método documental. Com efeito, a pesquisa tem como *corpus* de análise sete redações nota mil do Enem presentes na cartilha do participante da edição de 2022, e o protocolo de análise está organizado em quatro momentos: levantamento do *corpus*, leitura prévia do *corpus* e definição de categorias de análise, codificação das redações e análise e interpretação dos dados, respectivamente. Os resultados demonstram que, nas redações nota mil do Enem, os participantes gerenciam pontos de vista de outros enunciadores para que as suas teses (os seus próprios pontos de vista) sejam validadas. Com efeito, tais pontos de vista possuem um funcionamento argumentativo específico e são mobilizados na tomada de posturas enunciativas, sendo a coenunciação a postura predominante. Esse processo de escolhas textuais implica na construção da voz autoral – requisito exigido pelo exame na construção do texto – através da apreensão dos diferentes pontos de vista, do distanciamento, do ato de evitar mesmice e do controle do texto.

Palavras-chave: Ponto de vista. Voz autoral. Redações nota mil do Enem. Posturas enunciativas.

ABSTRACT

With this dissertation, our aim is to investigate the textual functioning from the point of view and the necessary inscription of an authorial voice in essays scoring a thousand points in the National High School Exam - 2021 edition. In this study, we adopt Textual Linguistics as the fundamental theoretical perspective, in interface with Enunciative Linguistics. Thus, the fundamental theoretical contribution of this research is centered on the studies of textual discourse analysis (Adam, 2008; 2011) and the enunciative and interactionist approach to narrative (Rabatel, 2016). Regarding the characterization of the research, the study is qualitative, of an applied nature, with a descriptive-exploratory-interpretative focus objective, employing the documentary method as its procedure. Indeed, the research corpus consists of seven essays scoring a thousand points from the Enem present in the participant's booklet of the 2022 edition, and the analysis protocol is organized into four moments: corpus collection, preliminary reading of the corpus and definition of analysis categories, codification of essays, and data analysis and interpretation, respectively. The results demonstrate that, in the essays scoring a thousand points in the Enem, participants manage the viewpoints of other enunciators so that their theses (their own points of view) are validated. Indeed, such viewpoints have a specific argumentative functioning and are mobilized in the taking of enunciative stances, with co-enunciation being the predominant posture. This process of textual choices implies in the construction of the authorial voice - a requirement demanded by the exam in the construction of the text - through the apprehension of different points of view, distancing, the act of avoiding repetition, and text control.

Keywords: Point of view. Authorial voice. Enem essays scoring a thousand points. Enunciative stances.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética e Cidadania

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

e2 – enunciador secundário/segundo

e3 – enunciador terceiro

e4 – enunciador quarto

e5 – enunciador quinto

e6 – enunciador

e7 – enunciador sétimo

e8 – enunciador oitavo

e9 – enunciador nono

e10 – enunciador décimo

e11 – enunciador décimo primeiro

e12 – enunciador décimo segundo

Gpelt – Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto

Fies – Fundo de Financiamento Estudantil

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

L1/E1 – Locutor enunciador primeiro

l2/e2 – Locutor enunciador segundo

l3/e3 – Locutor enunciador terceiro

l4/e2 – Locutor enunciador quarto

l5/e5 – Locutor enunciador quinto

l6/e6 – Locutor enunciador sexto

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDV – Ponto de vista

Posensino – Programa de Pós-Graduação em Ensino

Prouni – Programa Universidade para Todos

Uern – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Ufersa – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

RE – Responsabilidade Enunciativa

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ponto de vista	28
Figura 2: Nota do Enem.....	51
Figura 3: Enunciado da proposta de redação	59
Figura 4: Meme – escrita do Enem.....	62
Figura 5: Competências avaliativas da redação do Enem	63
Figura 6: Níveis e pontuações	64
Figura 7: Competência I	67
Figura 8: Competência II	70
Figura 9: Competência III.....	73
Figura 10: Competência IV	75
Figura 11: Competência V.....	77
Figura 12: Mapa síntese das competências.....	77
Figura 13: Meme – prova de redação	78
Figura 14: Pesquisa por “modelo coringa”	86
Figura 15: Pesquisa por “modelo coringa” 2	86
Figura 16: Pesquisa por “modelo coringa” 3	86
Figura 17: Caracterização da pesquisa	90
Figura 18: Proposta de redação do Enem – edição 2021.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplo 01.....	33
Quadro 2: Exemplo 02.....	37
Quadro 3: Exemplo 03.....	38
Quadro 4: Exemplo 04.....	39
Quadro 5: Exemplo 05.....	40
Quadro 6: Exemplo 06.....	41
Quadro 7: Exemplo 07.....	41
Quadro 8: Grau de responsabilidade enunciativa: categorias e marcas linguísticas	43
Quadro 9: Temas das edições do Enem.....	56
Quadro 10: Exemplo 8 – Traços de incitação à ação na redação nota mil do Enem.....	61
Quadro 11: Exemplo 9 – Imbricamento de sequências textuais na redação nota mil do Enem	61
Quadro 12: Categorias para a análise do <i>corpus</i>	95
Quadro 13: Codificação dos textos.....	96
Quadro 14: Texto 01.....	99
Quadro 15: Pontos de vista inscritos no texto 01	100
Quadro 16: Texto 02.....	101
Quadro 17: Pontos de vista inscritos no texto 02	102
Quadro 18: Texto 03.....	103
Quadro 19: Pontos de vista inscritos no texto 03	104
Quadro 20: Texto 04.....	105
Quadro 21: Pontos de vista inscritos no texto 04	106
Quadro 22: Texto 05.....	107
Quadro 23: Pontos de vista inscritos no texto 05	108
Quadro 24: Texto 06.....	109
Quadro 25: Pontos de vista inscritos no texto 06	110
Quadro 26: Texto 07.....	111
Quadro 27: Pontos de vista inscritos no texto 07	111
Quadro 28: Exemplo 10.....	113
Quadro 29: Mapeamento geral de enunciadores que possuem PDV inscritos no <i>corpus</i>	114
Quadro 30: Resgate de Pontos de vista inscritos no texto 03.....	117
Quadro 31: Exemplo 11.....	118
Quadro 32: Diversidade de formas de expressão na redação nota mil codificada como “texto 04”	120
Quadro 33: Exemplo 12.....	120
Quadro 34: Exemplo 13 –Ponto de vista e controle do texto	121
Quadro 35: Pontos de vista e posturas enunciativas	123
Quadro 36: Exemplo 14.....	124
Quadro 37: Exemplo 15.....	124
Quadro 38: Exemplo 16.....	125
Quadro 39: Exemplos 17, 18 e 19 – Subenunciação	126
Quadro 40: Exemplo 20 – Super-enunciação	127

SUMÁRIO¹

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
1.1 O CENÁRIO DA PESQUISA	15
1.2 A RELEVÂNCIA, AS QUESTÕES GERADORAS E OS OBJETIVOS DA PESQUISA	22
1.3 DO INTERESSE PELA PESQUISA	23
1.4 A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DA DISSERTAÇÃO	24
2 PONTO DE VISTA, ARGUMENTAÇÃO E AUTORIA: CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS	27
2.1 A ABORDAGEM ENUNCIATIVA E INTERACIONISTA DO PONTO DE VISTA	28
2.1.1 Locutor, enunciador e polifonia	28
2.1.2 Ponto de vista	33
2.1.3 Modalidades do ponto de vista: representação, narração e asserção	36
2.1.4 Posturas enunciativas: a posição do narrador	39
2.1.5 Categorias e marcas linguísticas de responsabilidade enunciativa	41
2.2 DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: A LINGUÍSTICA TEXTUAL E OS CONCEITOS DE PONTO DE VISTA, ARGUMENTAÇÃO E AUTORIA	44
3 A REDAÇÃO DO ENEM: UM GÊNERO DO DISCURSO	50
3.1 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO: BREVE HISTÓRICO	50
3.2 REDAÇÃO DO ENEM COMO GÊNERO DO DISCURSO: CARACTERIZAÇÃO	53
3.3 AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM: A MATRIZ DE REFERÊNCIA E O PROCESSO DE CORREÇÃO	61
3.3.1 O processo de correção: os corretores, as notas e as situações que anulam o texto	62
3.3.2 A matriz de referência da redação do Enem: um detalhamento das competências	64
3.4 REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE REDAÇÃO DO ENEM	77
3.4.1 O que dizem os documentos oficiais da Educação Básica acerca do ensino de redação do Enem?	78
3.4.1.1 Base Nacional Comum Curricular	80
3.4.1.2 Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar	82
3.4.2 Gênero redação do Enem: modelos prototípicos e modelos coringas	84
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	87
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	87
4.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO: DA CARTILHA ÀS REDAÇÕES	90
4.3 PROTOCOLO DE ANÁLISE DE DADOS	92
5 ANÁLISE DE REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM	96
5.1 IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PONTOS DE VISTA	98
5.2 PONTO DE VISTA E VOZ AUTURAL	115
5.3 POSTURAS ENUNCIATIVAS E FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO	121
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131

¹ Sumário elaborado de acordo com o Guia de normalização do IFRN.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação de mestrado, sob perspectiva textual, evidencia o tratamento dos conceitos de *ponto de vista* e *voz autoral* no gênero redação do Enem. Este capítulo introdutório apresenta o cenário da pesquisa, o interesse do pesquisador pelo objeto, a relevância da investigação para a área dos estudos linguísticos e para o ensino na escola pública, as questões que nela são problematizadas, os objetivos de análise e a organização retórica da dissertação.

1.1 O CENÁRIO DA PESQUISA

No cenário atual, estudiosos da Linguística de Texto têm se dedicado cada vez mais ao exame minucioso de particularidades e regularidades de textos pertencentes a diversos gêneros do discurso escritos e orais, de natureza multimodal. Considerando a plasticidade dos gêneros e os propósitos a que servem nas mais diversas situações comunicativas, o estudo de textos variados tem ampliado a compreensão acerca da composicionalidade e do funcionamento desse objeto nas inúmeras práticas sociais do cotidiano. Assim, tem sido relevante buscar entender como os sujeitos selecionam os gêneros do discurso e agem por meio deles, considerando o contexto e a finalidade que se pretende alcançar em uma determinada prática de linguagem.

No Brasil, também na escola, gêneros do discurso têm sido muito frequentemente tomados como objetos de ensino e aprendizagem nas aulas de Língua Portuguesa nas mais diversas modalidades e etapas de ensino, conforme orientação, inclusive, de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois a escola busca, sobretudo, preparar o aluno para a atuação social, o que dialoga com a preocupação de Bronckart (1999), ao perceber a importância da linguagem para a formação do sujeito enquanto ser social e da apropriação de variados gêneros do discurso como aspecto indispensável para que isso aconteça. No Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, um dos gêneros escritos que tem sido foco das aulas de Língua Portuguesa é a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (doravante Enem), objeto de análise da presente pesquisa.

O Enem é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil, desde 1998, quando foi criado com o objetivo de avaliar a qualidade do Ensino Médio ofertado no país. Nos dias atuais, esse exame possui um valor social ainda mais significativo, já que, além de atuar

como uma espécie de baliza para avaliar a aprendizagem dos estudantes concluintes do Ensino Médio, é o principal mecanismo de ingresso às universidades públicas brasileiras².

Atualmente, o exame se constitui de cinco avaliações, divididas em conformidade com as grandes áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias (todas essas provas objetivas) e, ainda, a prova de redação (prova discursiva). O Enem é um exame aplicado em larga escala, realizado em dois domingos consecutivos: no primeiro dia (com duração de 5 horas e 30 minutos), as provas de redação, Linguagens e Ciências Humanas são realizadas; no segundo dia (com 4 horas e 30 minutos de duração), o participante faz a prova de Matemática e de Ciências da Natureza.

Na prova de redação, o participante deve realizar uma produção textual escrita do gênero do discurso conhecido por “redação do Enem”, uma variação da clássica redação escolar (Franchi, 2002). O texto deve versar a respeito do tema proposto pelo exame e ser desenvolvido em modalidade escrita padrão da língua portuguesa. Em função do contexto de produção do gênero, em torno dele circula uma grande pressão posta pela sociedade e pelas instituições de ensino, tornando-o objeto de preocupação de professores, alunos e pesquisadores da sociedade em geral. Por isso, a redação do Enem é um gênero muito frequentemente trabalhado nas escolas brasileiras, especialmente durante as últimas séries do Ensino Médio, visando à preparação dos estudantes para o contexto de situação da avaliação.

O gênero do discurso em questão é escrito em prosa e consiste em um texto dissertativo-argumentativo (Brasil, 2022) acerca de um tema de ordem social, política, científica ou cultural. Para realizar a produção textual, o participante deve posicionar-se a fim de “defender um ponto de vista – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiado em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual” (Brasil, 2022, p. 4). Quanto à organização estrutural, o que difere, de forma direta, a redação do Enem de demais produções textuais dissertativo-argumentativas é a necessária presença de uma proposta de intervenção para o problema que está em debate, respeitando os direitos humanos.

Dada a relevância social do gênero, várias outras pesquisas científicas tiveram como objeto de estudo a redação do Enem. Os estudos de Vicentini (2015), Pinho (2016), Rodrigues (2017), Moraes (2018), Oliveira (2019), Silva (2020) e Carneiro (2021) são exemplos de

²A nota obtida pelo participante do Enem também possibilita que ele seja beneficiado através do Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes que visam ingressar em um curso de graduação de instituições privadas de educação superior. Além disso, também é um mecanismo para ingresso em universidades estrangeiras, como a Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Porto, localizadas em Portugal.

pesquisas dessa natureza. Essas investigações contribuíram de formas distintas para a formulação da percepção de redação do Enem que temos atualmente, afinal, é importante conhecer o que se compreende e o que se fala dessa produção escrita, até mesmo para identificarmos quais as possíveis lacunas existentes no próprio exame.

Nessa linha, realizamos um levantamento de trabalhos sobre a temática, que foi dado através dos descritores de busca “redação do Enem”, “texto do Enem”, “escrita no Enem” e “argumentação na redação do Enem”³. Assim, acreditamos que os três descritores selecionados já cumpriam com o propósito de realizar tal mapeamento. A partir disso, tornou-se possível organizar um estado do conhecimento⁴ (Morosini; Fernandes, 2014), já que realizamos reflexões e sínteses sobre a produção científica em torno da redação do Enem a partir da identificação, registro e categorização dos dados, objetivando perceber o que já se disse sobre o gênero do discurso que é objeto de estudo dessa dissertação de mestrado. A busca foi efetuada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, de 29 de junho a 21 de julho do ano de 2022, sendo que uma nova verificação foi realizada no dia 15 de janeiro de 2023. Porém, mantivemos aqueles que foram encontrados na primeira busca, dado que novas produções que atingissem os nossos critérios não foram encontradas.

Para construirmos o estado do conhecimento, consultamos pesquisas desenvolvidas nos últimos dez anos (2013 – 2022), apresentadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado, objetivando situar o nicho de pesquisa da nossa investigação. Dessa forma, os trabalhos refletem sobre aspectos diversos atinentes ao gênero redação do Enem. Essa seleção se dá, primordialmente, porque “gênero” é uma categoria de análise da Linguística Textual. Com efeito, são investigações que tratam da caracterização, dos constrangimentos composicionais e estilísticos do gênero e/ou de implicações pedagógicas para o ensino de português. Relativamente aos procedimentos metodológicos utilizados por esses trabalhos, todos assumem uma abordagem qualitativa e métodos distintos são usados pelos autores, como estudo de campo, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Sobre a coleta de dados, de forma geral, esses estudos tomaram como *corpus* redações do Enem avaliadas com pontuações distintas, inclusive, redações nota mil, coleções didáticas, cartilhas do participante de variadas edições e entrevistas com alunos do Ensino Médio.

³ Outros descritores como “texto do Enem” e “prova discursiva do Enem” foram utilizados no processo de busca e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES não apresentava resultados.

⁴ O detalhamento do estado do conhecimento em questão foi publicado na edição v. 23, n. 2 (2023), da revista *Eid&a*, em 20 de outubro de 2023. O artigo está disponível no link: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3645>.

Dos vinte trabalhos encontrados que compõem o estado do conhecimento, observamos que os de autoria de Oliveira (2016), Pinho (2016), Lima (2017), Melati (2017), Parreira (2017), Silva (2017), Moraes (2018), Sá (2018), Oliveira (2019), Calabria (2020), Oliveira (2020), Fernandes (2020), Carneiro (2021), Nascimento (2021) e Pereira (2021) tratam o texto produzido pela prova discursiva do Enem como um gênero do discurso. Esses trabalhos evidenciam a redação do Enem como uma produção textual que possui tema, composição e estilo, elementos indissociáveis apontados por Bakhtin (2016) para o tratamento de textos como gêneros, além de cumprir como uma função social e um propósito comunicativo (Marcuschi, 2008).

Rezende (2014), Vicentini (2015), Rodrigues (2017), Costa (2018) e Silva (2020) preferem dizer que a redação do Enem é uma produção textual dissertativo-argumentativa, aparentemente, optando por não entrar na celeuma de discussão sobre se tratar ou não de um gênero. De fato, a composição textual da redação do Enem tem a sequência argumentativa a nível macro como dominante; contudo, para aqueles que buscam defini-la com maior detalhamento, não parece ser o bastante afirmar que se trata de um texto “dissertativo-argumentativo”, como colocado pelos documentos do exame, pois é importante ter consciência do seu enquadramento como gênero do discurso.

Entendemos aqui como gênero a redação do Enem, isto é, a produção textual do Enem, independentemente de ter sido avaliada como nota máxima ou não, uma vez que, ainda que nosso objeto de análise se constitua de redações avaliadas com nota mil, não é nosso objetivo diferenciar e graduar redações de pontuações distintas e assim traçar um perfil de gênero distinto para cada uma delas, embora seja essa uma ação pertinente de análise.

Assim, para conhecermos um pouco mais sobre o gênero redação do Enem, apresentamos a seguir, de forma sucinta, alguns dos estudos que fazem parte do nosso estado do conhecimento. Nesse sentido, é importante pontuar que esta dissertação dialoga com as pesquisas científicas que compõem o levantamento, uma vez que elas trazem reflexões importantes para o estudo sobre o gênero. Além disso, tal como o nosso, alguns desses trabalhos (Oliveira, 2019; Nascimento, 2021; Pereira, 2021) também possuem redações nota mil do Enem como objeto de análise.

A dissertação de mestrado de Rezende (2014) centra-se no estudo da quinta competência da redação do Enem, que tem como exigência a elaboração de uma proposta de intervenção respeitando os direitos humanos. O estudo objetivou observar redações do Enem da edição de 2012 e analisar a presença de outros discursos na escrita dos participantes ao elaborarem uma proposta de intervenção. Para isso, a pesquisadora analisa as redações apresentadas em

materiais que trazem orientações para a produção de redações, como o guia do participante da redação do Enem⁵ e o manual do corretor da redação do Enem⁶, ambos da edição de 2013. De acordo com a autora, o produtor do texto não realiza uma proposta interventiva autônoma, mas moldada pelos discursos que as instituições querem ouvir, ou seja, ele age obedecendo a uma ordem discursiva que é formada por o que pode e o que deve ser dito, comprometendo, assim, a autoria.

Na tese de doutorado de Oliveira (2016), encontramos a análise de um *corpus* de cem redações, objetivando caracterizar o gênero redação do Enem a partir da ação social que envolve o texto, da estrutura composicional textual/discursiva e dos tipos de acordo e técnicas argumentativas empregadas. Os dados apontados pelo trabalho revelam que a redação possui um plano de texto fixo e demonstram uma unidade textual com construção composicional argumentativa, um estilo de escrita formal da língua portuguesa e um conteúdo temático com tema direcionado a uma problemática social. No tocante à análise retórica, as técnicas argumentativas mais recorrentes são argumentos quase-lógicos e argumentos baseados na estrutura do real, geralmente, de vínculo causal. Esses achados destacam a redação do Enem como um texto com peculiaridades quando em comparação com outros gêneros argumentativos.

Lima (2017), em sua dissertação de mestrado, objetiva analisar os modos de apropriação do discurso de outrem encontrados em redações do Enem da edição de 2014. A esse respeito, o autor concluiu que, de modo genérico, o produtor da redação do texto mobiliza outras vozes, que estão presentes na proposta de redação e vozes que estão fora dela, com a finalidade de realizar uma boa argumentação, adotando uma postura frente ao tema em debate. Nesse sentido, há certo grau de condicionamento do exame na adoção de determinados pontos de vista, pois, a própria proposta de redação indica um direcionamento a ser seguido.

A tese de Parreira (2017) analisa a argumentação nas redações do Enem sob perspectiva enunciativa, isto é, como resultado da apropriação da língua (escrita) e do repertório mobilizado pelo participante. Assim, a autora analisou as propostas de redação das edições de 2013 e de

⁵ Disponível em: <<https://s4.static.brasilecola.uol.com.br/vestibular/arquivos/2ee5941292fc4e423245f9d549d7c5aa.pdf>> Acesso em: 17 de agosto de 2023.

⁶ O documento do corretor é sigiloso, talvez por essa razão, não foi possível encontrarmos na internet. Embora, o manual de cada competência (de outros anos), disponibilizado para o corretor, esteja disponível. Por exemplo os manuais de 2021, disponíveis em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/manual-dos-corretores-da-redacao-do-enem-e-ferramenta-extra-nos-estudos/> Acesso em: 17 de agosto de 2023.

2015, dez redações produzidas pelos participantes do Enem nessas edições e a vista pedagógica⁷ da avaliação do exame dessas respectivas redações. Nas redações analisadas, foi possível notar a presença dos textos motivadores das propostas, com a construção de uma argumentação limitada a esses textos, o que pode ser perspectivado como um problema, visto que o Enem exige uma argumentação amparada em conhecimentos diversos. Com isso, a autora acredita que deve haver uma mudança no trabalho com a escrita na sala de aula, pois ela precisa ser vista como algo que deve ser planejada, oferecendo estratégias para o desenvolvimento de habilidades argumentativas.

A dissertação de mestrado de Costa (2018), por sua vez, tem como objetivo investigar aspectos linguísticos, semânticos e textuais de redações do Enem da edição de 2015. A autora analisa dez textos e divide-os em dois grupos: as cinco redações do primeiro grupo possuem tese definida, e as outras cinco redações, que não apresentam tese definida, compõem o segundo grupo. A análise se deu através de dois aspectos: dos elementos linguísticos, gramaticais e semânticos para a construção de sentido no texto escrito, em situação formal da língua; e organização estrutural do texto dissertativo-argumentativo. Os resultados da pesquisa demonstram que a ausência de elaboração de uma tese dificulta a construção de bons argumentos, afetando a clareza, o sentido e a qualidade da redação.

A tese de doutoramento de Calabria (2020) analisa a construção da autoria em textos dissertativo-argumentativos de estudantes do Ensino Médio, por meio do contexto de produção, das vozes, das modalizações e do agir argumentativo⁸ do gênero do discurso redação do Enem. O pesquisador apontou a relevância da escola para o domínio da argumentação nas mais variadas práticas discursivas e para a construção da autoria, refletindo externamente no desempenho social do sujeito. Foi percebido que as vozes e as modalizações indiciam autoria no texto. Há, no que diz respeito às vozes, uma dificuldade de mobilizar outros enunciadores, para respaldar argumentativamente o ponto de vista do participante. Quanto às modalizações, foram identificadas em diversas partes do texto, revelando a voz do autor e o ponto de vista que marca a direção argumentativa.

Fernandes (2020), em sua tese de doutorado, objetivou compreender a complexa relação enunciativa estabelecida na e pela prova de redação do Enem e, assim, analisar e expor o funcionamento da argumentação nessa prova. Para tanto, realizou um estudo detalhado da prova

⁷ A vista pedagógica é a avaliação disponibilizada no site do Inep. É a partir dela que o participante do exame consegue ter conhecimento da nota obtida em cada competência, além de encontrar uma breve justificativa dessa pontuação: o nível atingido em cada um dos critérios.

⁸ Parece-nos que Calabria (2020) faz uso da expressão “agir argumentativo” para se referir ao que consideramos em nossa dissertação por construção/domínio da argumentação.

de redação da edição de 2017 e de textos de participantes dessa edição. Ao final, a pesquisa apontou que há um ponto de vista implicado no regime enunciativo estabelecido pelo exame, interferindo, diretamente, nas habilidades argumentativas e de escrita autônoma do participante.

A dissertação de mestrado de Nascimento (2021) teve como objetivo verificar se a avaliação das redações do Enem considera critérios relativos a uma argumentação dialógica e se valoriza aspectos discursivos constitutivos da autoria. As análises sugerem que em redações nota mil das edições de 2017, 2018 e 2019, os corretores parecem não ter valorizado suficientemente a construção da argumentação em uma perspectiva dialógica nas correções. Além disso, os indícios de autoria não são bem descritos nas competências avaliativas e parecem não ocupar o mesmo espaço avaliativo que a estrutura textual.

Levando em consideração que o gênero é uma categoria de análise da Linguística Textual, percebemos que os estudos citados anteriormente relativos à redação do Enem abrangem fatores distintos do gênero, de ordem linguística, textual, discursiva, enunciativa, estrutural, bem como promovem reflexões importantes para o estudo de textos de natureza argumentativa em geral. Nesse sentido, o nosso trabalho se insere nesse nicho de pesquisas, adotando como vertente teórica fundamental a Linguística Textual, em interface com a Linguística da Enunciação. No tocante à Linguística Textual, o estudo tem respaldo teórico em Adam (2008; 2011), Franchi (2002), Marcuschi (2008), Travaglia (2009), Oliveira (2016), Abreu (2017), Costa Val e Mendonça (2017), Cavalcante *et al.* (2020; 2022), Marquesi (2019), Koch (2020), Koch e Elias (2020), Fernandes (2020), Oliveira (2021) e Cavalcante e Silva (2022; 2023). Já no que se refere à Linguística da Enunciação, o estudo se ampara em Ducrot (1987), Benveniste (2006) e Rabatel (2016). Além disso, esta dissertação se apoia em outros conceitos importantes para estudos que refletem sobre o uso da linguagem, como a retórica em Aristóteles (2014), a nova retórica em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e a análise do discurso em Possenti (2002) e Amossy (2008; 2011; 2020).

Assim, é nosso objetivo *investigar o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021*, considerando a necessidade de mobilizar e aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolver argumentativamente o tema proposto (competência II) e inscrever um ponto de vista autoral na defesa de uma tese a ele relacionada (competência III). Dessa forma, é importante dizer que nosso estudo está diretamente ligado ao funcionamento textual-argumentativo da redação nota mil do Enem, a fim de elucidar questões importantes para a compreensão do gênero e das próprias condições de produção do participante.

1.2 A RELEVÂNCIA, AS QUESTÕES GERADORAS E OS OBJETIVOS DA PESQUISA

A redação do Enem é um gênero do discurso prototipicamente argumentativo, cuja produção tem sido preocupação de alunos e professores da Educação Básica e objeto de estudo de pesquisadores e educadores. De forma explícita, a argumentação é uma característica constitutiva da redação do Enem, uma vez que o locutor (participante) deve mobilizar saberes em função de uma tese (ponto de vista central adotado). Então, ele aciona pontos de vista diversos em sua produção de texto, visando o bom funcionamento argumentativo a partir de uma construção textual coerente, significativa e bem desenvolvida.

Em vista disso, esta pesquisa busca esclarecer, através de uma abordagem textual, aspectos importantes para a produção textual do nosso objeto de análise: a redação nota mil do Enem. Para isso, utilizamos categorias de análise do texto e da enunciação, apresentadas no capítulo metodológico desta dissertação de mestrado.

Ponto de vista, tese, postura enunciativa, autoria e construção argumentativa são conceitos importantes para a pesquisa, apresentados ao longo do segundo capítulo. Considerar esses fatores no tratamento do gênero em questão é, além de compreender a rigor o funcionamento do gênero, possibilitar um melhor esclarecimento do texto para professores e alunos da Educação Básica, para que sejam desenvolvidas possíveis práticas metodológicas significativas, o que terá implicações na qualidade das produções textuais dos participantes do exame.

Em decorrência do exposto, acreditamos que a redação nota mil do Enem possui um funcionamento textual-argumentativo específico, gerenciado pelo locutor-enunciador principal, o participante do exame, o que nos faz apresentar nossa questão geral de pesquisa: Como ocorre o gerenciamento de pontos de vista pelo participante do Enem no texto da redação nota mil, considerando a necessidade de mobilizar e aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para desenvolver argumentativamente o tema proposto (competência II) e inscrever uma voz autoral na defesa de uma tese a ele relacionado (competência III)?

Instigados por essa questão geral, delimitamos algumas questões específicas para o desenvolvimento desta pesquisa:

- i) Como ocorre o processo de inscrição de pontos de vista em redações nota mil do Enem?
- ii) Como os participantes inscrevem uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista?
- iii) De que forma os participantes se posicionam sobre os pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem?

iv) Como ocorre o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem?

Logo, o objetivo geral de nossa dissertação é *investigar o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021*. Para atingir esse objetivo geral, direcionamos nossa pesquisa tendo em vista os seguintes objetivos específicos:

- i) Identificar e descrever os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas;
- ii) Verificar como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista;
- iii) Analisar como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem;
- iv) Observar o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem.

A partir do estabelecimento dessas questões e dos objetivos da pesquisa, será possível compreender melhor aspectos da argumentatividade encontrados em textos nota mil do gênero redação do Enem.

1.3 DO INTERESSE DO PESQUISADOR E DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

O interesse pela pesquisa surge a partir da imersão do pesquisador na Educação Básica, que, na função de professor de língua portuguesa, considera importante refletir sobre a argumentação na redação do Enem, especialmente, no tocante ao posicionamento do participante percebido pelos pontos de vista e pela voz autoral, para que se possa contribuir para o *ensino* de Língua Portuguesa no Ensino Médio, propiciando uma melhor compreensão do objeto de estudo para professores, alunos e participantes.

A escolha pela Linguística de Texto como fundamento teórico de base se deu através de uma profunda ligação do pesquisador com a disciplina ainda na graduação em Letras-Português e suas respectivas literaturas (Ufersa). Na oportunidade, o professor em formação passou a olhar o texto como uma unidade de comunicação e de sentido em contexto (Adam, 2019) e, portanto, observando-o como um objeto de estudo de fundamental importância nas salas de aulas. Além disso, em nossa investigação, a Linguística Textual é utilizada em interface com a Linguística

da Enunciação (LE), uma vez que buscamos, entre outros aspectos, refletir sobre as marcas do sujeito nos enunciados ao colocar a língua em funcionamento.

No que diz respeito às contribuições para a *Linguística Textual*, elas estão ligadas ao diálogo com a própria área e as suas implicações para o ensino, que a partir de suas reflexões, pode tornar o docente qualificado para potencializar a formação discente no desenvolvimento das habilidades de produção e interpretação de textos e gêneros. Neste caso, ampliando olhares para a redação do Enem, texto ainda temido por uma parcela de professores e, principalmente, de alunos. Já para a *Linguística da Enunciação*, a pesquisa estabelece discussões sobre aspectos pertinentes (locutor, enunciador, ponto de vista, operadores argumentativos, entre outros) para os estudos da linguagem como interação, fundamentais para o desenvolvimento de estudos diversos sobre usos da língua.

Para o *Programa de Pós-Graduação em Ensino (Posensino)*, de associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), onde se desenvolveu esta investigação, e para a *escola pública*, área de concentração do referido programa, a pesquisa se tornará um estudo que tem como finalidade a análise de um gênero do discurso que deve ser compreendido e dominado por estudantes e professores do Ensino Médio, propiciando maiores reflexões sobre esta produção argumentativa vista como complexa e de difícil tratamento: a redação nota mil do Enem.

Para o *Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (GPELT/Ufersa)*, o trabalho contribuirá com o aprofundamento de aspectos estudados por seus integrantes. Esta dissertação, ao analisar operações de textualização (textuais, enunciativas e argumentativas), considerando as especificidades do gênero redação do Enem, se enquadra na linha de pesquisa “operações de textualização em textos de universos discursivos variados”, envolvendo sobretudo as discussões sobre autoria e pontos de vista.

Dado o interesse pela pesquisa, a subseção seguinte é destinada para a apresentação da organização retórica desta dissertação de mestrado.

1.4 A ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado, que tem como título “Ponto de vista e voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio: uma abordagem textual”, está organizada em seis capítulos: um capítulo introdutório, dois capítulos de abordagem teórica,

um capítulo metodológico, um capítulo de análise e interpretação de dados, e um capítulo de conclusão.

Neste capítulo introdutório, situamos o cenário da pesquisa a partir de uma breve apresentação de nosso estado do conhecimento, com a intenção de refletir sobre o que as pesquisas dos últimos anos apontam a respeito da redação do Enem, objeto de estudo desta dissertação, a partir de aspectos relativos à argumentação, à enunciação e à textualidade. Em seguida, explicitamos as questões geradoras e objetivos da investigação, assim como os motivos e interesses que nos levaram a querer pesquisar nesse campo de investigação.

Considerando que a nossa investigação se dá através de uma abordagem textual, o segundo capítulo – *Ponto de vista, argumentação e autoria: confluências teóricas* – é voltado para o tratamento das teorias em que nos respaldamos. Nele, inicialmente, tratamos sobre aspectos pertinentes à Abordagem Enunciativa e Interacionista da Narrativa, de Rabatel (2016; 2021), como polifonia, instâncias enunciativas (locutor e enunciador), ponto de vista, tipos de pontos de vista e posturas enunciativas. Em sequência, outras questões referentes à autoria e à argumentação, que são de interesse da Linguística Textual, considerando que ela tem uma forte vinculação com a Análise do Discurso. É a partir desse capítulo que será possível compreendermos melhor as abordagens teóricas utilizadas para o tratamento de dados de nossa pesquisa.

O terceiro capítulo – *Redação do Enem: um gênero do discurso* – como o próprio título sugere, tem foco no gênero redação do Enem. Assim, explanação sobre a implantação do Enem, considerando seu percurso histórico e sua composição atual. Em seguida, tratamos sobre a redação do Enem, adotando esse texto como um gênero do discurso de macroestrutura argumentativa. Logo depois, refletimos sobre a forma de avaliação adotada pelo Inep para a correção dos textos, a partir da apresentação da matriz de referência e do processo de avaliação. Ainda, refletimos sobre a argumentação encontrada no gênero a partir dos elementos tese, argumentos e proposta de intervenção (denominação dada pelo Inep, que se configura como um texto que incita a ação). Finalmente, fazemos uma reflexão sobre o ensino de redação do Enem na Educação Básica com base nos constrangimentos desse gênero e e nas orientações de documentos oficiais norteadores da educação no Brasil.

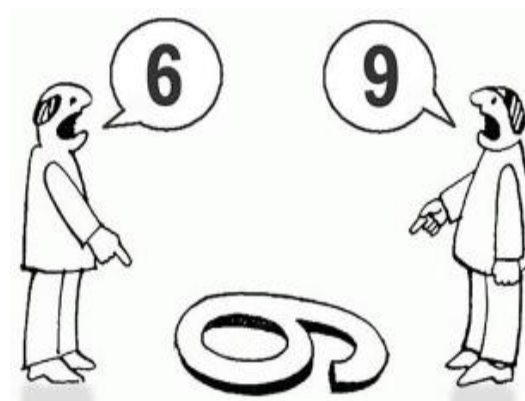
No quarto capítulo – *Aspectos metodológicos da pesquisa* – descrevemos o percurso metodológico, constituído por: caracterização da pesquisa, delimitação do universo da pesquisa, categorias e procedimentos de análise. Discorremos, portanto, acerca da definição da pesquisa enquanto tipo, método e caráter, o *corpus* que compõe o nosso estudo e sobre o processo de análise do material.

O quinto capítulo – *Análise de redações nota mil do Enem* – tem como objetivo apresentar as análises dos dados construídos, demonstrando como ocorre o gerenciamento de pontos de vista pelo participante do Enem no texto da redação, considerando a necessidade de mobilizar e aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para desenvolver argumentativamente o tema proposto (habilidades requeridas pela competência II) e inscrever um ponto de vista autoral na defesa de uma tese a ele relacionado (habilidade requerida pela competência III). Dessa forma, analisamos, na íntegra, os sete textos que compõem o *corpus*, enfatizando aspectos importantes para a enunciação e para a textualidade.

No último capítulo – *Considerações finais* – fazemos a recapitulação dos nossos objetivos e uma síntese dos resultados coletados. A partir disso, refletimos sobre o funcionamento argumentativo da redação do Enem, considerando o gerenciamento das várias vozes mobilizadas, as posturas enunciativas e a construção da autoria. Além disso, tratamos sobre os impactos desse estudo para pensar a escrita da redação do Enem na escola, já que é uma produção textual importante na constituição deste exame que proporciona o acesso ao Ensino Superior: o Exame Nacional do Ensino Médio.

2 PONTO DE VISTA, ARGUMENTAÇÃO E AUTORIA: CONFLUÊNCIAS TEÓRICAS

Figura 1: Ponto de vista



Fonte: Facebook⁹

A charge acima é uma metáfora visual que ilustra a ideia da existência de perspectivas diferentes ou de posições distintas sobre um dado objeto, destacando as subjetividades dos sujeitos e suas formas particulares de compreenderem e interpretarem a realidade. Nessa linha, a representação nos remete à reflexão de que “todo ponto de vista é a vista de um ponto” (Boff, 1998, p. 2), ou seja, é necessário compreender que o sujeito se posiciona no mundo e leva em consideração suas vivências, culturas, conhecimentos e modos peculiares de interpretar e enunciar; afinal, embora esta discussão transcenda os pressupostos teóricos estruturalistas, Saussure (1999) já afirmava que é o ponto de vista que define o objeto.

Nessa direção, a partir de um ponto de vista recortado pelo pesquisador, considerando os objetivos visados e as especificidades do *corpus* da pesquisa, este capítulo apresenta e discute as principais noções teóricas que fundamentam esta dissertação de mestrado. Para isso, nos ancoramos, primeiramente, na Linguística Textual, e considerando seu caráter interdisciplinar e a complexidade do seu objeto de estudo – o texto – fazemos articulações com outras áreas. Assim, nos apropriamos da Abordagem Enunciativa e Pragmática do Ponto de Vista, de Rabatel (2016; 2021), em diálogo com Ducrot (1987; 1988) e Bakhtin (2003) para refletir sobre questões como enunciação, polifonia e instâncias enunciativas, ponto de vista (doravante, PDV), modalidades do PDV e posturas enunciativas, discussões que são de interesse da Linguística da Enunciação; e na Análise Textual dos discursos (Adam, 2011) para tratar sobre

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/XeAgoraAguenta/photos/a.144682475869909/230480957290060/?type=3&locale=pt_BR> Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

responsabilidade enunciativa (RE). Ademais, na segunda subseção deste capítulo, explicitamos esse caráter interdisciplinar (Cavalcante *et al.* 2022; Silva, 2020), ao estabelecer um diálogo com a Análise do Discurso (Amossy, 2008; 2011; 2020; Fiorin, 2023; Possenti, 2002; 2009; 2013), para discutir sobre argumentação e autoria, fazendo uma relação com a noção de PDV. Nessa perspectiva, o capítulo é dividido em duas subseções: “a abordagem enunciativa e pragmática do ponto de vista” e “diálogos interdisciplinares: a Linguística Textual e os conceitos de ponto de vista, argumentação e autoria”, respectivamente.

2.1 A ABORDAGEM ENUNCIATIVA E PRAGMÁTICA DO PONTO DE VISTA

Estudos diversos relativos à presença de múltiplas vozes no texto e no discurso, de áreas como Análise do discurso, Linguística Textual e Linguística da Enunciação, têm ocupado, progressivamente, espaço na esfera científica, reconhecendo a complexidade das interações linguísticas e buscando contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento dos estudos da linguagem. Nessa subseção, discutimos sobre questões pertinentes para os estudos enunciativos, que se inicia pela própria noção ampla do dialogismo de Bakhtin.

2.1.1 Locutor, enunciador e polifonia

Émile Benveniste foi um linguista que trouxe importantes contribuições para os estudos enunciativos. Para o linguista francês, a enunciação é o colocar a língua em funcionamento: refere-se ao ato de enunciar, ou seja, de utilizar os elementos da língua para a produção de sentidos. Benveniste (2005) concebe a enunciação como um ato individual de produção linguística que faz com que a língua ganhe sentido. Isso significa dizer que os elementos estruturais da língua não são usados de forma isolada, uma vez que sempre importa os papéis dos interlocutores, isto é, do locutor (falante) e do alocutário (ouvinte) na construção do significado.

Desde as reflexões de Mikhail Bakhtin – com a concepção dialógica da linguagem –, se observou que o dialogismo é constitutivo da linguagem, uma vez que é através da interação, isto é, das trocas que ocorrem entre o *eu* e o *outro*, que todo texto/discurso é constituído. Embora tenha raízes epistemológicas no estruturalismo, Oswald Ducrot partiu desse princípio dialógico para desenvolver uma teoria polifônica da enunciação, pois, ao compreender que todo discurso é permeado de ideias de outrem (Bakhtin, 2003) e, portanto, formado pela existência de várias

vozes, o linguista percebeu que em um único enunciado poderiam estar presentes vários pontos de vista, o que o torna, naturalmente, polifônico (Ducrot, 1987; 1988).

O fato é que, “instituindo o dialogismo como princípio constitutivo da linguagem, Bakhtin engendrou uma nova maneira de estudar o discurso, abrindo espaço para a consideração da voz alheia, do outro que perpassa inevitavelmente o discurso do eu” (Frossard, 2009, p. 167) e, dessa forma, colaborou para que o caráter dialógico da linguagem fosse percebido por vários estudiosos, assim como fez Ducrot (1987; 1988) e vários outros depois dele.

Embora distintas, suas abordagens contribuíram de forma significativa para a compreensão da enunciação na linguística: Benveniste (2005) focou na dimensão subjetiva e na individualidade da enunciação; Ducrot (1987; 1988), por sua vez, enfatizou a polifonia e a argumentação presentes nos atos comunicativos, concebendo a enunciação como um acontecimento.

Seguindo os postulados polifônicos e dialógicos (Bakhtin, 2003), e visando possibilitar a formação de leitores que gostem das belezas gramaticais e busquem entender os mecanismos de interpretação que estão para além dos limites estruturais da frase (Rabatel, 2016), Alain Rabatel implementa uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa, em que “o autor desenvolve seu pensamento, a partir de minuciosas análises textuais e discursivas, avançando a teoria, articulando narratologia, linguística e interpretação, em ruptura com os estudos estruturalistas” (Rabatel, 2016, p. 12). O autor desenvolve sua abordagem a partir da análise de gêneros do discurso presentes em diferentes esferas sociais, como a política, a religiosa e a literária.

Em vista disso, é importante discutir a noção de *Homo Narrans*, que significa “homem que narra”, ou seja, o homem que tem o poder de se situar em relação aos outros e por intermédio de sua relação com os outros (Rabatel, 2016), e que, apesar de ser constituído por outras vozes, tem o seu próprio ponto de vista sobre um determinado objeto. Com efeito, Rabatel (2016, p. 24) define o *Homo Narrans* como

Aquele que é capaz de se colocar no lugar do outro, até mesmo de vários outros, antiéticos ou complementares, capaz de entrar nos raciocínios uns dos outros, de fazê-los dialogar. *Homo narrans* é, finalmente, o homem com mil pontos de vista, que sabe empatizar seus personagens e simpatizar com eles, para o maior proveito de seu auditório (Rabatel, 2016, p. 24).

Assim como sua própria denominação subteme esta interpretação, o homem que narra é, literalmente, um sujeito que conta uma história para um determinado auditório, mas, ele é, sobretudo, “um sujeito que estabelece relações com seus pares, com seu auditório, com os

personagens, sendo capaz de encenar uma multiplicidade de pontos de vista (PDV) e fazê-los dialogar entre si” (Nascimento, 2021, p. 37). Com isso, o *Homo Narrans* é aquele que sabe mobilizar vozes e pontos de vista diversos, mas que, principalmente, compreende que sua voz é atravessada por diversas outras. Por essa razão, é possível dizer que Rabatel (2016) entende o sujeito como heterogêneo e polifônico, atuando de maneira que “questiona a unicidade e a homogeneidade do sujeito, ao levar em conta as vozes e os PDV que atravessam a fala do locutor” (Rabatel, 2016, p. 19).

Essa concepção de sujeito se distancia das que são adotadas por compreensões alinhadas à tradição gramatical e formal da linguística, como a de Chomsky (1957), que o entende como um elemento sintático e gramatical e se concentra na noção da competência linguística, ou seja, na capacidade inata dos falantes de uma língua de produzir e compreender uma variedade de sentenças gramaticais, não tendo uma ênfase nas questões de identidade e subjetividade. Se distancia também da que é adotada pela análise do discurso : um sujeito que “não é dono da sua vontade, porque ou é coagido por forças ideológicas e discursivas ou está submetido a uma inconsciência que lhe é constitutiva” (Cavalcante *et al.* 2020). Em outras palavras, ele pode ser influenciado, moldado ou constrangido pelos valores, ideias e normas presentes na sociedade, levando a uma perda de autonomia em relação às suas próprias vontades individuais.

A concepção de Rabatel (2016) se aproxima da compreensão de sujeito que tem a Teoria da Argumentação no Discurso, de Ruth Amossy, como aquele que é “involuntariamente determinado pela fala social na qual está imerso, mas também é estrategista” (Cavalcante *et al.* 2020). Portanto, o sujeito é aqui concebido como um participante que adere, ainda que de forma involuntária, a uma *doxa*¹⁰ – considerando o contexto, os constrangimentos do gênero do discurso e o auditório – mas que também tem um papel fundamental nas escolhas linguísticas, na persuasão e na tomada de decisões argumentativas.

Essa abordagem enunciativa, interacionista e pragmática, permite uma análise para além de aspectos estruturais, propiciando que o leitor interprete, recupere sentidos e compreenda que existem pontos de vista em qualquer texto, afinal, todo texto revela não apenas um PDV principal, mas pontos de vista de figuras diversas (Rabatel, 2016). Essa compreensão nos leva a discutir o espaço enunciativo iniciando pelas definições de locutor e de enunciador.

Vale ressaltar que Ducrot (1987), ao se opor à noção de unicidade do sujeito na enunciação, trouxe a concepção de polifonia (Bakhtin, 2003) para os estudos linguísticos. Alinhado a isso, Ducrot (1987) trata da descrição da enunciação que, para o linguista, é

¹⁰ Crença ou opinião comum/popular.

constitutiva dos sentidos dos enunciados (Gomes, 2016). “Essa descrição ‘contém, ou pode conter, a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam a sua origem’. A tese que ele se propõe defender é a necessidade de distinguir entre esses sujeitos dois tipos de personagens: os enunciadore e os locutores” (Gomes, 2016, p. 68). Além de distinguir locutor e enunciador, Ducrot também apresenta uma definição de sujeito empírico.

O locutor é a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação e que marca, no enunciado, o *eu*, o *aqui* e o *agora*, isto é, a pessoa, o espaço e o tempo (Ducrot, 1988). O locutor não é, necessariamente, aquele que produziu o enunciado, esse é o sujeito empírico: o sujeito do mundo e autor efetivo. O sujeito empírico é o indivíduo falante, que enuncia física e acusticamente um dado enunciado, figura essa que não é objeto de interesse de Ducrot (1987; 1988), de Rabatel (2016) e tampouco, nosso, uma vez que “el linguista y en particular el linguista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado” (Ducrot, 1988, p. 17). O enunciador, por sua vez, caracteriza-se pelas “órigenes de los diferentes puntos de vista que se presentan en el enunciado. No son personas sino “puntos de perspectiva abstratos” (Ducrot, 1988, p.19-20). Portanto, os enunciadore são os responsáveis pela presença dos pontos de vista, que são acarretados de um certo teor argumentativo para a produção de sentidos no enunciado.

Rabatel (2016), fazendo uma interface com Ducrot (1988), também concebe locutor e enunciador como conceitos distintos, embora, complementares. O autor enfatiza que o locutor “é a instância que profere um enunciado (nas dimensões fonéticas e fáticas ou escriturais), conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente de *ego*, *hic et nunc*” (p. 82). Assim, o locutor é aquele que tem a fala em dado momento, através de um posicionamento que marque a pessoa, o tempo e o espaço. O emprego dessas categorias funciona como um indicador para situar quem diz, para quem diz, sobre o que diz e a posição assumida ao dizer (Cavalcante *et al.*, 2022).

Em conformidade com Custódio Filho e Cavalcante (2023, p. 389), “o locutor, por si, não responde pelo ‘surgimento’ de um PDV. Se assim o fosse, seria forçoso considerar que todos os PDV de um texto derivam das percepções, dos valores do locutor principal”. Assim sendo, é o enunciador que responde pelo PDV: aquele que está na fonte do enunciado, a voz responsável pelo PDV de origem expressado pelo locutor propriamente dito. Em consonância com Rabatel (2016), essa instância pode ser interna ao enunciado (os enunciadore segundos) ou externa (enunciadore que “são destituídos de autonomia, na medida em que são convocados no discurso do locutor citante apenas para remeter a uma posição”) (p. 87).

Sabendo que o enunciador é a fonte do PDV – sendo determinante na visada argumentativa do texto moldada pelo locutor – e que o locutor, embora mobilize outros

enunciadores e seus PDV, também possui seu próprio PDV, porque, conseqüentemente, é também um enunciador, é relevante dizer que o locutor-enunciador principal (L1/E1)¹¹ é o enunciador em sincretismo com o locutor, porque ele “se define pelo fato de que é ele que corresponde ao ponto de vista PDV do locutor, enquanto tal, do locutor ser do mundo e, para além dele, ao sujeito falante” (Rabatel, 2016, p. 85). Assim, L1/E1 é aquele que seleciona, administra, articula e coloca em ação os diversos enunciadores presentes em um determinado enunciado/texto/discurso. É o enunciador primário, “aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV aos quais ele adere, aquele a quem se atribui um grande número de PDV, redutíveis a um PDV geral e a uma posição argumentativa global que, supõe-se, corresponde a sua posição sobre a questão” (p. 86). Em síntese, L1/E1 é a instância enunciativa responsável por gerenciar toda a condução argumentativa do texto (Rabatel, 2016). Os enunciadores que vêm a existência de um enunciado que por L1/E1 são mobilizados, Rabatel (2016) denomina de enunciador segundo (e2). Além disso, é possível que os textos apresentem outros locutores (l2/e2), isto é, locutores secundários, pois a eles tanto é atribuída a responsabilidade por um dizer, como também são a fonte de um determinado PDV.

Em uma redação do Enem avaliada como nota mil, por exemplo, o sujeito empírico (autor da redação), produz um texto dissertativo-argumentativo (Brasil, 2022) sobre um tema estabelecido pelo Inep, instaurando assim uma voz que conduz os enunciados presentes no texto, isto é, um locutor-enunciador principal. Já os locutores secundários e os enunciadores – instâncias que originam o ponto de vista – são, nesse contexto, as figuras (filósofos, personagens e sujeitos) responsáveis pelos enunciados gerenciados pelo L1/E1.

Quadro 1: Exemplo 01¹²

“O poema ‘Erro de Português’, do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de aculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil. Atualmente, no país, ainda existem inúmeros desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais devido, sobretudo, à ineficiência estatal histórica em assistir esses indivíduos e ao desconhecimento, por parte da população, sobre a diversidade e a importância desses grupos”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2023

A edição de 2022 do Enem teve como tema “desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. O quadro 01 apresenta a introdução de uma redação avaliada

¹¹ Nesta dissertação de mestrado, utilizamos “locutor-enunciador primeiro” e “locutor-enunciador principal” como sinônimos, assim como faz Alain Rabatel em sua obra *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa* (2016).

¹² Leitor, neste capítulo teórico fazemos usos de exemplos utilizando o gênero que é o nosso objeto de estudo: a redação do Enem. Entretanto, a teoria pode ser aplicada em gêneros diversos do discurso.

como nota mil e divulgada através da *Cartilha do participante da redação do Enem 2023* como modelo prototípico para outras produções textuais do gênero. Nela, L1/E1 apropria-se do poema “Erro de Português”, de Oswald de Andrade, para tratar sobre o processo de aculturação dos indígenas no período da colonização do Brasil, o que já aponta um e2. As comunidades e povos tradicionais brasileiros correspondem também a um enunciador (e3), pois, apesar de não verbalizarem literalmente sobre o assunto, L1/E1 representa empaticamente o PDV dessas pessoas, o que demonstra um outro PDV implícito. Ainda há, no fragmento acima, um e4: a população em geral, dado que o L1/E1 apresenta o PDV da massa que, segundo ele, desconhece a diversidade e a importância dessas comunidades.

Nessa perspectiva, torna-se viável afirmar que L1/E1 mobiliza, nesse enunciado, o poema do Oswald de Andrade, as comunidades e povos tradicionais brasileiros e a população brasileira como enunciadores. Outrossim, revela também o seu próprio ponto de vista: a ineficiência estatal histórica em assistir esses povos e o desconhecimento da população sobre a diversidade e importância deles como dois motivos para que sejam desvalorizados. Esse é o PDV central do texto e do L1/E1 – a tese da redação.

Por fim, vale ainda destacar o que Rabatel (2016) afirma sobre a relação locutor e enunciador: o locutor é sempre um enunciador, mas nem sempre o enunciador é um locutor. Isso se justifica devido ao fato de, ao falar, o locutor gera e formula mentalmente o conteúdo da mensagem, embora esse conteúdo esteja embasado em outras vozes – enunciadores. Assim, é possível dizer que “o locutor não enuncia sozinho. Haverá sempre, no texto, de maneira velada ou explícita, outro(s) enunciador(es) com o/os qual/quais L1/E1 ‘dialoga’ para construir seu ponto de vista” (Cavalcante *et al.* 2022, p. 70). No próximo tópico, nos debruçamos acerca da definição do PDV.

2.1.2 Ponto de vista

Conforme Rabatel (2016, p. 30), “o PDV define-se pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar, quer o sujeito seja singular ou coletivo”. Dito isso, o ponto de vista é um fenômeno enunciativo que, além de ser didatizado como um conceito linguístico é, sobretudo, uma postura cognitiva e psicossocial (Rabatel, 2016), acarretada de subjetividade e julgamento de valor. Essa postura pode ser resultado de uma concepção tida por um indivíduo (um professor, por exemplo) ou por coletivo (um sindicato de professores, por exemplo).

É preciso pontuar que, “apesar de Rabatel retomar a distinção preconizada por Ducrot (1987) para fundamentar sua noção de ponto de vista, ele operou certo distanciamento. O mais importante para a teoria de Rabatel foi o recorte polifônico operado por Ducrot, mas não sua noção de ponto de vista” (Cavalcante *et al.* 2022), porque Rabatel se concentra na construção e na negociação de PDV dentro de contextos específicos de interação comunicativa, especialmente em narrativas.

Dessa maneira, ter um ponto de vista é ter uma posição sobre um determinado objeto, mesmo que essa possa estar velada no enunciado. O objeto pode ser um personagem, uma situação, uma noção ou um acontecimento (Rabatel, 2016) que é pauta de determinado ato enunciativo. Nessa perspectiva, Rabatel (2016) afirma que o PDV “é uma problemática ‘transversal’, apoiando-se em formas de expressão linguística variadas, aparecendo em todos os tipos de texto e em inúmeros gêneros do discurso” (p. 49). Embora Rabatel (2016; 2021) realize seus estudos com base em textos prototipicamente narrativos, especialmente a partir de gêneros das esferas religiosa, política e jornalístico-midiática – afinal, uma das intenções do autor é mostrar que sempre argumentamos, ainda que, em alguns momentos, não pareça, isto é, há uma argumentação indireta –, o autor deixa claro que pontos de vista são encontrados em todos os textos, seja de maneira explícita ou não. Daí seu caráter transversal, pois o PDV não se restringe a uma área, tipo de texto ou gênero do discurso específico.

Nesse sentido, podemos identificar pontos de vista em textos informativos (notícias e anúncios), descritivos (descrição de objetos e retratos descritivos), expositivos (aulas e seminários) e argumentativos (debates, artigos de opinião e redações do Enem), por exemplo, apoiando-se nas formas variadas de expressão linguística e com base em análises que relacionam descrição linguística e interpretação (Rabatel, 2016).

Ainda sobre o PDV, Sousa (2022, p. 27) pontua:

Para que um PdV seja considerado superior hierarquicamente, é necessário que L1/E1 se engaje em relação ao conteúdo imputado ao enunciadador que está na fonte desse PdV. Quando L1/E1 não se contenta em relatar, mas assume com veemência o PdV imputado ou cita frequentemente um determinado e2, essa atitude pode ser sinal da importância que é dada ao referido e2 e da posição que ele assume diante de enunciadores secundários, que não gozam de tanta relevância no projeto de dizer do locutor primeiro.

Em suma, é significativo identificar um ponto de vista central, uma vez que a partir dele é possível perceber e hierarquizar outros pontos de vista e enunciadores. Quando o L1/E1 utiliza o PDV de um e2, geralmente, o utiliza para reforçar ou refutar o seu próprio PDV, que é reflexo de seus conhecimentos, de suas vivências, de seus princípios e de suas interações. Ademais, se

L1/E1 adota um PDV de um e2 como uma espécie de “adoção terminante”, isto é, utilizando-o de maneira integral durante todo o seu projeto de dizer, é um indício de que tal PDV ocupa um lugar considerável do seu PDV.

Em sintonia com Custódio Filho e Cavalcante (2023), o PDV é um elemento indispensável nos textos, pois ele constitui uma parte importante da trama argumentativa, seja ela direta ou indireta. Isso porque é a partir da mobilização e hierarquização de PDV que “um locutor pode estabelecer a articulação desejada para os sentidos que pretende gerar, e o interlocutor, buscando ‘alcançar as percepções’ do locutor, interage com este, negociando esses sentidos e instaurando coerência” (p. 380). Em outras palavras, o PDV atua, diretamente, no esquema argumentativo, sustentando a argumentação do texto, tenha ele apenas dimensão ou também seja acarretado de uma visada argumentativa. Em consonância com Amossy (2008; 2011; 2020), todo texto possui uma dimensão argumentativa, ou seja, todo texto tem um grau maior ou menor de argumentação, pois ela não se restringe aos textos que visam convencer um auditório sobre uma determinada tese, esses textos são os que possuem visada, aqueles que são prototipicamente argumentativos,

Segundo Rabatel (2016), é cabível pontuar que, juntos, os PDV participam da construção de uma subjetividade, oculta ou não, e de julgamentos de valor, disfarçados ou não: “Os PDV têm, frequentemente, isso em comum – eles mascaram a origem enunciativa e a natureza profunda do ato de linguagem emitido para exercer mais seguramente uma influência sobre o leitor, adormecendo seu senso crítico” (p. 164). É por essa razão que a mobilização de PDV atua como uma estratégia argumentativa, muitas vezes, velada.

Assim, o PDV não precisa estar, necessariamente, explícito, para que julgamentos de valores do L1/E1, l2/e2 ou e2 sejam percebidos (Rabatel, 2016). É aqui, portanto, que Rabatel (2016; 2021) traz a noção de referenciação como processo textual-discursivo que proporciona tais julgamentos de valores. Na referenciação, o sujeito faz referência a elementos específicos durante a comunicação. Ela pode ser percebida de várias maneiras, incluindo o uso de pronomes, nomes próprios, descrições, demonstrativos e outros recursos linguísticos, permitindo que os interlocutores identifiquem a quem ou ao que se está fazendo referência.

Segundo Cavalcante *et al.* (2022), a referenciação é um dos critérios mais centrais e significativos da linguística textual, já que ele se relaciona com os outros critérios analíticos do texto e, conseqüentemente, por sempre estarmos recorrendo à noção de referente. Ainda de acordo com os autores, os referentes (ou objetos) são tudo aquilo de que se trata no texto, isto é, são os elementos que são tematizados ou que se relacionam direta ou indiretamente com o que é focalizado no texto.

Uma vez realizada uma abordagem acerca do PDV, no tópico seguinte desta subseção refletiremos sobre suas modalidades: representação, narração e asserção.

2.1.3 Modalidades do ponto de vista: representação, narração e asserção

Rabatel (2016) aponta e distingue três estados do PDV: o PDV representado, o PDV narrado e o PDV assertado. “Cada um desses três pontos de vista apresenta um valor acrescentado, relativo à ordem de argumentação indireta, implícita, concernente à origem enunciativa das percepções representadas ou dos eventos narrados ou, ainda, das falas, dos julgamentos proferidos” (Rabatel, 2016, p. 169). Eles correspondem a “três possibilidades de colocação da perspectiva de si e do outro, contribuindo para a manifestação da subjetividade” (Cortez, 2011, p. 55). São, de acordo com Cortez (2011), três tipos de modalidades de ponto de vista que podem funcionar como categorias para auxiliar no processo de identificação de PDV.

A primeira modalidade é o ponto de vista representado:

O PDV *representado* evidencia-se pela interferência de percepção e pensamentos associados, com debreagem enunciativa mínima nas “frases sem falas”, podendo ser equivalente a um monólogo interior embrionário. Neste caso, a referência dêitica e espaço-temporal, proveniente do verbo de percepção ou do sintagma nominal, é testemunha de um enunciador que nem sempre é nomeado, embora seja possível determinar sua presença (Cortez, 2011, p. 55, *grifos da autora*).

O ponto de vista *representado* remete a percepções que não são do locutor-enunciador principal, apesar delas serem relatadas por ele. Dito isso, tais percepções, que se apresentam através do discurso indireto, são na verdade de outros enunciadores, que nem sempre são nomeados e explicitamente predicados no enunciado. Quando não há mecanismos linguísticos que sinalizem uma focalização representada, é através do contexto que observamos se o L1/E1 “está numa situação que pressuponha que ele possa perceber e subtenda que ele observa, efetivamente, um enunciador segundo” (Nascimento, 2021, p. 40). Nessa modalidade, o enunciador se distancia e não assume a responsabilidade pelo que diz. Vejamos o seguinte enunciado, que está presente em uma redação do tipo Enem da edição de 2022:

Quadro 2: Exemplo 02

“Na realidade, indígenas, ciganos, extrativistas e tantos outros grupos de tradição nacional sofrem ataques diários a sua existência”.

Fonte: *Cartilha do participante da redação do Enem 2023*

No quadro 02, há um ponto de vista representado, uma vez que L1/E1 apresenta o PDV dos grupos que sofrem ataques diários a sua existência. Nesse contexto, o PDV é verificado através de uma atitude empática de L1/E1, que traz para o texto o PDV desses grupos – utilizando substantivos – que, embora não falem no texto, em torno deles giram todos os argumentos apresentados.

Por sua vez, o ponto de vista *narrado* também é baseado no discurso de outrem, não tendo a responsabilidade de L1/E1. No entanto, Rabatel (2016, p. 153) afirma que, “com o PDV representado, o focalizador percebe, pensa ‘sem falar’, enquanto que, com o PDV narrado, o focalizador percebe, pensa, *narrando*”. Assim, no PDV narrado, os fatos são narrados a partir da perspectiva de e2 e são selecionados por L1/E1. É o que ocorre no exemplo 03:

Quadro 3: Exemplo 03

“A Lei de Diretrizes e Bases, ao instituir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), determina o conteúdo e as prescrições do que será estudado nas instituições de ensino brasileiro, bem como objetiva promover a inclusão e o respeito por meio do ato de lecionar”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2023

No quadro 03, há a presença de um PDV narrado: o PDV da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pois ele foi trazido para o texto pelo L1/E1 com intuito de fundamentar a discussão e consolidar o argumento. No entanto, L1/E1 se distancia do PDV, preferindo, de fato, não assumir a responsabilidade sobre ele.

O terceiro tipo de PDV é o assertado. Embora o PDV *assertado* possa estar presente em todos os textos, Rabatel (2016) assume que esse é o PDV dominante nos textos argumentativos, talvez por esses textos se apoiarem, explicitamente, em outros discursos para a defesa de uma tese – ponto de vista central – (Adam, 2011), como é o caso da redação do Enem e do debate regrado. O PDV assertado “é processado por debreagem enunciativa máxima, uma vez que exprime explicitamente falas, sendo percebido cada vez que um locutor fala, emite sua opinião ou julgamento sobre determinado fato (Cortez, 2011, p. 56). De maneira geral, devido ao L1/E1 fazer uso de um l2/e2 – o enunciador que está interno ao enunciado e tem sua voz explicitamente mencionada através do discurso direto, consequentemente, sendo também um locutor – o PDV dominante (o de L1/E1) pode ganhar mais credibilidade. Em uma redação do Enem, há a presença de outros locutores – e, consequentemente, de outros PDV – se fizermos uso de citações diretas, por exemplo. Para além disso, o PDV assertado também pode ser percebido mediante a presença de um posicionamento explícito do próprio L1/E1.

Quadro 4: Exemplo 04

“Ainda persistem desafios à valorização dessas comunidades, o que interfere na preservação de seus saberes. Logo, urge medidas estatais que promovam melhorias nesse cenário”.

Fonte: *Cartilha do participante da redação do Enem 2023*

No quadro 04, há a presença de dois PDV assertados. O primeiro PDV é marcado pela forma verbal no presente do indicativo “persistem”, sinalizando o PDV de que “ainda persistem desafios à valorização dessas comunidades”. O segundo PDV é marcado, principalmente, pela forma verbal “interferir”, também no presente do indicativo, apontando o PDV que, tais desafios interferem “na preservação de seus saberes”.

Desse modo, Sousa e Zavam (2023, p. 81-82) sintetizam as três modalidades do PDV:

[...] enquanto no PDV representado as percepções pessoais são objetivadas a partir das descrições de um enunciador implícito – “literalmente, eu não disse nada, portanto, não há nada contra a minha maneira de ver” –, no PDV narrado, essas falas pessoais são ocultadas por meio de uma narração tão objetiva quanto possível – “isto se passou assim, não sou a favor de nada disso”. Aparentemente, o PDV assertado escaparia a esse processo de ocultação, porque se apoia, explicitamente, em atos de fala.

Explicitadas as três modalidades do PDV, cabe destacar o que pontua Cortez (2011, p. 55) sobre a possibilidade de haver a copresença de duas ou das três modalidades em um mesmo texto: “Nesse jogo dialógico, os enunciadores e pontos de vista são postos em relação sob a gerência do locutor/enunciador primeiro, que pode fazer uso de uma ou outra modalidade, ou das três ao mesmo tempo”. Com efeito, em um determinado momento da escrita do texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, L1/E1 ao mencionar em seu texto uma notícia acerca de uma ocorrência de etarismo, pode gerenciar um enunciador que se apresente em forma de um PDV assertado (o discurso direto de um jornalista) e também narrado (o ponto de vista da figura vítima de discriminação etária, que não foi diretamente explanado, mas que está sutilmente presente e pode ser percebido). Entretanto, é pertinente compreender que, “independentemente da modalidade, o pdv¹³ será sempre um modo de perceber, que se manifesta de forma variável no discurso: o pdv pode ser expreso a partir de uma palavra, um grupo de palavras, expressões predicativas e mesmo através de falas representadas e/ou afirmadas” (Cortez, 2011, p. 57). Esses PDV revelam, entre outros aspectos, uma postura enunciativa, noção importante para captar a construção dialógica do PDV e pauta de discussão do tópico seguinte.

¹³ Neste momento, Cortez (2011) faz uso da sigla PDV em letra minúscula.

2.1.4 Posturas enunciativas: a posição do narrador

Com base em Rabatel (2021), depreendemos que os pontos de vista revelam posturas enunciativas, ou melhor, posicionamentos. Nessa linha, Costa e Bernardino (2021, p. 5) afirmam que as posturas enunciativas “configuram uma maneira dos locutores se posicionarem num determinado campo da atividade humana, sendo, por isso, favoráveis à demarcação de um lugar de crítica”. Assim sendo, é através dessas posturas que é possível refletir sobre o papel dos enunciadores na construção interativa e dialógica do PDV e, conseqüentemente, identificar a posição adotada pelos enunciadores e pelo locutor/enunciador principal do texto. Afinal, “elas expressam demarcação territorial, posições baixas e altas, de proximidade ou distanciamento em relação aos interlocutores, pois os locutores, [...] adotam posições que estão atreladas a apostas comunicativas entre os sujeitos falantes na construção de um ponto de vista” (Nascimento, 2021, p. 46-47).

Rabatel (2021) estipula três posturas enunciativas: *coenunciação*, *subenunciação* e *sobrenunciação*. Cada uma delas é demarcada por um funcionamento distinto na construção do PDV e através delas identificamos as prováveis relações existentes entre os PDV.

A primeira postura enunciativa é a de *coenunciação*, que “corresponde à coprodução de um ponto de vista comum e compartilhado” (Rabatel, 2021, p. 166). Na coenunciação, há um ponto de vista partilhado entre as duas vozes: a voz do L1/E1 e a voz de um e2. Então, o posicionamento do e2 é avaliado, retomado e validado pelo L1/E1. Nascimento (2021, p. 47) enfatiza que há, aqui, portanto, “uma responsabilidade enunciativa compartilhada entre os sujeitos que apresentam a mesma orientação argumentativa”.

Quadro 5: Exemplo 05

“Na música ‘Imagine’, de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais, a fim de alcançar a felicidade. Assim como na obra, fora da canção, a harmonia social é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2023

O exemplo 05 apresenta um trecho de uma redação nota mil do Enem. L1/E1 faz referência à música “Imagine” (e2), que trata sobre a necessidade da união das pessoas para que a paz seja instaurada no mundo, para abordar a importância de uma nação que saiba, sobretudo, respeitar às diferenças, nesse contexto, diferenças de costumes, culturas e comportamentos. Assim, há um PDV compartilhado entre L1/E1 e o e2.

A segunda postura enunciativa é a de *sub-enunciação*, na qual “o locutor não é plenamente o enunciador do PDV, ele o apresenta como sendo referido a uma outra instância (um indivíduo, uma norma, uma instituição, a verdade), fazendo entender que esse PDV é principalmente o de um outro antes de ser o seu” (Rabatel, 2016, p. 194). Nela, há a coconstrução desigual de um PDV dominado pelo e2, podendo haver discordância por parte do posicionamento de L1/E1, que apresenta o PDV através de marcas linguísticas que demonstrem que ele é principalmente do outro, se distanciando do discurso.

Quadro 6: Exemplo 06

“Para a ganância, toda natureza é insuficiente” – a frase, do filósofo Sêneca, critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meioambiente é visto como um objeto para o lucro humano”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2023

No exemplo 06, L1/E1, ao mobilizar a frase: “para a ganância, toda natureza é insuficiente”, apresenta o PDV de l2/e2 – o filósofo Sêneca, que defendia, principalmente, a igualdade entre os homens. O locutor/enunciador principal se distancia do discurso, deixando explícito que o PDV é, especialmente, de um outro, e não seu. Assim, gerencia o PDV de forma que a RE seja do l2/e2.

A terceira postura enunciativa é a *sobre-enunciação*.

Assumir a postura de sobrenunciação não implica superioridade enunciativa (saber mais, ser melhor), mas apresentar o enunciador como uma “ garantia de verdade ” (RABATEL, 2006, p.228), sendo o seu pdv digno de crença e convencimento. O sobrenunciador afirma-se por um pdv que é constantemente mantido no centro da interação e impõe sua referência de tal modo que seu pdv pode desempenhar a função de tópico no discurso. Assim, o sobrenunciador intervém nas interações dissonantes, reacentuando em seu proveito a posição e o dizer do subenunciador (Cortez, 2011, p. 92).

A sobre-enunciação se caracteriza pela construção desigual de um PDV dominante. Portanto, L1/E1 reorienta o PDV de e2 a seu próprio favor, se sobressaindo, sendo que o PDV de L1/E1 pode ser totalmente contrário do PDV do enunciador mobilizado. Essa postura pode ser também identificada em contextos em que há presença da ironia, ou seja, quando L1/E1 gerencia o PDV de e2 ironizando sua percepção. O exemplo 07 traz um caso de sobre-enunciação.

Quadro 7: Exemplo 07

“[...] as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A

exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, conseqüentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como “o índio tem ‘smartphone’ e está lutando pela demarcação de terras?” — ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas”.

Fonte: *Cartilha do participante da redação do Enem 2023*

L1/E1 aborda o PDV do senso comum (o PDV de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno) para refutá-lo, afirmando que é uma percepção equivocada e preconceituosa.

Apoiamo-nos em Cortez (2011, P. 92) para lembrar que o “tipo de postura não se deve à quantidade de falas proferidas por cada locutor/enunciador, mas à relação entre os enunciadores e a maneira como os pdvs são representados. [...] Por isso, um locutor não será subenunciador se falar menos, nem sobrenunciador se falar mais”. Em vista disso, é significativo dizer que o que é observado por Rabatel (2016) é a presença, as relações e as interações entre as instâncias enunciativas e seus PDV.

Acerca da responsabilidade enunciativa, Adam (2011) estabelece algumas categorias e marcas linguísticas para a análise do fenômeno e, portanto, do PDV, apresentadas no tópico seguinte desta subseção.

2.1.5 Categorias e marcas linguísticas de responsabilidade enunciativa

Este tópico é destinado para explicitar as categorias e marcas linguísticas de RE para a análise de textos apresentadas por Adam (2008). Optamos por assim fazer, uma vez que algumas dessas categorias serão essenciais para a nossa análise de dados, especificamente, no que se refere ao nosso primeiro objetivo: “Identificar e descrever os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas”.

Para Rabatel (2016) a Responsabilidade Enunciativa é um fenômeno que é resultado do intercâmbio entre quem produz e quem interpreta o enunciado, envolvendo tanto a aproximação quanto o afastamento entre a voz do locutor e os pontos de vista mencionados e revisitados, influenciando significativamente na persuasão dos enunciados (Costa; Bernardino, 2020). A RE refere-se à atribuição da instância que é responsável pelo conteúdo de uma enunciação, isto é, a assunção do conteúdo de um PDV por parte do L1/E1 ou da atribuição (dada por L1/E1) dessa responsabilidade a outra instância. Isso implica dizer que a RE está diretamente ligada aos PDV.

Para Adam (2008), “o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua” (p. 117). Nesse sentido,

o quadro 08 é uma adaptação de Passeggi *et al.* (2010) e reúne as oito categorias e o conjunto de marcas linguísticas para a análise da RE, estabelecidas por Adam (2008). Logo após o quadro, fazemos uma breve explicitação das categorias que serão utilizadas na análise dos dados.

Quadro 8: Grau de responsabilidade enunciativa: categorias e marcas linguísticas

ORDEM	CATEGORIAS	MARCAS LINGUÍSTICAS
01	Índices de pessoas	<i>meu, teu/vosso, seu.</i>
02	Dêiticos espaciais e temporais	Advérbios (<i>ontem, amanhã, aqui, hoje</i>); Grupos nominais (<i>esta manhã, esta porta</i>); Grupos preposicionais (<i>em dez minutos</i>); Alguns determinantes (<i>minha chegada</i>).
03	Tempos verbais	Oposição entre presente e futuro do pretérito; Oposição entre presente e o par pretérito imperfeito e pretérito perfeito.
04	Modalidades	Modalidades sintático-semânticas maiores: Téticas (asserção e negação); Hipotéticas (real); Ficcional e Hipertéticas (exclamação); Modalidades objetivas; Modalidades intersubjetivas; Modalidades subjetivas; Verbos e advérbios de opinião; Lexemas afetivos, avaliativos e axiológicos.
05	Diferentes tipos de representação da fala	Discurso direto (DD); Discurso direto livre (DDL); Discurso indireto (DI); Discurso narrativizado (DN); Discurso indireto livre (DIL);
06	Indicação de quadros mediadores	Marcadores como <i>segundo, de acordo com e para</i> ; Modalização por um tempo verbal como o futuro do pretérito; Escolha de um verbo de atribuição de fala como <i>afirmam, parece</i> ; Reformulações do tipo <i>é, de fato, na verdade, e mesmo em todo caso</i> ; Oposição do tipo <i>alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y</i> etc.
07	Fenômenos de modalização autonímica	Não coincidência do discurso consigo mesmo (<i>como se diz, para empregar um termo filosófico</i>); Não coincidência entre as palavras e as coisas (<i>por assim dizer, melhor dizendo, não encontro a palavra</i>); Não coincidência das palavras com elas mesmas (<i>no sentido etimológico, nos dois sentidos do termo</i>); Não coincidência interlocutiva (<i>como é a expressão? Como você costuma dizer?</i>).
08	Indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados	Focalização perceptiva (ver, ouvir, sentir, tocar, experimentar); Focalização cognitiva (saber ou pensamento representado).

Fonte: adaptado de Passeggi (2010, p. 300-301)

Levando em conta os objetivos desta dissertação de mestrado, não julgamos necessário discutir cada uma dessas categorias e marcas propostas por Adam (2008) e sintetizadas didaticamente por Passeggi (2010), visto que só tornaria uma leitura mais densa e exaustiva do

capítulo. Assim sendo, a seguir, discorreremos acerca das categorias *diferentes tipos de representação da fala e indicação de quadros mediadores*, já que serão as duas utilizadas para analisar o *corpus*.

Na quinta categoria, *os diferentes tipos de representação da fala*, “o locutor apresenta uma fala representada de uma fonte segunda. A voz de um sujeito ou personagem pode ser mascarada através do discurso direto, discurso direto livre, discurso indireto, discurso narrativizado e o discurso indireto livre” (Nascimento, 2021, p. 53). A seguir, discorreremos sobre os discursos direto e indireto, subcategorias delimitadas para o nosso procedimento de análise de dados.

O *discurso direto* é o discurso que apresenta a reprodução da fala exatamente da mesma forma que ela foi criada. “Numa reportagem, é como se o jornalista expressasse o seguinte ao leitor: ‘Foi o entrevistado quem disse isso; eu somente passei para o papel; não me responsabilizo pelo que ele afirma; as palavras são as dele’” (Consul, 2008, p. 92). De acordo com Maingueneau (2013), esse tipo de discurso serve para mostrar autenticidade, objetividade, seriedade e credibilidade. Desse modo, ao utilizar o discurso direto em uma redação do Enem, L1/E1 opta por distanciar-se do PDV, mostrando que ele é mais do outro do que seu. Entretanto, apesar de que tente não demonstrar subjetividade, o discurso direto a explicita, sobretudo, porque L1/E1 só seleciona o que deseja contar ao leitor.

O *discurso indireto*, por seu turno, ocorre quando acontece a reformulação do discurso do outro: se relata o que foi dito ou pensado sem reproduzir as palavras exatas, isto é, “[...] o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento*” (Maingueneau, 2013, p. 191, *grifos do autor*).

Levando em conta que esse estudo está relacionado ao gênero redação do Enem – de macroestrutura argumentativa – utilizamos, assim como fez Nascimento (2021), o discurso direto e indireto na análise dos dados, uma vez que, na análise, não percebemos uma presença significativa dos outros discursos nas redações.

A sexta categoria, *as indicações de quadros mediadores*, é identificada segundo Adam (2008), através de marcadores discursivos como *segundo*, *de acordo com*, *conforme* e *para*; modalização por um tempo verbal, como o *futuro do pretérito*; escolha de um verbo de atribuição de fala, como *afirmam*, *comentam*, *argumentam*; reformulações do tipo *(é) de fato*, *na verdade*, e mesmo *em todo caso*; oposição de tipo *alguns pensam (ou dizem) que X, nós pensamos (dizemos) que Y, acreditamos etc.*

Na próxima subseção deste capítulo de noções teóricas, refletimos sobre a argumentação, demonstrando a relação intrínseca que há entre o fenômeno com os conceitos de PDV e autoria. Para isso, nos respaldamos na Análise do Discurso (Amossy, 2008; 2011; 2020; Maingueneau, 2010; Possenti, 2002; 2009) e na própria Abordagem Enunciativa e Interacionista da Narrativa (Rabatel, 2016; 2021), assim, demonstrando, sobretudo, o caráter interdisciplinar que possui a Linguística Textual, uma vez que ela estabelece interfaces com essas e outras áreas e abordagens.

2.2 DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: A LINGUÍSTICA TEXTUAL E OS CONCEITOS DE PONTO DE VISTA, ARGUMENTAÇÃO E AUTORIA

Segundo os preceitos de Rabatel (2016), o ponto de vista atua explicitando o funcionamento da argumentação implícita nos textos. Sob essa ótica, o linguista acredita que “não se argumenta nunca tão bem que quando não se argumenta, em aparência, pelo menos, isto é... quando se narra” (p. 171). Assim, é possível pressupormos que, em muitas situações, narrar um determinado fato é uma estratégia para que a argumentação melhor se concretize, o que demonstra uma relação entre os pontos de vista (de outras vozes, por exemplo) e a argumentação.

Amossy (2008, p. 232), a partir do desenvolvimento de uma abordagem da argumentação no discurso, compreende que “toda troca verbal apoia-se num jogo de influências mútuas e sobre a tentativa, mais ou menos consciente, de usar a ‘fala’ para agir sobre o outro”. Em vista disso, a argumentação não pode ser definida apenas pelos discursos que, de maneira convicta e intencional, o orador busca convencer o interlocutor sobre a tese que é adotada por ele, particularidade dos textos de visada argumentativa, ou seja, aqueles que possuem macroestrutura argumentativa, como a redação do Enem, o artigo de opinião, o debate, a carta argumentativa e o discurso político. Isto quer dizer que, intencionalmente ou não, ao interagir com o outro, o orador sempre argumentará, exercendo maior ou menor grau de influência no interlocutor, pois o uso da linguagem implica escolhas que comunicam uma determinada visão de mundo. Por essa razão, Amossy (2008; 2011; 2020) afirma que todos os discursos possuem dimensão argumentativa.

Na mesma direção que Amossy (2008; 2011; 2020), Rabatel (2016; 2021) assume que em todo texto há PDV, porque a argumentação está presente em todos os textos: aqueles que são de macroestrutura argumentativa possuem uma argumentação direta e aqueles que não são, como os textos narrativos, possuem uma argumentação indireta. Assim, esses PDV não são

apenas o do locutor principal de um ato enunciativo, mas, também, de outras vozes presentes no discurso. É aí que podemos, em consonância com Cavalcante *et al.* (2022), apontar a diferença entre tese e PDV. A tese é característica de textos que exigem a defesa explícita de uma opinião (termo popular). O PDV, por sua vez, está presente em todos os textos, dado que, o locutor/enunciador possui sempre uma opinião, mesmo não tendo sempre a intenção de convencer o outro sobre esta, embora estabeleça influência sobre ele.

Nesta dissertação, esses conceitos são mobilizados em torno da seguinte compreensão: textos de visada argumentativa como a redação nota mil do Enem – nosso objeto de estudo – apresentam, entre outros aspectos, tese e PDV: a tese e o PDV do L1/E1, que convergem, e PDV de outras instâncias que manifestam opiniões diretas ou não. Esses PDV têm um funcionamento argumentativo ¹⁴no texto do Enem, ou seja, acabam constituindo as estratégias argumentativas para a defesa do PDV do texto.

Desde a Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014) se percebeu a existência de várias técnicas, utilizadas por oradores para persuadir seus auditórios. Ao conjunto dessas técnicas chamamos de estratégias argumentativas ou tipos de argumentos. De acordo com Fiorin (2023, p. 122), “os argumentos são razões contra determinada tese ou a favor dela, com vistas a persuadir o outro de que ela é justa ou injusta, moral ou imoral, benéfica ou prejudicial, etc.”. Logo, um argumento é um enunciado articulado de ideias ou opiniões com o objetivo de fundamentar uma determinada tese, podendo persuadir (de forma velada ou não) um público. Isso implica dizer que no argumento há, ao menos, um PDV (já que é sempre de um enunciador), que, muitas vezes, pode ser acarretado de evidências, definições, causas, fatos, comparações e exemplos, dessa forma, ocasionando um efeito argumentativo e, mesmo de maneira indireta, apoiando uma posição.

Nesse contexto de construção de argumentos para a defesa de um PDV central – tese, é preciso lembrar que textos prototipicamente argumentativos, como a redação do Enem e o artigo de opinião, exigem, além de uma argumentação estratégica, um grau mínimo de autoria. Entretanto, quais são as marcas de autoria? Até que ponto um texto é autoral? Autoria é o mesmo que ineditismo? Dizer que um texto é autoral implica dizer que é um texto sem marcas de outras vozes? Esses questionamentos nos fazem perceber que tratar sobre autoria é algo, ainda, complexo, sobretudo, considerando o que é proposto pelo dialogismo e pela teoria polifônica da enunciação, além da própria noção de intertextualidade (Cavalcante *et al.* 2022).

¹⁴ O funcionamento argumentativo consiste na função argumentativa ocupada/desempenhada pelo gerenciamento de determinada expressão, voz ou posicionamento em uma data situação.

Quando falamos em autor e/ou autoria, sem grandes pormenores, logo fazemos relação às questões legais, no que se refere à atribuição devida de créditos e aos direitos de propriedade intelectual, o que é assegurado, no Brasil, pela lei 9.610 de fevereiro de 1998¹⁵. Entretanto, essa discussão perpassa essas diretrizes estipuladas e busca melhor compreender os aspectos que fazem com que um autor seja, de fato, um autor, e, portanto, como uma produção – e aqui nos centramos em textos escritos – é entendida como autoral. Assim sendo, Maingueneau (2010) destacou que a discussão sobre autor sempre foi centro de preocupação da Teoria Literária, sendo também pauta da Análise do Discurso, e, que, incorporamos para esta dissertação de mestrado, afinal, a Análise do Discurso e a Linguística Textual têm, cada vez mais, estabelecido diversas interfaces, o que fica ainda mais evidente ao Maingueneau (2010) pontuar serem as noções de autoria e texto indissociáveis.

Sobre as circunstâncias suscetíveis de haver a presença de um autor no enunciado, Maingueneau (2010, p. 28) declara:

Difícilmente se dirá que conversação tem “autores”: prefere-se falar de “participantes”, de “interactantes” ou de “interlocutores”. Uma produção verbal, parece, não é “autorizável”, isto é, atribuível a um autor, a não ser que ela seja objeto de uma re-presentation que permita enclausura-la, apreendê-la do exterior, como um todo, de maneira a atribuí-la a uma entidade escolhida entre um conjunto de candidatos possíveis, colocada como seu responsável.

Não é de costume considerarmos que em um dado enunciado há vários enunciadores, pois embora tenhamos conhecimento da noção de polifonia, ou seja, saibamos que o texto/discurso é resultado de outras vozes (Bakhtin, 2003), essa acaba se tornando implícita e internalizada. Assim, se tratando de produções individuais, atribuímos a responsabilidade pelo dizer apenas a um único autor, aquele que é o “protagonista” do evento comunicativo.

De acordo com Possenti (2002, p. 107), a autoria está relacionada “com os conceitos de *locutor* (expressão que designa o “falante” enquanto responsável pelo que diz) e com o de *singularidade* (na medida em que, de algum modo, serve para chamar a atenção para uma forma um tanto peculiar de o autor estar presente no texto”. Nesse sentido, é possível colocar que o autor é aquele que para além de produzir um determinado texto, apresenta, em maior ou menor grau, algo que torne a sua produção peculiar, o que não significa exigir o total ineditismo, pois a maioria das ideias é influenciada por aquilo que já existe. A presença das instâncias

¹⁵ A lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, regula os direitos autorais, considerando as questões de publicação, transmissão ou emissão, retransmissão, distribuição, comunicação ao público, reprodução, contrafação e obra. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm> Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

enunciativas – locutor e enunciador – nos textos, demonstra a relação existente de um texto com diversos outros dizeres. Desse modo, podendo um texto ser composto por variadores enunciativos e, também, ser autoral.

Além dos fatores relativos à textualidade, Possenti (2002, p. 109) acredita que a qualidade de um texto pode ser medida através dos fatores discursivos, especialmente, através da subjetividade e da sua inserção num discurso: “trata-se tanto de singularidade quanto de tomada de posição”. Nessa direção, Possenti (2002; 2009; 2013) pontua que é necessário levar em conta algumas questões para avaliar a qualidade de o texto: a primeira delas é que, embora sejam necessárias, *não basta que um texto satisfaça exigências de ordem gramatical*, pois, mesmo ele tendo uma escrita sem desvios, pode, facilmente, não se fazer coerente; a segunda, por sua vez, se refere ao fato de que *não basta que o texto cumpra com as exigências do ponto de vista textual*, já que por mais que ele seja acarretado de alguns dos fatores de textualidade, por exemplo, ele pode não apresentar uma tomada de posição por parte do autor e também não se enquadrar com os padrões estabelecidos por protótipos considerados como exemplares; a terceira, diz respeito a “fazer com que entidades e ações que aparecem num texto tenham exatamente historicidade” (p. 112), isto é, produzir um discurso que faça sentido com um determinado contexto histórico, social e de produção, tornando-o relevante para a ocasião.

Por conseguinte, assumindo uma perspectiva discursiva, Possenti (2002; 2009; 2013) aponta os indícios de autoria, que se relacionam “com os arranjos que faz o estudante para apresentar, organizar e defender o ponto de vista que orienta o seu projeto de texto” (Silva, 2020, p. 13). Posto isso, Possenti (2002; 2009; 2013) destaca quatro indícios de autoria: *gerenciar os diferentes pontos de vista, manter distância, evitar mesmice e controle do texto*. De forma geral, é possível entender que avaliar a autoria no texto é buscar traços que assinalam a subjetividade do produtor textual (Silva, 2020). Isso se torna ainda mais perceptível ao apreender o que diz respeito a cada um dos indícios.

No que se refere ao primeiro indício, *gerenciar os diferentes pontos de vista*, estabelecemos uma articulação direta com a Abordagem Enunciativa e Interacionista da Narrativa (Rabatel, 2016; 2021), dado que esse indício concerne no gerenciamento e organização das diferentes vozes de enunciativos: os PDV. Então, Possenti (2002; 2009; 2013) assume que um texto autoral não dispensa outras vozes, oposto a isso, ele é perpassado por essas. O que nos permite concluir que autoria e ineditismo não é a mesma coisa, afinal, a própria compreensão sobre ineditismo pode ser um pouco precipitada, pois não existem textos absolutamente inéditos: sempre dizemos algo com base no outro e, portanto, estabelecemos um diálogo com o outro (Bakhtin, 2003).

O segundo indício, *manter distância*, está relacionado com a posição do autor, que pode estar explícita ou não. O fato é que, mesmo quando o autor omite o posicionamento, ou seja, mantém distanciamento do que está sendo dito, atribuindo a responsabilidade enunciativa ao outro, ainda demonstra uma posição, pois “implica sempre uma tomada de posição” (Silva, 2020, p. 14).

O terceiro indício, *evitar mesmice*, sugere a diversidade de formas de expressão, evitando o uso automático de estruturas linguísticas previsíveis, especialmente, “a repetição do emprego quase sempre enfadonho de verbos prototipicamente *dicendi*, como o relativamente neutro ‘dizer’, o que se configura como indício de autoria” (Silva, 2020, p. 14). O autor, ainda, em consonância com Possenti (2002; 2009; 2013), enfatiza que “não se trata de variar por variar, como se se devesse confeccionar uma lista de verbos *dicendi* para evitar o emprego de um mesmo verbo mais de uma vez em cada texto. A variação só é interessante quando obedece a tomadas de posição” (p. 14). Em suma, *evitar a mesmice*, é ir em busca por formas mais inovadoras e expressivas para estabelecer a comunicação.

O quarto indício, *controle do texto*, é a capacidade do locutor de mobilizar PDV, muitas vezes, contraditórios, sabendo estabelecer conexões entre esses, não perdendo o domínio sobre o texto (Possenti, 2009). Ter domínio sobre o texto é indispensável não apenas para a presença da autoria, mas, essencialmente, para a existência de sentidos. Estabelecendo um diálogo com Rabatel (2016; 2021), podemos dizer que uma das marcas de controle do texto é o gerenciamento dos PDV, que são mobilizados para fundamentar o texto e, portanto, torná-lo acarretado de sentido.

Ainda em relação à autoria, Silva (2020, p. 24) afirma:

Não importa apenas o conteúdo, mas também a combinação entre forma e conteúdo, porque é reveladora da existência de um projeto de dizer para o texto, que compreende desde a seleção de palavras, o modo como são arrançadas, a estrutura do texto, a escolha das ideias a serem abordadas, o ponto de vista defendido, dentre outros aspectos.

Assim, a autoria de um texto não pode ser definida apenas pelo conteúdo, mas, principalmente, da relação que deve existir entre o conteúdo com os aspectos formais do texto. Essa relação pode ser identificada desde os aspectos estruturais do texto à maneira como às ideias são postas, organizadas e relacionadas, atuando em defesa de um PDV explícito ou subentendido.

A discussão aqui realizada escancara o caráter interdisciplinar da Linguística Textual, visto que ela compreende a linguagem a partir de um diálogo com diversas perspectivas e

contribuições de outras áreas. Ora, se todos os textos possuem uma dimensão argumentativa (Amossy, 2008; 2011; 2020), PDV (Rabatel, 2016; 2021) e se entre os indícios de autoria, o gerenciamento de PDV e a adoção de determinadas posturas estão envolvidos, é pertinente dizer que há uma relação intrínseca e multifacetada entre a autoria, a argumentação e os PDV, porque esses conceitos estão juntamente presentes nos textos, embora, em alguns momentos possam não ser facilmente percebidos.

O próximo capítulo, “A redação do Enem: um gênero do discurso”, tem foco no gênero redação do Enem – um texto utilizado no contexto de exame, que avalia a capacidade crítica e argumentativa do participante de discutir sobre um determinado tema acerca de questões sociais brasileiras.

3 A REDAÇÃO DO ENEM: UM GÊNERO DO DISCURSO

Dadas nossas abordagens teóricas, apresentamos, neste capítulo, a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nosso objeto de estudo imediato, concebendo-a a partir de uma perspectiva textual. Nesse sentido, refletimos, inicialmente, sobre o Enem, lócus de produção da redação. Em sequência, discorremos sobre essa produção textual dele decorrente e o seu enquadramento como gênero do discurso (Bakhtin, 2016), dando ênfase a aspectos relevantes para a sua compreensão, como a composição, o estilo e a tipologia predominante. Tratamos, ainda, sobre o processo avaliativo da prova de redação, destacando como a correção é realizada pelos avaliadores a partir das cinco competências linguístico-textuais-discursivas exigidas dos participantes, além de focalizarmos situações que podem levar o participante a obter nota zero. Por fim, a última subseção deste capítulo traz uma breve explanação sobre o ensino de redação do Enem na escola.

3.1 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM): BREVE HISTÓRICO

Figura 2: Nota do Enem



Fonte: G1¹⁶

O meme acima ironiza o receio dos participantes em saber da nota obtida no exame. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998, com o intuito de avaliar o nível de desempenho escolar dos estudantes que estavam em processo de conclusão da etapa do Ensino Médio da Educação Básica. O planejamento, a realização e a operacionalização de resultados do exame é responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC)

¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2016/01/nota-do-enem-2015-resultado-e-espera-de-18-horas-gera-memes.html>> Acesso em: 17 de setembro de 2023.

brasileiro, que, obedecendo as proposições da Portaria 438, de 28 de maio de 1998, que instituiu o exame, realiza, anualmente, a aplicabilidade das provas que o compõem.

Desde a sua criação, em 1998, o Enem já tinha como objetivos:

- I – conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
 - II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
 - III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
 - IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio.
- (Brasil, 1998, p. 5).

Nesses termos, o exame apresenta-se como uma espécie de baliza do conhecimento, que pode auxiliar, a partir dos resultados gerais, as instituições educacionais no processo de planejamento dos seus currículos e das estratégias de ensino e de aprendizagem, e apoiar o participante inscrito, no sentido de permiti-lo fazer uma autoavaliação da aprendizagem.

No que diz respeito aos primeiros anos de existência do Enem, Fernandes (2020, p. 62) declara:

Naquele momento, a participação no ENEM não era avaliada com o objetivo de seleção, mesmo que essa possibilidade já estivesse presente no seu documento normativo de implantação, mas conferia ao aluno um boletim individual, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado obtido, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes. Em nível nacional, os resultados eram compilados pelo INEP, cuja função incluía o planejamento, a operacionalização do exame e a emissão de relatórios dos resultados do ENEM, que eram disponibilizados para as instituições de ensino superior, para as secretarias estaduais de educação e para os pesquisadores, visando, conforme o próprio órgão, ao aprofundamento e à ampliação de análises do sistema educacional.

Inicialmente, o Enem ocupou apenas a função de baliza do conhecimento, sendo que os outros objetivos estabelecidos na portaria de criação parecem não ter tido a devida atenção naquele momento. Porém, em 2004, através da Lei nº 11.096/2005, com a criação do Programa Universidade para Todos (Prouni), que visa conceder bolsas parciais e integrais de estudos para aqueles que pretendessem estudar em universidades privadas, a nota obtida pelo Enem passou a possibilitar o ingresso dos participantes na universidade através de tais bolsas. Essa estratégia aumentou a credibilidade do exame e, conseqüentemente, o número de candidatos inscritos em cada edição, segundo dados do Inep¹⁷.

Em função disso, a partir do ano de 2008, o Enem se tornou um exame de seleção nacional que passou a possibilitar a entrada do participante em instituições de Ensino Superior públicas. Em 2009, o exame popularizou-se ainda mais através da ampliação do acesso à

¹⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exameseducacionais/enem/historico>> Acesso em: 01 de agosto de 2023.

educação superior com a criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), pelo MEC. O Sisu permite o ingresso de alunos em cursos de graduação de universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais, considerando a nota obtida no Enem.

No ano de 2013, a maior parte das instituições públicas brasileiras adotou o exame como critério de seleção para acesso aos cursos de graduação, em substituição aos vestibulares e processos seletivos vocacionados. Assim, o Enem tornou-se, até os dias atuais, a principal forma de acesso ao Ensino Superior brasileiro.

O participante também pode utilizar a nota obtida no exame para ser beneficiado com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do MEC que garante aos selecionados o auxílio para custear as mensalidades do curso até o final da graduação, devendo o aluno fazer as devolutivas financeiras necessárias após a conclusão de seu curso. Além disso, a partir do ano de 2014, algumas universidades portuguesas passaram também a considerar a nota obtida no Enem em suas seleções, assim, transcendendo os muros das instituições brasileiras.

O Enem tem 25 anos de história. Desde sua primeira edição, realizada em 1998, até a edição do ano de 2008, o exame já era composto de uma prova dissertativa, a chamada “redação”, escrita nos moldes de um texto dissertativo-argumentativo, e uma prova objetiva, composta por 63 questões com cinco alternativas cada. Nesse período, o exame não organizava provas distintas para cada área do conhecimento: realizava apenas uma única avaliação objetiva, de caráter interdisciplinar. Com o intuito de delinear um modelo que fosse o principal meio de acesso às universidades públicas, a partir da edição do ano de 2009, o exame sofreu uma reformulação, o que demarcou o chamado “novo Enem”.

Organizacionalmente, o novo modelo manteve a prova discursiva – a prova de redação, que sempre seguiu um mesmo modelo estrutural. A parte objetiva passou a ser organizada em quatro avaliações, divididas conforme as grandes áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira - Inglês/Espanhol, Educação Física, Artes e Tecnologias da Informação e Comunicação), Ciências Humanas e suas Tecnologias (Filosofia, Geografia, História e Sociologia), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática). Embora assim organizadas, as questões ainda buscam manter um caráter interdisciplinar. Cada uma das avaliações é constituída por 45 questões, o que resulta em 180 ao todo, com cinco alternativas de múltipla-escolha cada. Essa é a organização do Enem atual, que exige do participante competências específicas de cada área do conhecimento e competências interdisciplinares.

Com efeito, pode-se afirmar que o Enem é uma das maiores avaliações de larga escala do Brasil. A prova de redação que compõe o exame consiste em uma produção textual discursiva com constrangimentos peculiares. O gênero, que tem grande ocupação nos estudos relativos à escrita no Ensino Médio, é objeto de estudo desta dissertação de mestrado e será apresentado, detalhadamente, durante este capítulo.

3.2 REDAÇÃO DO ENEM COMO GÊNERO DO DISCURSO: CARACTERIZAÇÃO

A redação do Enem é uma produção de texto escrita na modalidade formal da língua portuguesa, desenvolvida em torno de um tema social, político, econômico e/ou cultural, dentro dos limites de um texto dissertativo-argumentativo (Brasil, 2022), o que exige do participante posicionamento crítico diante do tema, a partir da defesa de um ponto de vista.

A argumentação é constitutiva da redação do Enem e sua construção é apoiada em aspectos históricos, científicos, sociais e políticos, que devem ser, de maneira organizada, mobilizados pelo participante. Além disso, o gênero em questão requer a elaboração de uma proposta de intervenção, ou seja, uma possível solução para a problemática tratada, relacionada ao tema e que respeite os direitos humanos.

Sobre esse texto, circulam discussões no que se refere ao seu enquadramento enquanto gênero do discurso. Essas reflexões parecem não chegar a um consenso. Os gêneros do discurso são “tipos *relativamente estáveis* de enunciados” (Bakhtin, 2016, p. 13, grifos do autor), que apresentam, de modo indissociável, um estilo verbal, uma estrutura composicional e um conteúdo temático. Definidos assim em função do grau de estabilidade existente, os gêneros nascem e são produzidos nas mais diversas esferas de comunicação humana, com a finalidade de também regular as situações comunicativas.

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado (Bakhtin, 1997, p. 301).

De acordo com Bakhtin (2016), não há outra forma de comunicação senão pelos gêneros do discurso, por essa razão, utilizamos gêneros a todo momento. As relações entre os interlocutores, os contextos em que estão envolvidos e os objetivos a que pretendem alcançar proporcionam a escolha por dado modelo de gênero. Tal seleção pode se dar de maneira consciente ou não.

No caso da redação do Enem, produzida no contexto de uma avaliação de larga escala, a situação-exame é o campo da atividade humana em que esse gênero se desenvolve, que, como qualquer outro, possui condições de usos específicas. Os parâmetros estabelecidos para a produção textual do Enem apontam que o participante deve elaborar uma proposta de intervenção tendo em vista o problema em questão, além de que tal proposta deve respeitar os direitos humanos, duas das condições específicas da redação do Enem.

Ao considerar que “um gênero não existe no vácuo, mas na relação com outros gêneros” (Bonini, 2011, p. 681), torna-se relevante dizer que a redação do Enem é resultado de um outro gênero: a prova de redação do Enem – o texto que explicita o comando a ser seguido pelo participante – gênero que é, inclusive, constituído por outros gêneros (charges, artigos de opinião, gráficos e outros) – identificados a partir dos textos motivadores – com os quais estabelece relações intertextuais.

Conforme Bonini (2008) um hipergênero é um gênero que abriga outros gêneros. Nessa perspectiva, a prova do Enem é um hipergênero, pois é composta por cinco avaliações. Desse modo, a redação do Enem e as demais provas objetivas são gêneros que colaboram para o desenvolvimento da prática social que compõem: a situação de exame.

Até aqui, já é possível perceber que assumimos a redação do Enem como um gênero do discurso. Além de cumprir com um propósito comunicativo – avaliar o posicionamento crítico do participante sobre um determinado problema socialmente relevante – e se situar em um contexto de exame, ela se caracteriza por apresentar a tríade de elementos constitutivos dos gêneros, como proposto por Bakhtin (2016): conteúdo temático, estrutura composicional e estilo, apresentados, de forma sucinta, a seguir.

O conteúdo temático é o conjunto de informações que são apresentadas sobre um determinado assunto: reflete as influências sociais, históricas e culturais de um determinado locutor, e tem uma natureza interativa, ou seja, é marcado pela interação com outras vozes e pontos de vista (Bakhtin, 2005). No que diz respeito à redação do Enem, o conteúdo temático está relacionado ao tema da redação. Ainda em conformidade com as definições apresentadas pela cartilha, o tema constitui “o núcleo das ideias sobre as quais o ponto de vista se organiza e é caracterizado por ser uma delimitação de um assunto mais abrangente” (Brasil, 2022, p. 11). O tema “tem um índice de valor social da natureza interindividual, além de ter um caráter ideológico, histórico-fenomenológico, sociológico e dialógico” (Oliveira, 2016, p. 23). Assim, de modo geral, diz respeito ao assunto que está sendo debatido.

Para conseguirmos identificar um tema podemos nos questionar: sobre o que estamos tratando? Em consonância com Oliveira (2021), o conteúdo temático da redação do Enem

dialoga com os temas de ordem política, econômica, social ou cultural presentes na prova, que instigam a curiosidade de inscritos e professores desde antes a aplicação. No processo de produção do gênero, o locutor deve adotar um posicionamento sobre o tema, acionar o seu conhecimento enciclopédico, relacionar seus saberes e organizar o seu texto de forma coerente, a partir de um olhar crítico diante da problemática abordada.

De acordo com a cartilha do participante, que orienta a escrita da redação do Enem (Brasil, 2022), o produtor do texto deve evitar o tangenciamento do tema, ou seja, ele precisa estar atento ao recorte temático definido pela prova. Muitos participantes, seja pela falta de preparação ou por outros fatores de ordem psicológica e social (ansiedade, pressa ou pressão de terceiros), acabam fugindo total ou parcialmente ao tema da redação. A fuga ao tema em uma produção escrita pode demonstrar a ausência de habilidades interpretativas, o que demonstra que a redação é um texto que avalia a capacidade de leitura e interpretação do participante.

O eixo temático é um “macrotema”, isto é, um tema amplo que pode situar o participante na identificação da seara em que se encontra o recorte encontrado no enunciado da proposta de redação. O quadro 09 apresenta o tema da proposta de redação e o eixo temático de todas as edições do Enem (1998 – 2022). Parece-nos que as propostas de redação do Enem têm focalizado em pelo menos sete eixos principais: arte e cultura, direitos humanos, educação, ética e cidadania, meio ambiente, saúde e tecnologia.

Quadro 9: Temas das edições do Enem

Ano da edição	TEMA DA PROPOSTA DE REDAÇÃO	EIXO TEMÁTICO
1998	“Viver e aprender”	Ética e cidadania
1999	“Cidadania e participação social	Ética e cidadania
2000	“Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional?”	Direitos humanos
2001	“Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito?”	Meio ambiente
2002	“O direito de votar: como fazer dessa conquista um meio para promover as transformações sociais de que o Brasil necessita?”	Ética e cidadania
2003	“A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”	Direitos humanos
2004	“Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação”	Tecnologia
2005	“O trabalho infantil na realidade brasileira”	Direitos humanos
2006	““O poder de transformação da leitura”	Educação
2007	““O desafio de se conviver com a diferença”	Direitos humanos
2008	“Como preservar a floresta Amazônica?”	Meio ambiente
2009	“O indivíduo frente à ética nacional”	Ética e cidadania
2010	“O trabalho na construção da dignidade humana”	Ética e cidadania
2011	“Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”	Tecnologia
2012	“Movimento migratório para o Brasil no século 21”	Direitos humanos
2013	“Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”	Ética e cidadania

2014	"Publicidade infantil em questão no Brasil"	Direitos humanos
2015	"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"	Direitos humanos
2016	"Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil"	Direitos humanos
2017	"Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil"	Educação
2018	"Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na Internet"	Tecnologia
2019	"Democratização do acesso ao cinema no Brasil"	Arte e cultura
2020	"O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira"	Saúde
2021	"Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil"	Direitos Humanos
2022	"Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil"	Arte e cultura
2023	"Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil"	Direitos Humanos

Fonte: elaborado pelo autor.

Verificar o tema de forma cuidadosa é proporcionar, entre outros aspectos, a observação do ponto que é focalizado sobre o eixo temático da prova de redação, percebido pela própria construção sintática da frase que o resume. Cavalcante e Silva (2023) exemplificam essa questão ao se referirem à prova de redação da edição do ano de 2022, que tinha como indicação o tema “*Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil*”. Os autores afirmam que o participante deveria, então, “problematizar os **desafios** para que esses povos sejam minimamente valorizados no país” (Cavalcante; Silva, 2023, p. 54, grifos dos autores). Desse modo, o participante não deveria tratar amplamente sobre os povos tradicionais do Brasil, nem apenas enfatizar a importância de valorizá-los, mas apontar quais os desafios que a sociedade brasileira ainda enfrenta para fazer jus ao reconhecimento que essas comunidades devem ter. Assim como na edição de 2020, por exemplo, que tinha como tema “*O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira*”, no qual os participantes deveriam versar sobre o preconceito existente com pessoas que possuem essas condições existenciais, o que se supõe do emprego da palavra estigma. Por essa razão dizemos que é necessário analisar cada um dos vocábulos que constituem a frase temática da redação do Enem, uma vez que é importante dissertar sobre o que é esperado pela proposta de redação.

O estilo é outro elemento que, indissolivelmente, constitui os gêneros do discurso. Na redação do Enem, essa característica pode ser observada através da linguagem empregada pelo participante, caracterizada pelo uso da modalidade escrita padrão da língua portuguesa, pela ocorrência de operadores argumentativos, pela seleção de vocabulário pertencente ao campo semântico do tema, pela pontuação. Em síntese, a estilística do texto da redação do Enem é demarcada através de elementos *discursivo-enunciativos*, *linguísticos* e *textuais* que compõem esse gênero.

De acordo com Oliveira (2021), os mecanismos *discursivos-enunciativos* são percebidos pelo posicionamento autoral (posição adotada pelo autor), pelo gerenciamento de

vozes do texto (figuras e pontos de vista distintos que o autor utiliza para construir a argumentação textual) ou pelos modalizadores (elementos gramaticais ou lexicais) utilizados para marcar uma determinada posição enunciativa. Por sua vez, ainda apoiando-nos na autora, os aspectos *linguísticos* correspondem às escolhas lexicais, gramaticais e fraseológicas que faz o participante para atender ao gênero redação do Enem e, conseqüentemente, a esfera de comunicação (exame), que necessita da aplicabilidade das regras de convenções de escrita e da modalidade formal da língua portuguesa. Já os elementos *textuais* são, em consonância com Oliveira (2021), aqueles que organizam a textualidade da redação, garantindo a progressão temática e tornando o texto da redação do Enem coeso e coerente. Isso se evidencia pelo uso de organizadores textuais que promovem a conexão e o diálogo entre as partes do texto.

Além do conteúdo temático e do estilo, Bakhtin (2016) aponta a construção composicional como outro elemento importante para a constituição dos gêneros. Sabendo que todo ato comunicativo só acontece a partir da usabilidade de gêneros, a composição é o que demarca o formato, a estruturação e o plano textual.

Tendo isso em vista, é elementar asseverar que a redação do Enem se dá através de textos prescritivos: a cartilha do participante e a prova de redação do Enem. O enunciado da prova, que tem caráter prescritivo, não detalha o que se espera da estruturação do gênero redação do Enem, visto que além de necessitar ser objetivo, se compreende que os participantes já chegam no exame dominando a escrita do texto.

Assim, torna-se necessário dizer que, do ponto de vista didático, os textos possuem, de forma geral, três partes em sua composição: introdução, desenvolvimento e conclusão. Isto é, embora a redação do Enem tenha essa estruturação, um dos textos prescritivos da redação do Enem – a cartilha (Brasil, 2022) – especifica que a estrutura canônica requerida pelo gênero se refere ao *tema, ponto de vista, argumentos e proposta de intervenção*. O tema e o ponto de vista do locutor-enunciador primeiro, ou seja, a tese, devem ser apresentados logo na introdução; o desenvolvimento deve ser constituído pela explanação dos argumentos mobilizados; e a conclusão deve ser, essencialmente, composta pela proposta de intervenção. Ademais, é relevante pontuar que é uma estrutura apontada pelo texto prescritivo do Enem visando a obtenção da nota máxima, porém, o produtor do texto pode fazer outras escolhas, que devem ser bem planejadas.

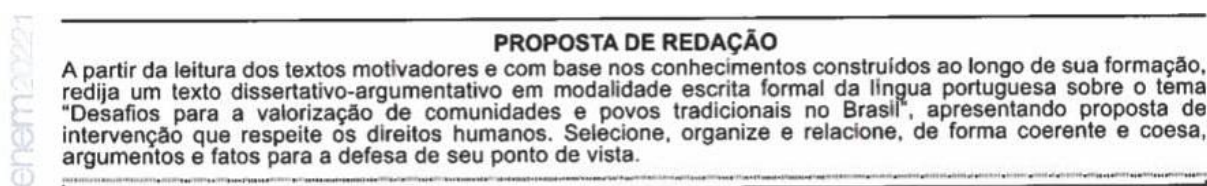
Ainda relativo à estruturação do texto, é importante considerar que o Enem não estabelece quantitativo de parágrafos que devem compor a redação. No entanto, redações avaliadas com nota mil sugerem que quatro parece ser o total tomado como referência. Fazer mais ou menos parágrafos do que tal quantidade pode, pois, comprometer a nota da prova de

redação. Essas considerações relacionadas aos parágrafos do texto formulam mais um dos constrangimentos do gênero, ainda que de maneira inferida. A extensão gráfica da redação deve ser de, no máximo, trinta, e, no mínimo, sete linhas autorais. Essas linhas são divididas em parágrafos que devem promover uma leitura lógica e coerente do texto.

Além de contemplar os três elementos indissociáveis de um gênero do discurso – unidade temática, estilo e estrutura composicional, a redação do Enem tem uma função social, fator importante para a caracterização de um gênero (Marcuschi, 2008). Essa função diz respeito a atestar a competência crítica e comunicativa do participante, isto é, sua capacidade de escrever um texto adequado à norma padrão, problematizando uma questão social, com uma argumentação amparada em um repertório de conhecimentos que formulam uma perspectiva particular.

Dado o seu enquadramento como gênero do discurso, é fundamental tratar sobre a classificação tipológica do gênero redação do Enem. Nessa perspectiva, o exame atribui à redação do Enem a nomenclatura de texto dissertativo-argumentativo (Brasil, 2022). Para além de isso ser apresentado pela cartilha, também pode ser constatado a partir da análise do próprio enunciado da prova de produção textual da edição de 2022. Vejamos abaixo tal enunciado:

Figura 3: Enunciado da proposta de redação



Fonte: prova de redação do Enem – edição 2022¹⁸

A nomenclatura “dissertativo-argumentativo” não diz respeito a um gênero. Esse é um agrupamento que nos parece se aproximar de uma classificação tipológica, ainda que não se trate de uma categoria tipológica comumente utilizada por estudiosos que refletem sobre os modos de organização dos textos. Travaglia (2009), por exemplo, compreende a dissertação e argumentação como duas tipologias distintas de classificação dos textos.

De acordo com a Cartilha do participante (Brasil, 2022), o texto é argumentativo, porque apresenta a defesa de um ponto de vista central, com uma argumentação baseada em juízos de

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2022/noticia/2022/11/13/prova-de-redacao-do-enem-2022-usa-texto-e-grafico-de-reportagens-do-g1-sobre-os-povos-tradicionais.ghtml>> Acesso em: 17 de setembro de 2023.

valores do participante e concretizando-o como um sujeito social; e é dissertativo, porque apresenta a utilização de explicações para justificar um determinado posicionamento.

Portanto, para o exame, a redação consiste em um texto de dupla natureza tipológica. Todavia, é preciso levar em conta que o significado que o material do participante atribui à dissertação não se difere do que consideramos na Linguística Textual por um texto de caráter argumentativo (Cavalcante, 2023). O que queremos dizer é: a classificação da tipologia textual unicamente como argumentativa já poderia contemplar essa justificativa dada pelo material do Inep, afinal, nela também encontramos explicações para justificar determinados argumentos.

Entretanto, não é nosso intuito acusar o Inep de fazer uso de uma nomenclatura inadequada para o texto da redação do Enem. Alinhado ao que tratam Cavalcante e Silva (2023) estamos apenas refletindo sobre sua caracterização, frisando que esta é uma forma particular de denominação do gênero, que, vem sendo, inclusive, tomada de empréstimo por outros exames de seleção e concursos públicos brasileiros¹⁹. Além disso, ainda que o texto do Enem trata de um gênero produzido no contexto de exame, unidades educacionais como escolas e cursinhos preparatórios fazem a aplicabilidade de propostas de redação com intuito de preparar o aluno para participar desta seleção de larga escala.

Nesse sentido, assumimos, em consonância com Cavalcante e Silva (2023), que a redação do Enem é um **gênero de macroestrutura argumentativa** com outras sequências textuais, isto é, que estão a serviço desta macroestrutura. Os autores justificam esse aspecto utilizando como exemplo o texto de incitação à ação (injunção), que pode ser encontrado na redação do Enem através da proposta de intervenção.

Ao sugerir uma alternativa para o problema tratado, o participante instrui, de forma direta, um responsável (o agente) a adotar determinada postura, indicando, inclusive, o procedimento de como realizá-la (o meio), o resultado (o efeito) e uma ou mais informações necessárias para especificar um dos outros elementos (o detalhamento) (Cavalcante; Silva, 2023, p. 63).

Objetivando exemplificar o que os autores pontuam, trazemos um fragmento de uma redação nota mil do Enem – presente na cartilha do participante da edição de 2022 – em que podemos verificar a presença da injunção no gênero.

¹⁹ A prova de redação do concurso público da prefeitura municipal de Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco, Brasil), aplicada em julho de 2023, pode ser utilizada aqui para ilustrar essa questão. A proposta de redação teve o seguinte comando: “Diga o que pensa do tema proposto, em texto dissertativo-argumentativo, de aproximadamente 20 a 30 linhas, redigido em língua culta, dando especial atenção aos argumentos apresentados”. Disponível em: <https://conhecimento.fgy.br/sites/default/files/concursos/cnm101-professor-1cnm101-tipo1_1.pdf> Acesso em: 16 de setembro de 2023.

Quadro 10: Exemplo 8 – Traços de incitação à ação na redação nota mil do Enem

“Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca dos seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, a qual irá promover, nas escolas públicas de todos os 5570 municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania, os quais irão acontecer tanto extracurricularmente quanto nas aulas de sociologia. Isso deve ocorrer, a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, podem mudar o atual cenário de precária cidadania e desigualdade”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

Marcuschi (2008) pontua a questão de os gêneros possuírem uma tipologia dominante, mas, também, marcas de outras tipologias. O excerto acima demonstra a sequência injuntiva dentro da redação do Enem, pois a participante aponta e discute uma proposta para resolver a problemática de ainda haver no Brasil um grande número de pessoas sem certidão de nascimento. Com esse propósito, aponta: o **agente** – Ministério da Educação –, a **ação** – reforçar políticas de instrução da população acerca dos seus direitos –, o **meio** – a partir da criação de um projeto nacional de acesso à certidão –, o **efeito** – promoção de debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania em 5570 municípios brasileiros – e o **detalhamento** do meio – ocorrer de forma extracurricular e nas aulas de sociologia.

Outrossim, é possível encontrarmos traços de outras sequências textuais. O participante pode fazer um breve relato (narração) de um acontecimento que marcou um fato histórico e trazer exemplos explicativos (exposição) para dar sustentação ao seu argumento, por exemplo, o que pode ser compreendido como repertório sociocultural (Cavalcante, 2023). Nesse sentido, podemos, inclusive, dizer que a presença de sequências expositivas, descritivas, narrativas etc. no texto da redação do Enem podem estar, de modo mais amplo, a serviço da argumentação do texto. A figura 04 ilustra a presença da descrição na redação nota mil do Enem.

Quadro 11: Exemplo 9 – Imbricamento de sequências textuais na redação nota mil do Enem

“Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2023

No recorte acima, o participante utiliza da descrição para argumentar em defesa do seu ponto de vista. Se apropriando da literatura para discutir um problema que é recorrente na contemporaneidade, o produtor do texto aborda um dos livros mais importantes e influentes da literatura brasileira, “Vidas secas”, de Graciliano Ramos. O autor faz uma descrição de alguns dos personagens da obra literária – especialmente os dois filhos do casal de protagonistas – a partir de um paralelo da ficção com o real, com fins de enfatizar a problemática que há em não possuir a certidão de nascimento e outros documentos importantes para a identidade do indivíduo.

Dessa forma, é possível compreender que a redação do Enem tem tomado grandes proporções e ocupado um papel de relevância social. Afinal, para além de possibilitar a aprovação participante em algum processo seletivo com a nota do exame, demonstrar domínio das regularidades da escrita e da construção argumentativa, é de fundamental importância para atuações sociais diversas.

3.3 AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM: A MATRIZ DE REFERÊNCIA E O PROCESSO DE CORREÇÃO

Figura 4: Meme – escrita do Enem



Fonte: O globo²⁰

O meme acima circulou nas redes sociais no período de aplicação do exame durante todas as últimas edições e representa um anseio dos participantes por uma pontuação alta na prova de redação. O humor do texto está presente na frase “ensinando como se faz miojo, no

²⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2016/01/nota-do-enem-2015-resultado-e-espera-de-18-horas-gera-memes.html>> Acesso em: 17 de setembro de 2023.

meio da redação!!!”. O uso do enunciado se deu devido a uma situação ocorrida na edição de 2012, do Enem: após ter escrito dois parágrafos sobre o tema "movimento migratório para o Brasil no século 21", um participante resolveu descrever uma receita de miojo. O caso ficou conhecido após o participante divulgar em suas redes sociais a sua redação e a nota a ela atribuída. O fato de o texto ter sido relativamente bem avaliado foi motivo de inúmeras controvérsias relativas à correção do texto do Enem. Frente esse episódio, mas considerando, sobretudo, a complexidade que recobre o processo de correção de textos, ainda mais em um exame de larga escala como o Enem, torna-se imprescindível tratar do processo de avaliação da redação, a fim de pontuar como ele acontece em termos práticos e, ainda, refletir sobre o gênero.

3.3.1 O processo de correção: os corretores, as notas e as situações que anulam o texto

O texto do Enem é “avaliado por, pelo menos, dois professores graduados em Letras ou Linguística, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro” (Brasil, 2022, p. 5). A correção é realizada às cegas e os corretores se apropriam das cinco competências avaliativas da redação para que o processo de correção ocorra de forma mais justa possível. Na figura 05, apresentamos as cinco competências que são utilizadas no processo de correção da redação do Enem.

Figura 5: Competências avaliativas da redação do Enem

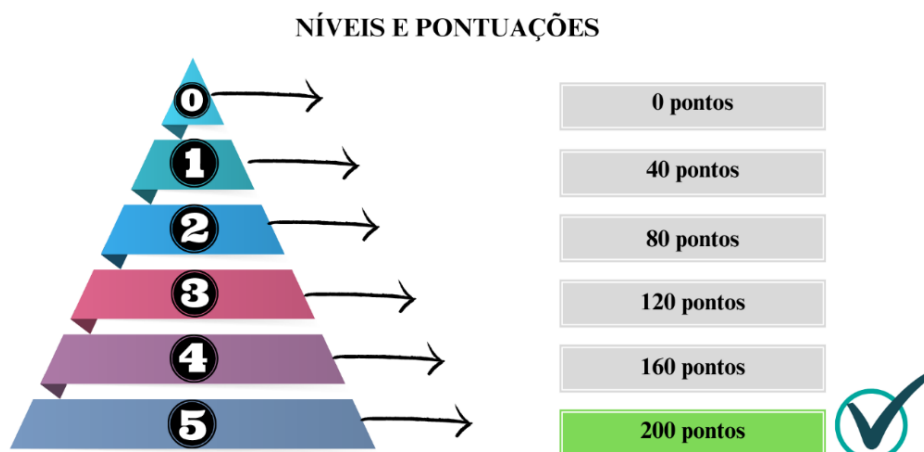


Fonte: Elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Cada uma das competências apresentadas na ilustração acima equivale a 20% da nota total da redação – mil pontos. Portanto, o participante pode pontuar de zero a duzentos pontos

em cada uma delas. A pontuação final é dada através do resultado de uma média aritmética, que consiste na soma das notas atribuídas pelos corretores, dividida pela quantidade de corretores. Cada competência possui em sua matriz de referência seis níveis – 0, 1, 2, 3, 4, 5 e 6. De um nível para outro, há a diferença de quarenta pontos. A figura 06 ilustra essa questão:

Figura 6: Níveis e pontuações



Fonte: elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

A cartilha do participante (Brasil, 2022) declara: se as notas atribuídas pelos dois corretores resultarem em uma discrepância de mais de cem pontos no total ou acima de oitenta pontos em pelo menos uma das competências, o texto é avaliado por um terceiro corretor de forma independente. Após a avaliação da correção ser realizada por esse avaliador, a nota final será o resultado aritmético das duas avaliações que mais se aproximarem. Em caso de persistência na discrepância, a redação será analisada por uma banca com três corretores, que atribuirá a nota final do participante na redação.

Para além dos seis níveis de cada competência, há, no processo de avaliação, situações que levam diretamente à anulação da produção textual. Conforme Francisco (2017, p. 221):

Para verificar se uma redação se enquadra em qualquer dessas situações, a produção textual do participante é analisada com base em um conjunto de critérios parcialmente “fixos” (ou seja, independem do tema da redação em uma dada edição do Exame) e parcialmente variáveis (porque relacionados com o tema da redação).

Nesse sentido, a cartilha do participante (Brasil, 2022) aponta as situações que fazem com que a nota zero possa ser obtida na redação. Esses cenários são descritos por nós a seguir:

- i) Fuga total ao tema;
- ii) Não obediência ao tipo dissertativo-argumentativo;
- iii) Extensão de até 7 (sete) linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo;

- iv) Cópia de texto(s) da prova de redação e/ou do caderno de questões sem que haja pelo menos 8 linhas de produção própria do participante;
- v) Desenhos e outras formas propositalmente de anulação;
- vi) Números ou sinais gráficos sem função evidente;
- vii) Parte deliberadamente desconectada do tema proposto (o caso da receita de miojo);
- i) Improprios e outros termos ofensivos, ainda que façam parte do projeto de texto;
- ii) Assinatura, nome, iniciais, apelido, codinome ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante.
- iii) Texto predominante ou integralmente escrito em língua estrangeira.
- iv) Folha de redação em branco
- v) Texto ilegível, que impossibilite sua leitura por dois avaliadores independentes.

A redação do Enem tem uma avaliação peculiar. Ao realizar a prova discursiva do exame, é esperado que o participante apresente domínio da escrita, avaliado a partir de suas competências. Essas competências referem-se às habilidades do participante de “saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se, assumir responsabilidades, ter visão estratégica” (Fleury; Fleury (2001, p. 187). Dessa forma, ter competência é demonstrar um conjunto de habilidades necessárias para um fazer específico, mobilizando saberes peculiares para interagir com o mundo.

Com efeito, no contexto da redação do Enem, ter competência é usar mecanismos indispensáveis para o desenvolvimento de uma produção textual escrita argumentativa e, conseqüentemente, demonstrar um olhar crítico sobre um problema brasileiro, vivenciado (no mínimo, conhecido) pelo participante, que é não só um inscrito em um exame de larga escala, mas, sobretudo, um cidadão brasileiro.

Apesar de serem propostas pelo Inep para avaliar a produção textual, as competências que compõem a grade de correção da redação requerem habilidades essenciais para a produção de textos escritos, orais e multimodais dos mais diversos tipos e gêneros, afinal, uma escrita coerente, organizada e bem desenvolvida torna-se essencial para a concretização de diversas situações comunicativas.

3.3.2 A matriz de referência da redação do Enem: um detalhamento das competências

Embora muito se discuta sobre a redação do Enem na escola, na universidade, em cursinhos e em outros espaços, como nas próprias redes sociais, por exemplo, ela ainda é um

objeto de preocupação para muitos que pretendem fazer a inscrição no exame. Saber como se dá o funcionamento da grade de correção da redação do Enem é um dos passos mais importantes para o participante, pois, assim, ele poderá se preparar para fazer uma produção textual significativa. Ademais, ter esse conhecimento também se torna fundamental para o professor de Língua Portuguesa, uma vez que ele poderá desenvolver estratégias para instrumentalizar o aluno para dominar tal texto.

O Inep – órgão responsável pela elaboração e aplicação do exame – publica, anualmente, uma cartilha destinada para o participante. A cartilha é um documento que visa apresentar ao inscrito, entre outros aspectos, a matriz de referência da prova com a apresentação das cinco competências linguístico-textuais-discursivas que são utilizadas para avaliar os inscritos no exame e o funcionamento do processo de correção. O documento apresenta, ainda, exemplos de redações que receberam nota mil na edição do exame anterior à produção de cada cartilha, com comentários de correção, para que os participantes possam conhecer protótipos²¹ do gênero requerido. O *corpus* de análise desta dissertação se constitui exatamente de sete redações desse tipo, publicadas no material “a redação do Enem 2022: cartilha do participante”.

As competências são utilizadas como parâmetros avaliativos para tornar o processo de correção das redações produzidas pelos participantes mais uniforme e transparente. O conjunto dessas competências delimita as características do gênero redação do Enem, pois, o texto deve ser produzido com base nas exigências requeridas para o exame. A seguir, fazemos, com base na cartilha (Brasil, 2022), o detalhamento das cinco competências avaliativas, com intuito de explanar as exigências requeridas por cada uma delas. Apresentar tais competências torna-se indispensável para esse trabalho, uma vez que é através do detalhamento de cada um desses critérios de correção que é possível conhecer e, conseqüentemente, singularizar o gênero. Afinal, os parâmetros de correção estabelecem o que deve contemplar cada texto produzido.

A competência I avalia se o participante consegue “*demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa*”. Essa competência é explicitamente encontrada no comando da própria proposta de redação e se refere ao atendimento de aspectos sintáticos e morfológicos da língua.

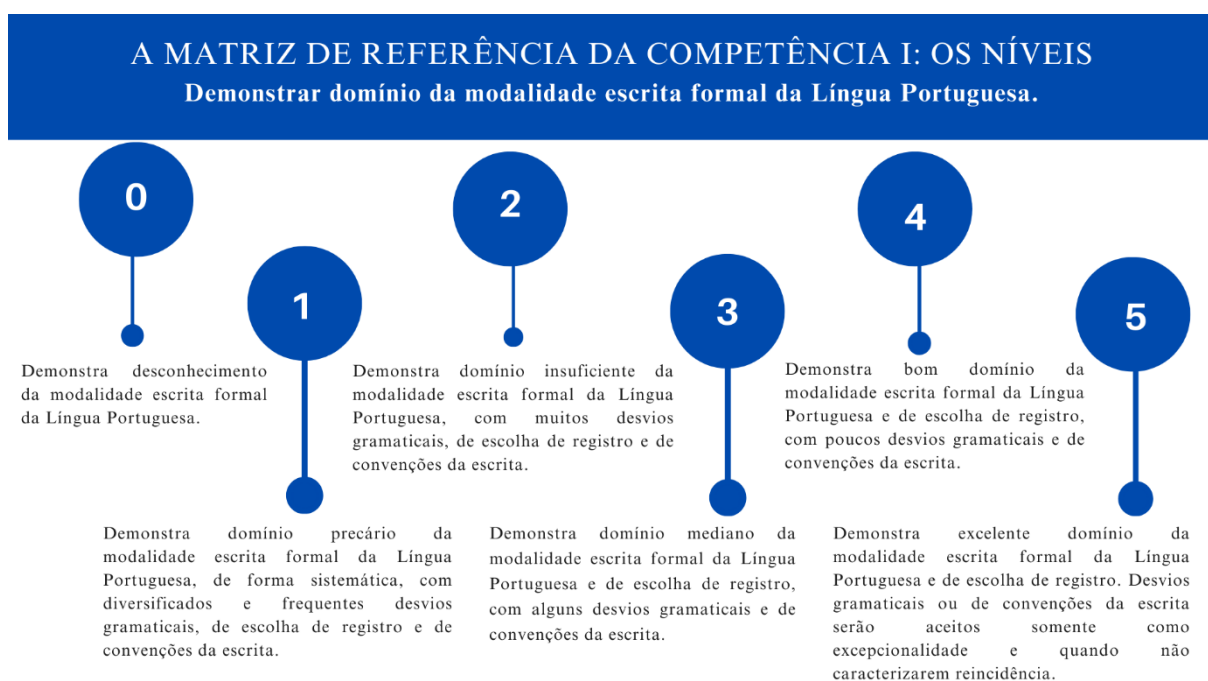
No tocante à **ordenação sintática**, é esperado que o texto da redação do Enem seja demarcado pela “existência de determinados elementos oracionais que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias do participante, organizadas em

²¹ Semelhante à compreensão de Adam (2019), entendemos por protótipos aqueles textos que possuem traços convergentes e que nos permite agrupá-los em uma dado grupo. Assim, dizemos que um texto é prototipicamente argumentativo, por exemplo, porque ele tem, sobretudo, a sequência argumentativa como dominante.

períodos bem estruturados e completos” (Brasil, 2022, p. 10). Os **desvios na escrita do texto** são classificados em quatro categorias: *convenções da escrita* (percebidos através da grafia das palavras), *gramaticais* (quando o participante erra de forma que compromete a relação das palavras), *escolha de registro* (formalidade, modalidade escrita padrão da língua portuguesa) e *escolha vocabular* (escolha incorreta de palavras para compor a construção do texto) (Brasil, 2022).

A figura 07 traz a matriz de referência com os níveis da primeira competência.

Figura 7: Competência I



Fonte: elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

A primeira competência avalia aquilo que está mais evidente na superfície textual. Embora a modalidade escrita padrão não deva ser utilizada para medir conhecimento de um indivíduo, ela é objeto de estudo nas aulas de língua portuguesa ao longo de anos de escolarização até o término do Ensino Médio. Assim, é importante dizer que desvios raramente cometidos na elaboração do texto são aceitos, desde que não comprometam a argumentatividade, e os processos de construção de sentido e compreensão.

A competência II, “*compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa*”, avalia três habilidades: a *capacidade de compreender* o que está sendo solicitado pela proposta de redação, a *capacidade de desenvolver* a proposta de

redação a partir de uma argumentação baseada nas várias áreas do conhecimento e a *capacidade de obedecer a estrutura* do texto do Enem.

O fato de uma única competência avaliar três aspectos é, em nossa concepção, um tanto complexo, pois, apesar de se complementarem são, consideravelmente, distintos, tendo em vista que o primeiro focaliza a interpretação da proposta de redação, o segundo centra-se no conhecimento interdisciplinar do produtor e o terceiro avalia o domínio da estrutura do plano de texto da redação. Acreditamos que, sobretudo a estrutura deveria ser analisada em uma competência específica. Não se trata, porém, de afirmar que compreensão textual e os conhecimentos do participante não se relacionem com os aspectos estruturais, pois, como uma vez já pontuado, eles estão ligados. Mas, essa divisão poderia proporcionar com que o processo de correção fosse ainda mais ágil e justo.

A *compreensão da proposta de redação* diz respeito ao entendimento do tema, que é sempre de caráter social, político e cultural. A compreensão é demonstrada a partir da abordagem completa do tema, ou seja, o produtor da redação deve se manter atento a cada elemento sintático da frase que materializa o tema da redação, evitando tratar do tema de forma parcial. Essa abordagem parcial é o que o Inep considera como *tangenciamento*. Tangenciar é dissertar de forma insuficiente, com argumentos frágeis, não centralizando no que, de fato, é requerido pelo enunciado.

De acordo com Fernandes (2020, p. 88):

Diante dessa necessidade de demonstrar, pelo texto produzido, uma compreensão da temática já esperada pela banca avaliadora, o candidato/autor procura nos textos motivadores e nos demais elementos constituintes da proposta de redação um gancho que sustente a sua argumentação.

A segunda competência também avalia a aplicação de conceitos das várias áreas do conhecimento, o que Inep compreende como *repertório sociocultural*, “o conhecimento que o candidato tem sobre vários assuntos, tais como filosofia, sociologia, história, política, economia, saúde, dentre outros” (Costa; Martins, 2020, p. 59). É em vista disso que podemos dizer que a redação tem um caráter interdisciplinar, pois, ainda que seja objeto das aulas de Língua Portuguesa enquanto texto e gênero, o participante apresenta conhecimentos que estão para além dos aspectos linguísticos da escrita e que podem decorrer da aprendizagem de conteúdos de outras disciplinas.

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é, para Fazenda (2008), uma atitude, ou seja, um posicionamento diante do mundo. Assim, podemos dizer que a própria adoção de uma tese

na redação do Enem é uma atitude interdisciplinar, afinal, na tese, é possível identificar o ponto de vista do autor, que é defendido a partir dos conhecimentos que ele utiliza em sua escrita, demonstrando que sabe abordar o problema. Fazer uso dessa bagagem de conhecimentos de mundo e das várias áreas da ciência na redação é uma tarefa possível, afinal, nela, estamos sempre tratando de uma problemática social vivenciada pelo povo brasileiro. Assim, cabe ao participante saber fazer a seleção desse repertório, considerando o eixo temático (educação, meio ambiente, política, saúde, sociedade e direitos humanos, tecnologia e outros), o tema e, evidentemente, a tese adotada.

Ainda que compreendamos que apresentar um repertório sociocultural legitimado se configure como uma das características do gênero redação do Enem, tal exigência explicita uma grande questão social: a desigualdade socioeconômica existente entre os candidatos do Enem neste país. Os alunos de classes mais favorecidas, possivelmente, apresentarão um repertório sociocultural mais amplo, de muitos acessos e oportunidades. Já no que se refere aos alunos com menos possibilidades de ampliação de repertório, ou seja, aqueles que compõem classes desfavorecidas da/pela sociedade, provavelmente, saiam prejudicados por consequência da falta de experiências de reflexões e debates sobre determinados temas de abrangência nacional. Assim, é necessário lembrar que embora a escola busque trabalhar tais conhecimentos, é preciso que oportunidades externas aos muros do ambiente escolar sejam ofertadas, o que é uma questão para indivíduos de determinados grupos sociais que são afetados pela falta de apoio estrutural básico do sistema político e econômico do país.

A *estrutura tipológica* é o terceiro aspecto avaliado na segunda competência. A produção escrita deve ser desenvolvida dentro dos limites de um texto dissertativo-argumentativo (Brasil, 2022), que deve apresentar uma argumentação em defesa da assertividade de um ponto de vista. Segundo Fernandes (2020):

É possível pensarmos que argumentar, nessa perspectiva, está ligado a obedecer a uma sequência argumentativa responsável pela estrutura textual, bem como significa tentar convencer o outro, nesse caso, o avaliador/leitor, de que o ponto de vista defendido sobre o tema apresentado é coerente e se pauta na leitura e na interpretação dos textos motivadores, disponibilizados na prova, na proposta temática da redação, e nos conhecimentos que o candidato/autor traz sobre o tema. A nosso ver, a argumentação, avaliada nessa competência, está relacionada ao modo como esse candidato/autor, por meio do manejo da língua escrita, atende a essas exigências; e essa necessidade afeta o modo como a escrita é significada nesse contexto de avaliação (Fernandes, 2020, p. 91).

Logo, seguir a estrutura do gênero se torna essencial no processo de escrita da redação do Enem. Afinal, “não se pode ignorar que a estrutura textual tem sua importância como

elemento determinante do processo de compreensão” (Cabral, 2013, p. 244). Não é só a redação do Enem que possui uma estrutura composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. No entanto, tal gênero possui traços particulares em cada uma dessas partes. Como já pontuado na subseção de discussão da caracterização do gênero, redações do Enem avaliadas como nota mil possuem um plano de texto convencional, isto é, “fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso” (Adam, 2008, p. 256), que, de acordo com as cartilhas do Enem dos últimos anos (2016 – 2023) é constituído de um único parágrafo de introdução, dois (raramente, três) parágrafos de desenvolvimento e um parágrafo de conclusão.

Sob essa perspectiva, exemplares nota mil presentes na cartilha do participante da edição de 2022, na redação: a introdução é marcada pela contextualização – apresentação do tema, ponto de vista e citação de dois argumentos que comprovam determinado ponto de vista; o desenvolvimento é constituído pelo tratamento detalhado dos dois argumentos comprobatórios da tese adotada; já a conclusão é formada pela breve retomada das ideias e a apresentação de uma proposta de intervenção.

Dado o exposto, a figura 08 apresenta os níveis que compõem a competência.

Figura 8: Competência II



Fonte: elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

A segunda competência avalia a argumentação, o domínio da estrutura e a compreensão da proposta de produção, que são habilidades fundamentais para a redação do Enem. Essa

competência dialoga com a terceira, que necessita de argumentos bem selecionados, dentro da estrutura tipológica esperada para que nela o participante também seja bem avaliado.

A competência III, “*selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*”, analisa a capacidade do participante administrar o conjunto de informações, fatos, opiniões e argumentos em seu texto para defender um determinado ponto de vista. Ter domínio acerca destes quatro verbos de ação exigidos pela competência significa possuir habilidades fundamentais para o processo de construção da produção escrita do Enem. De acordo com Gonzaga (2017, p. 173):

Ao escrevermos, também precisamos pensar sobre nosso público-alvo e sobre as informações que utilizaremos para que a nossa posição prevaleça ou, ao menos, seja convincente. Essa tentativa requer mais do que a mera exposição ou o resumo de fatos; ela requer a interpretação, a análise e a avaliação de fatos e informações para que eles se tornem argumentos que deem suporte ao nosso ponto de vista.

Nesse sentido, a habilidade de *selecionar* se refere ao levantamento do repertório: aquilo que é suficientemente relevante para reforçar a argumentação, isto é, os melhores dados que podem ser utilizados para comprovar a tese adotada pelo participante. A habilidade de *relacionar*, por sua vez, diz respeito ao estabelecimento de relações entre um argumento e outro com a tese, demonstrando que as escolhas não são aleatórias e que há uma associação entre as ideias. O verbo *organizar* consiste em agregar uma estrutura ordenada com o objetivo de deixar o texto coerente, coeso e de leitura fluida. E a habilidade de *interpretar* é avaliada a partir da compreensão do participante, desde o entendimento do enunciado encontrado na proposta de redação à produção de um texto que condiz com aquilo que é esperado pelo exame.

É considerando a composição do gênero que o participante organizará o texto da sua redação. Conforme Marquesi *et al.* (2019), é através do plano de texto, em conjunto com os processos de escrita e leitura, que podemos construir e reconstruir a organização global de um texto. É uma espécie de projeto em que o participante o adota como estratégia textual para otimizar o tempo, aplicar de forma plena os argumentos, desenvolver um raciocínio autossuficiente, além de garantir um encandeamento das ideias desenvolvidas. Isto é, o projeto de texto deve ser, acima de tudo, estratégico. Nessa linha, Gonzaga (2017, p. 174) faz uma reflexão pertinente:

Antes de pensar sobre os argumentos, devemos, obviamente, selecionar a nossa posição. A pergunta “Qual o meu ponto de vista?”, apesar de simples, deve guiar todo o processo de produção de determinado texto. Sem a existência de um posicionamento claro, a argumentação será confusa e/ou ineficiente. Ter essa pergunta em mente ao planejar o texto também evita que a redação seja uma mera exposição de informações.

Desse modo, após os processos de leitura, interpretação e compreensão da proposta de redação o participante pode aplicar o plano de texto, definindo, essencialmente, uma tese, que encandeará a orientação argumentativa do texto, que deve ser bem desenvolvida e articulada. Nessa perspectiva, Cabral (2013, p. 255) aponta oito etapas para o processo de definição e construção de um plano de texto:

(1) Definição da tese que deseja defender, no caso de textos predominantemente argumentativos [...]; (2) Registro da tese sob a forma de asserção. (Normalmente, aconselho que o estudante anote a tese, na forma de uma asserção, no alto da folha, para não perdê-la de vista. Outra estratégia útil é a construção de um período ou parágrafo que contenha a tese. Ele deve guardá-lo para utilizar no momento da escrita); (3) Organização das informações, reagrupando-as por categorias; (4) Elaboração de uma lista dos elementos do texto organizados em ordem preferencial alinhados verticalmente na página; (5) Escolha do movimento argumentativo do texto, a partir de elaboração de um esquema sequencial; (6) Organização da lista elaborada de acordo com o esquema argumentativo eleito formando blocos que delimitarão os parágrafos do texto; (7) Seleção de expressões que estabelecerão as conexões textuais, estabelecendo as relações lógicas e argumentativas; (8) Busca de exemplos para reforçar a argumentação.

Essas etapas formulam um projeto de texto que se torna “uma ferramenta estratégica para as práticas de produção textual visando à maior maturidade produtiva dos estudantes” (Cabral, 2013, p. 256). Todas essas etapas dialogam com o que é exigido pela competência em questão, cabe ao participante se apropriar delas para a escrita da redação do Enem.

É na terceira competência que a autoria do texto é avaliada. O nível máximo (nível 5), apresentado na grade de correção da competência requer um texto que apresente “informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista” (Brasil, 2022, p. 18). Assim, compreendemos que não é o bastante reunir “informações, fatos e opiniões” no processo de argumentação. É necessário que o autor assuma um papel singular e demonstre que tem domínio da escrita, através da elaboração de um novo texto. Acerca disso, Mata (2017, p. 99) afirma que:

A autoria é revelada, na combinação entre forma e conteúdo, pela existência de um projeto para o texto que determina desde a seleção das informações até a escolha das palavras, passando pelo modo como elas se arranjam no texto. Em um texto autoral, cada um dos elementos selecionados para a escrita (fatos, informações, opiniões, vocabulário, sintaxe) tem como objetivo provocar um efeito no leitor.

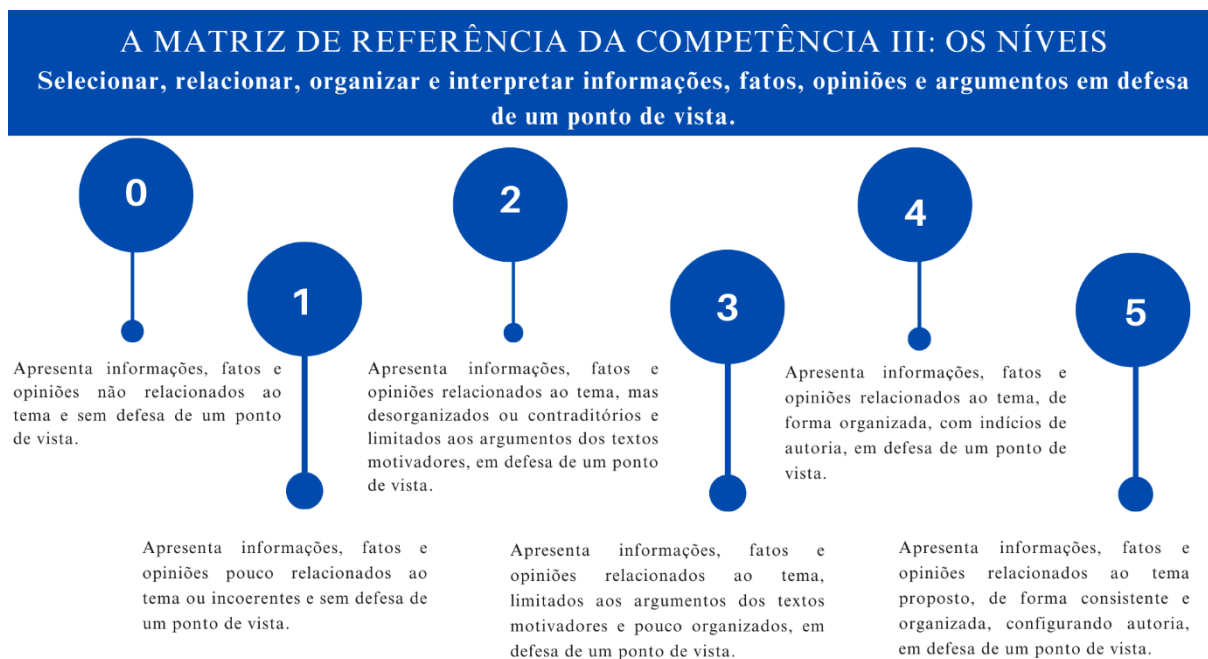
A autoria é um aspecto crucial na redação do Enem. De acordo com Possenti (2002, p. 113) “pode-se dizer provavelmente que alguém se torna autor quando assume (sabendo ou não) fundamentalmente duas atitudes: *dar voz a outros enunciadores e manter distância em relação*

ao próprio texto”. Com efeito, esses aspectos constituem um texto nota mil do participante do Enem, porque gerenciar outras vozes e dissertar a partir de um tom impessoal parecem ser características relevantes para a escrita do gênero.

A argumentatividade se relaciona com a autoria, e essa relação é percebida mediante a presença de um planejamento textual. Sob essa ótica, Lebler e Lanes (2021, p. 52) afirmam que “o cuidado com o planejamento textual potencializa a argumentação e a autoria, particularidades tão importantes, sobretudo, em gêneros de natureza argumentativa”. Assim, em uma redação nota mil do Enem, a voz autoral pode ser identificada a partir de uma argumentação eficiente (não genérica) – elaborada mediante um jogo de mobilizações de vozes e argumentos que dialoguem durante todo o texto – que pode ter a retomada de elementos no decorrer do texto como um fator essencial para que isso aconteça. Além disso, a própria argumentação presente na proposta de intervenção pode contribuir para a autoria textual, tendo em vista que ela deve estabelecer uma relação de sentidos com toda a produção escrita.

Dado o exposto, a figura 09 apresenta os níveis da terceira competência:

Figura 9: Competência III



Fonte: elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

O corretor deve levar em conta desde o texto que não defende o ponto de vista e não tem um teor argumentativo (nível zero), até o texto com uma forte argumentação em defesa de um determinado ponto de vista (nível cinco) no processo avaliativo. O participante que não

limita sua argumentação aos textos motivadores e disserta obedecendo os parâmetros estabelecidos pelo gênero conseguirá, possivelmente, escrever um produto autoral.

A competência IV, “*demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação*”, por seu turno, analisa como o participante faz uso dos recursos coesivos para articular os enunciados de seu texto. Para Koch (2020, p. 16), “a coesão, por estabelecer *relações de sentido*, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos”. Desse modo, a coesão é um princípio importante para o desenvolvimento do texto e para o processo de construção de sentidos, pois, é a partir dela que as relações entre os elementos e unidades sintáticas são estabelecidas.

O Enem preza por elementos coesivos que contribuam para o funcionamento argumentativo da redação, já que “certas substituições por expressões equivalentes também podem ser pouco expressivas ou mesmo inadequadas ao conjunto do texto” (Costa Val; Mendonça, 2017, p. 205). Portanto, é necessário pontuar que a qualidade textual não pode ser definida pelo quantitativo de recursos coesivos, porque o participante deve, sobretudo, verificar o sentido que pode ser estabelecido com o uso de determinada expressão.

No entanto, em um texto como a redação do Enem, que tem uma extensão máxima de 30 linhas, a repetição frequente de um vocábulo acaba não sendo valorizada, pois o autor deve demonstrar um repertório lexical diverso, exigência presente na primeira competência. Segundo Costa Val e Mendonça (2017, p. 205), o avaliador deve observar “em que medida as repetições são pertinentes, considerando-se a linha argumentativa do texto”. Nesse sentido, percebemos que nem toda repetição prejudica a articulação dos argumentos, porém, para que o próprio autor saiba perceber como suas escolhas podem ser interpretadas no processo de correção, é fundamental considerar todo o conjunto textual.

À procura de esquivar-se das repetições, os participantes podem buscar sinônimos, hipônimos, hiperônimos e pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, por exemplo. E, para proporcionar conexão e fluidez no texto, operadores argumentativos e conectivos de retomada. Entre outras palavras, o produtor do texto faz uso da coesão para demonstrar o pleno domínio da articulação textual, utilizando os termos modalizadores apropriados para cada situação, evitando repetições e garantindo a progressão textual. Além disso, a coesão, por meio do processo de referenciação, contribui para estabelecer a orientação argumentativa do texto e, assim, direcionar os sentidos para o propósito do produtor (Koch, 2020).

Vejamos a matriz de referência da quarta competência da redação:

Figura 10: Competência IV



Fonte: elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Os elementos coesivos na redação do Enem propiciam, entre outros aspectos, uma melhor argumentação, pois eles auxiliam na associação de ideias ao estabelecer ligações. No entanto, na quarta competência também é avaliada a maneira como o participante introduz novos elementos no decorrer de sua redação e como tais referentes proporcionam a retomada. Por essa razão, é possível afirmar que a primeira e a quarta competência dialogam. Desse modo, é preciso que o sujeito tenha domínio dos elementos coesivos e referenciais, empregando-os como estratégias coesivas que possam sustentar a precisão das ideias apresentadas no texto.

A competência V, “*elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos*”, requer uma proposição interventiva que se adeque ao problema que está sendo discutido na redação. A explanação da proposta deve ser condizente com a tese adotada em todo o texto e a ação sugerida deve ser prática e funcional. Em outras palavras, o participante reflete sobre a situação-problema antes e durante o processo de escrita e propõe uma sugestão possível de ser aplicada, com intuito de minimizar os impactos causados ou amenizar as ocorrências do problema.

Sobre essa competência, a cartilha do participante (Brasil, 2022, p. 21) informa:

A conclusão-solução exige que o participante extrapole a simples reordenação de argumentos já elaborados ao longo do texto e que, diante de um quadro socialmente complexo, seja capaz de propor uma intervenção que demonstre não apenas criatividade, mas principalmente engajamento social e respeito aos valores humanos.

As orientações dadas pela cartilha (Brasil, 2022) apontam que uma proposta completa é aquela que responda os seguintes questionamentos: *O que é possível apresentar como solução para o problema? Quem deve executá-la? Como viabilizar essa solução? Qual efeito ela pode alcançar? Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?*

Dessa forma, o participante deve apresentar a *ação* (o ato) para o problema, o *agente* (ator social responsável pela aplicabilidade da ação), o *meio* (o modo como será executada a ação), o *efeito* (o que, ao promover determinada ação, isso irá causar) e o *detalhamento* (uma informação que detalhe a ação, o agente, o meio ou o efeito). Sabendo disso, compreendemos que a argumentação da redação do Enem não se restringe aos argumentos apresentados no desenvolvimento, pois, ao levantar uma proposta de intervenção com todos os elementos que a detalhem, o indivíduo utiliza de uma injunção para argumentar em defesa da tese adotada pelo locutor-enunciador primeiro (a voz do participante).

A proposta de intervenção levantada pelo autor do texto deve demonstrar, sobretudo, o exercício da cidadania. Como pontua Abreu (2017, p. 235):

No momento em que elabora sua proposta de intervenção na redação, o participante demonstra que é capaz de interligar um conjunto de conteúdos conceituais e procedimentais adquiridos em todos os processos formativos, escolares ou não, pelos quais passou, em uma postura de *conteúdo atitudinal* que pode ser traduzida como a sua ação cidadã perante a realidade na qual vive.

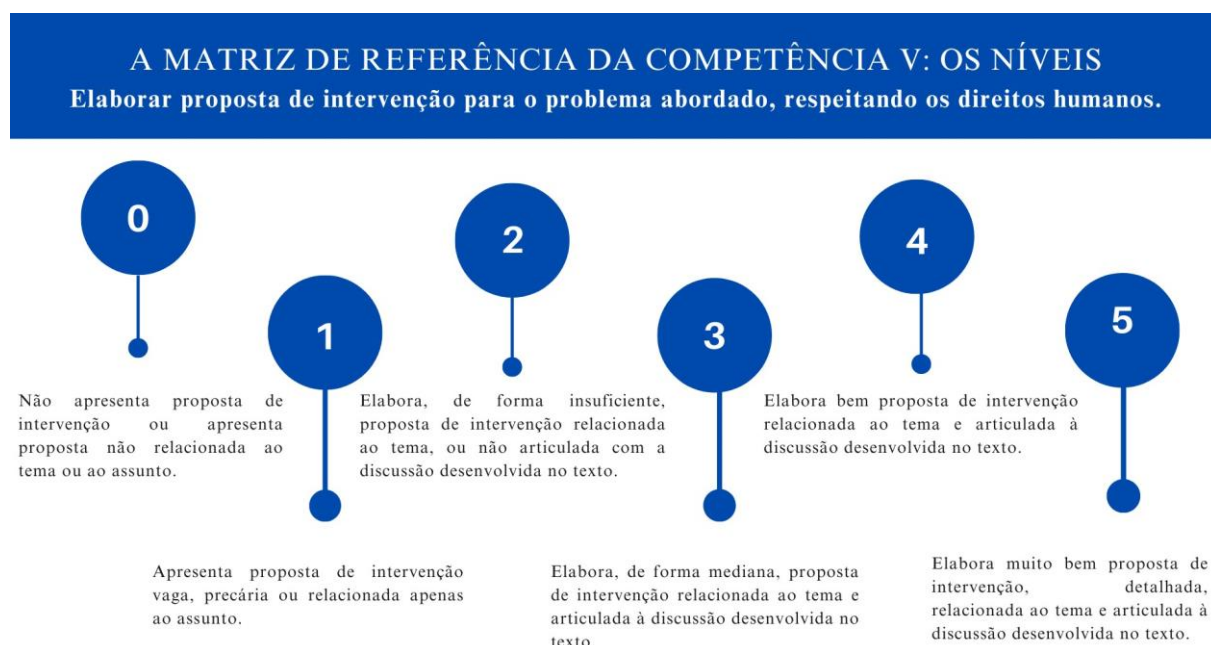
O propósito comunicativo a que nos referimos na subseção de caracterização do gênero deste capítulo pode ser também notado aqui. A redação do Enem quer avaliar a escrita crítica do indivíduo sobre uma dada questão social. É importante lembrar que o participante é um cidadão brasileiro que, possivelmente, conhece os impactos causados pelo tema polêmico. Assim, embora a produção de texto seja restrita ao participante (locutor-enunciador) e aos corretores (interlocutores), a proposta de intervenção é, sobretudo, uma contribuição do participante para a sociedade, uma vez que a capacidade de refletir e de propor um ato como resposta, demonstra, em maior ou menor grau, o pertencimento ao coletivo e a responsabilidade do participante com o bem-estar social.

De forma coerente, a quinta competência também exige que o participante respeite os direitos humanos, afinal, em texto que se avalia a visão do participante sobre um problema social seria, no mínimo, contraditório aceitar que o indivíduo infrinja valores, culturas e tradições de um povo no decorrer da produção escrita. Além disso, é pertinente lembrar que desrespeitar os direitos humanos está para além da redação do Enem; é uma atitude que rompe com a noção de cidadania, vez que a ética cidadã tem papel relevante na formação social,

política e cultural de um país. Penalizar uma construção argumentativa que infrinja minorias e a dignidade da pessoa humana em geral nos parece ser dever do Enem, por se tratar de uma avaliação de larga escala que ocupa papel importante nas mídias, na formação do indivíduo e na sociedade.

Dado o exposto, a figura 11 contempla a matriz de referência da quinta competência, que avalia a elaboração da proposta de intervenção com os elementos que a constituem.

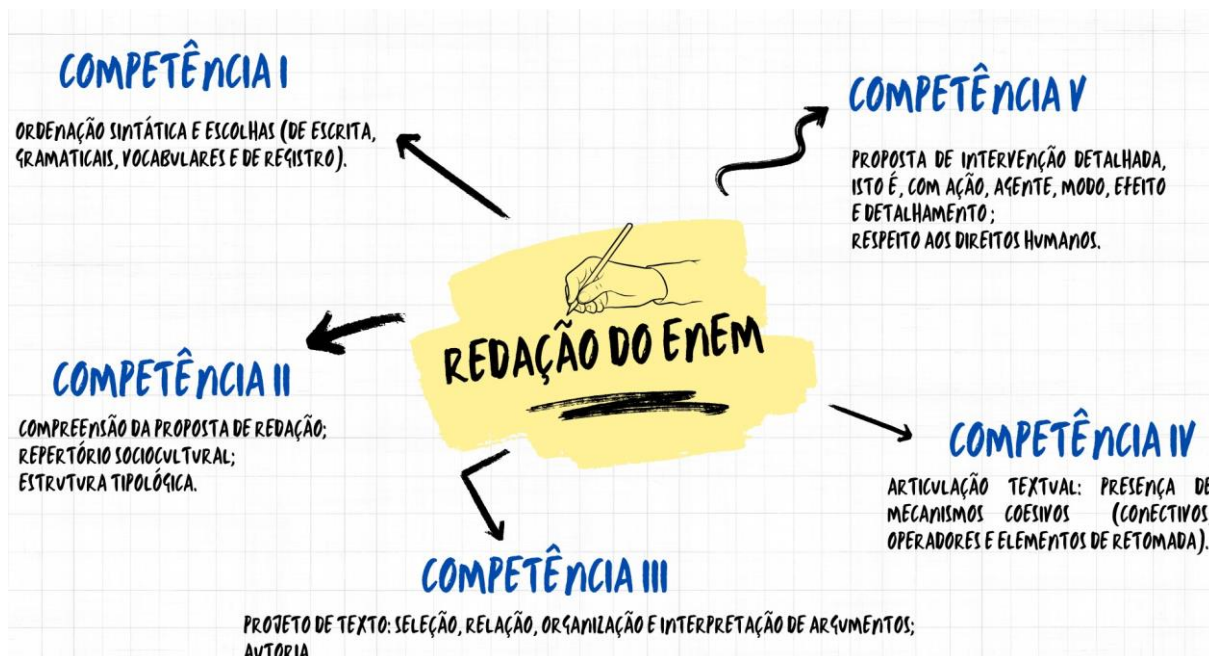
Figura 11: Competência V



Fonte: elaboração do autor com base na *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Uma vez detalhadas as cinco competências avaliativas, objetivando verificar as regularidades estabelecidas pelo gênero redação do Enem, a figura 12, que se apresenta em formato de um mapa mental, sintetiza os aspectos avaliados por cada uma delas.

Figura 12: Mapa síntese das competências



Fonte: elaboração própria

As competências detalhadas nesta subseção fazem parte da matriz de referência para a correção de um gênero específico: a redação do Enem. No entanto, a grande parte das exigências requeridas em cada uma delas são basilares para a produção de diversos outros textos do contexto de exame e de outras esferas comunicativas, como na escola. A próxima subseção deste capítulo teórico faz algumas reflexões sobre o ensino de redação do Enem.

3.4 REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE REDAÇÃO DO ENEM

Figura 13: Meme – prova de redação



Fonte: Educa mais brasil²²

²² Disponível em: < <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/enem/os-mais-divertidos-memes-do-enem-2019> > Acesso em: 17 de setembro de 2023.

O *meme* de abertura desta subseção circulou nas mídias e redes sociais após a realização do Enem da edição do ano de 2019. O texto, que é dotado de humor, evidencia a ausência de habilidades de escrita dos participantes do exame, o que demonstra o quanto a redação do Enem, bem como a escrita de modo geral, ainda deve ser pauta de muitas aulas, discussões e pesquisas. Nessa perspectiva, é importante pontuar: embora saibamos que um dos papéis da escola é ensinar as regularidades de uma língua e, conseqüentemente, regularidades dos gêneros, o ensino de redação do Enem está para além da **decodificação de modelos coringas**, porque a prática deve estar voltada para o desenvolvimento das habilidades da escrita, da leitura e da argumentação, promovendo a criticidade e a reflexão. Adotar essa linha de raciocínio não significa afirmar que o professor não deve fazer uso de modelos prototípicos em sala de aula, mas, sim, de não compactuar com as limitações promovidas pela reprodução de modelos engessados de texto – coringas.

Não é de hoje que a escola tem como objetivo formar o aluno a fim de otimizar habilidades indispensáveis para o exercício da cidadania. De fato, desde muito tempo se sabe que é papel da escola comprometer-se com a formação de sujeitos críticos. No que diz respeito ao trabalho com a produção de textos, o ensino da escrita (mas também de textos orais e multimodais dos mais diversos) deve potencializar a formação de escritores competentes, capazes de redigir textos coerentes nos mais diversos contextos de utilização de gêneros. Sobre o ensino de produção de textos, Calabria (2020, p. 94) declara:

Pensar no ensino de produção textual, a nosso ver, é pensar a partir da perspectiva do ensino de gêneros textuais, estando atento a toda epistemologia que está ao seu redor, tendo a língua como atividade humana, por meio da qual o sujeito pode agir sobre si e sobre o outro, no conjunto das mais variadas práticas sociais, das quais emergem tais gêneros de textos.

Nessa linha, a redação do Enem é um gênero do discurso efetivamente produzido no contexto de exame, que tem sido alvo de estudos e reflexões por alunos, professores e pesquisadores em geral, dada a sua importância. Com o intuito de preparar o aluno para a atuação nesse contexto, tal gênero é objeto de destaque nas aulas de língua portuguesa do Ensino Médio.

3.4.1 O que dizem os documentos oficiais da Educação Básica acerca do ensino de redação do Enem?

Trabalhar com a argumentação em sala de aula é fundamental para que o sujeito possa atuar nos mais diversos contextos, mais e menos institucionais. Ao considerar que a argumentação é uma característica intrínseca à linguagem humana, Koch e Elias (2020, p. 23 – 24) pontuam:

Aprendemos a argumentar desde cedo, ainda crianças: quando queremos que nossos pais leiam um livro para nós, uma, duas ou mais vezes; quando não queremos dormir; quando justificamos à professora a tarefa em branco, quando apresentamos razões para nossas escolhas ou comportamentos etc. O tempo passa, vamos crescendo e continuamos argumentando pela vida adentro e pelo mundo afora. Em entrevistas para conseguir uma bolsa de estudo ou um emprego, em apresentação de seminários na escola, em reuniões de trabalho, em conversas descompromissadas com amigos ou familiares ou em textos escritos que assumem variadas configurações [...], queremos convencer o nosso interlocutor em relação a posições que assumimos e à validade dos argumentos que constituímos para defendê-las.

Assim, não só a redação do Enem, que é um texto prototipicamente argumentativo, mas todos os outros gêneros do discurso que utilizamos para nos comunicar nos mais diversos contextos sociais são atravessados pela argumentação, uma vez que argumentamos quando nem mesmo temos a intenção de defender uma tese. É o que Amossy (2020) coloca, ao dizer que os textos que visam convencer o auditório de uma determinada tese são de visada argumentativa, mas que todos os textos têm uma dimensão argumentativa, pois apresentam maior ou menor grau de argumentação. Em outras palavras, a argumentação está em todos os textos e é inerente ao sujeito.

No que se refere à visada argumentativa, a argumentação deve ser compreendida como um fenômeno social, cujo objetivo é persuadir determinada audiência a atuar de certo modo ou a atingir um objetivo” (Pinto; Macagno, 2023, p. 5). Nessa perspectiva, é através da redação do Enem que o participante busca convencer o auditório, isto é, os corretores, de que possui a habilidade argumentativa necessária para defender uma determinada tese e, consequentemente, obter uma boa nota.

Com efeito, a escola, ao trabalhar a argumentação, dará suporte ao aluno na aprendizagem de habilidades básicas e essenciais para a atuação social. Nesse sentido, os documentos norteadores da Educação Básica já apontam a necessidade de a escola, enquanto instituição formadora, aprimorar a competência argumentativa dos alunos. Os parâmetros colocados pelos documentos estão diretamente ligados aos aspectos exigidos na prova discursiva do exame.

Embora o gênero redação do Enem não seja, explicitamente, citado nos documentos, conseguimos perceber que algumas das habilidades visam a preparação do aluno para essa

prova de larga escala, pois se relacionam aos requerimentos das competências da matriz de correção da redação.

3.4.1.1 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que, desde 2018, norteia os currículos das instituições escolares brasileiras. Ela estabelece competências, habilidades e objetos do conhecimento que são essenciais para todos os alunos dos níveis de Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio.

A BNCC não apresenta, de forma explícita, a redação do Enem como um objeto do conhecimento, isto é, não elenca a redação do Enem como um dos gêneros que devem ser estudados na escola, o que, para nós, é uma lacuna. Afinal, sendo o Enem um exame que, entre outras funções, avalia os conhecimentos do participante, adquiridos durante toda a sua trajetória na Educação Básica, apresentar o gênero como um dos objetos de estudo na sala de aula é o mínimo esperado. No entanto, como dito anteriormente, o documento norteador traz na sétima competência geral da Educação Básica, exigências importantes para a escrita da redação:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (Brasil, 2018, p. 9).

Essa competência geral focaliza o uso das mais diversas formas de expressão para o trabalho com a autonomia e autoria do aluno, propiciando o olhar crítico, e contribuindo para a formação de um cidadão ético. Assim, o sujeito criará artifícios para a defesa de pontos de vistas, sabendo posicionar-se sem ferir os direitos humanos, adotar atitudes responsáveis para o tratamento de culturas variadas e de questões ambientais. A competência geral acima se relaciona com a terceira competência específica da área de Linguagens e Códigos, da etapa do Ensino Médio, que diz respeito a:

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global (Brasil, 2018, p. 490).

De forma geral, esses domínios estão relacionados a conhecimentos essenciais para a formação de um sujeito letrado e capacitado para atuar diante de diversas práticas sociais, assim,

“visando à participação qualificada no mundo da produção cultural, do trabalho, do entretenimento, da vida pessoal e, principalmente, da vida pública, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e pelo bem comum” (Brasil, 2018, p. 486).

Dentro dessa terceira competência específica de linguagens, apontamos três habilidades da BNCC do Ensino Médio (Brasil, 2018) que dialogam, de forma patente, com os constrangimentos do gênero redação do Enem:

- i) (EM13LGG303) – “Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas” (p. 493);
- ii) (EM13LGG304) – “Formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global” (p. 493);
- iii) (EM13LGG305) – “Mapear e criar, por meio de práticas de linguagem, possibilidades de atuação social, política, artística e cultural para enfrentar desafios contemporâneos, discutindo princípios e objetivos dessa atuação de maneira crítica, criativa, solidária e ética” (p. 493).

A habilidade EM13LGG303 pode ser diretamente ligada à produção da redação do Enem: primeiramente, porque não raramente o gênero sempre discute um tema polêmico, de caráter social, político, cultural; secundamente, porque na redação podemos perceber diferentes estratégias argumentativas mobilizadas para a defesa de um posicionamento adotado pelo participante.

A habilidade EM13LGG304, por sua vez, estabelece conexão com esse gênero, pois o autor do texto deve levantar uma proposta de intervenção para que o problema discutido no decorrer da produção textual seja minimizado, impactando no coletivo, especialmente, nas camadas mais baixas da sociedade brasileira, que são vítimas de significativa parcela dos problemas sociais do país. Ademais, o texto do Enem não permite que direitos humanos sejam atingidos, indicando um princípio ético e moral.

Por último, a habilidade EM13LGG305, que diz respeito à utilização de práticas de linguagens para debater desafios contemporâneos, dialoga com a redação, uma vez que o gênero possibilita que o participante reflita sobre os impactos que uma determinada questão social atual pode acarretar para o povo ou para comunidades específicas, através de uma visão crítica, política e humanizada.

Outras habilidades presentes na etapa do Ensino Médio da BNCC também nos permitem fazer uma associação com a redação do Enem. Uma delas é a EM13LGG1102, “analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade” (Brasil, 2018, p. 491). Ela se refere ao domínio da interpretação, conhecimento e posicionamento crítico diante de discursos propagados em mídias (que podem ser encontrados nos textos de apoio da redação, por exemplo).

Dado o exposto, é importante enfatizar que essas habilidades estão ligadas à argumentação no geral, de modo que cabe a escola e ao professor conduzir o trabalho pedagógico para que elas possam ser dominadas pelos alunos a partir da identificação e produção de textos variados, inclusive, da redação do Enem.

3.4.1.2 Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar

Com sustentação na Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar estabelece as aprendizagens que devem ser adquiridas pelos alunos do Ensino Médio do Rio Grande do Norte (RN). Diferente da BNCC, que apresenta os objetos do conhecimento, as habilidades e competências por componente curricular, o documento do Ensino Médio Potiguar apresenta sua matriz de referência por área de conhecimento.

A área de Linguagens e suas Tecnologias é dividida em cinco eixos integradores: linguagens e identidades, linguagens e práticas culturais, linguagens e letramentos, linguagens e interação e linguagens e tecnologias digitais. Nela, podemos encontrar a matriz de referência de seus componentes curriculares. Tendo isso em vista, A de Língua Portuguesa possui três habilidades que conversam com o ensino do gênero redação do Enem, encontradas no eixo integrador “linguagens e interação”:

- i) (RNLGPOR026) “Respeitar as diferenças socioculturais em diferentes posicionamentos” (p. 229).
- ii) (RNLGPOR031) “Analisar em artigos de opinião a estrutura de sua composição e estilo, observando os posicionamentos assumidos, os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se diante da polêmica pública ou da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados/visada argumentativa, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários” (p. 231).

- iii) (RNLGPOR032) “Organizar e/ou participar de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, petições públicas, abaixo assinado, leis, dentre outras possibilidades, como forma de fomentar o exercício dos princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, características do Estado de direito” (p. 231).

Na redação do Enem, o participante não deve infringir nenhum dos direitos humanos, assim, respeitando as diferenças socioculturais e a diversidade de opiniões. Ao ser trabalhada na sala de aula, a habilidade RNLGPOR026 promove no aluno essa consciência social, importante para a atuação do indivíduo na sociedade.

Embora seja direcionada para a análise de artigos de opinião, a habilidade RNLGPOR031 diz respeito ao domínio de aspectos linguísticos-textuais-discursivos que muito se assemelham com as exigências do texto do Enem. Afinal, a redação também trata sobre uma questão relativamente polêmica, exige um posicionamento assumido, a elaboração de argumentos e possui características específicas que também devem ser observadas em exemplares do exame. Por ser um texto dissertativo-argumentativo, o trabalho com o gênero artigo de opinião, como apresenta a habilidade, também pode ajudar com a produção da redação. Porém, talvez o texto do Enem também devesse figurar no referencial curricular, e não só isso, apresentar habilidades que permitissem o estudo dos constrangimentos do gênero.

A habilidade RNLGPOR032 também mantém relação com a redação do Enem, embora seja ela mais ampla, porque trabalha a conduta responsável, ética e cidadã do aluno através de textos com um grau forte de argumentatividade. Essa habilidade é, de certa forma, exigida no texto dissertativo-argumentativo do exame, dado que o participante deve demonstrar uma consciência cidadã em sua produção textual.

Dessarte, é possível dizer que, assim como a BNCC, o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar também não menciona a redação do Enem como um dos objetos do conhecimento, talvez pelo fato do documento referencial ter uma forte influência da BNCC. Apesar disso, professores de Língua Portuguesa trabalham o gênero, uma vez que ele tem uma grande influência no processo de avaliação das aprendizagens e na aprovação do aluno para o Ensino Superior.

Tendo em vista a relevância social que possui a escrita, a argumentação e, conseqüentemente, a redação do Enem, professores e alunos buscam, cada vez mais, modelos prontos para o trabalho com a redação. A adoção desses modelos como um objeto pronto e

acabado pode comprometer a autoria, a capacidade criativa e o nível de argumentação dos alunos.

3.4.2 Gênero redação do Enem: modelos prototípicos e modelos coringas

É comum observarmos professores fazendo uso de modelos para o ensino de produção de texto, o que, para nós, é uma estratégia válida, porque o aluno deve conhecer padrões genéricos para que possa elaborar uma produção textual satisfatoriamente, considerando as características e as determinações do gênero. Com a redação do Enem não é diferente, porque, além dos professores de Língua Portuguesa, os próprios alunos já buscam na *internet* modelos de textos avaliados com nota máxima, tomados como exemplares prototípicos.

Todavia, com a intensificação do uso das mídias e redes sociais, os “argumentos coringas” e “modelos coringas” para a redação do Enem têm se intensificado. Professores de Língua Portuguesa e redação (ou mesmo participantes veteranos do exame, conhecidos por serem sempre bem-sucedidos) passaram a utilizar plataformas e redes sociais (*YouTube* e *Instagram*, por exemplo) como ferramentas de trabalho, proporcionando aos possíveis participantes do exame o estudo do texto do Enem. Vale destacar que um dos pontos positivos das redes é, justamente, dar possibilidades para a ampliação do mercado de trabalho para os professores de Língua Portuguesa. Porém, o uso não refletido daquele tipo de modelo pode limitar a capacidade de argumentar e interferir na capacidade de produzir um texto autoral.

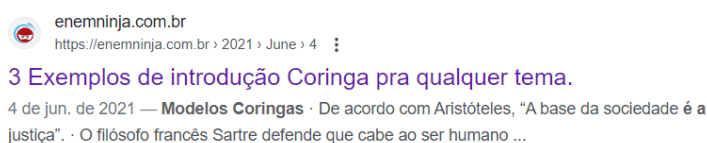
Atualmente, são vários os perfis de *Instagram* – *@redação_top*, *@galodaredação* e *@mh.redacao*, por exemplo – que divulgam modelos de teses, argumentos e propostas de intervenção, assim como redações em sua integralidade, promovendo uma mecanização na escrita do gênero. Não podemos ignorar o fato de que esses perfis são fortemente capitalizados, no sentido de que, ao prometerem redações nota mil, pretendem comercializar uma espécie de serviço, isto é, possuem um objetivo publicitário. Esse tipo de modelo coringa difere dos protótipos de textos que devem ser utilizados nas práticas pedagógicas dos professores de língua portuguesa em sala de aula, que visam qualificar os alunos para produções do gênero prezando pelo desenvolvimento da argumentação e pelo real domínio dos aspectos linguísticos, estruturais e composicionais do texto do Enem.

Nessa perspectiva, Seba e Costa (2021) compreendem que os produtores de conteúdos dessas páginas de *Instagram* acreditam que o texto do Enem já demanda de diversos sentidos construídos e acabados, podendo ser “alocados como peças de um quebra-cabeça” (p. 254): o que se configura como uma problemática, visto que “o discurso é moldado pelo gênero em uso

em uma situação comunicativa real na sociedade, não por frases “prontas” ou “coringas” (p. 254).

Assim como no universo dos jogos, que a carta coringa é caracterizada pela neutralidade e tem, geralmente, o poder de substituir qualquer outra carta do baralho a qualquer momento, os “modelos coringas” são exemplos prontos, utilizados como uma espécie de protótipos basilares para a escrita de **qualquer** redação. No universo escolar, o aluno se limita à decodificação, memorização e transcrição de frases e repertórios, uma vez que é difundida uma ideia equivocada de que a redação do Enem pode ser definida a partir disso, ignorando a relevância de saber dominar o gênero, do saber escrever e do saber argumentar. As figuras 14, 15 e 16 são excertos de páginas que apresentam tais modelos na *internet*.

Figura 14: Pesquisa por “modelo coringa”²³



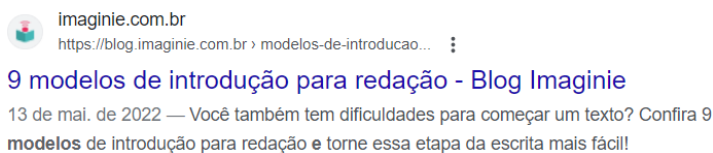
Fonte: Google

Figura 15: Pesquisa por “modelo coringa” 2



Fonte: Google

Figura 16: Pesquisa por “modelo coringa” 3



Fonte: Google

Em vista disso, é necessário pontuar: não se trata de abolir os modelos nota mil para o ensino de redação do Enem, até porque a própria cartilha disponibilizada pelo Inep (Brasil, 2022) os utiliza como exemplares para que os alunos possam se debruçar sobre eles. O

²³ Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=modelo+coringa&aq=chrome..69i57.3099j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#ip=1>> Acesso em: 17 de setembro de 2023.

contratempo aqui é o uso indiscriminado de “modelos coringas” que acabam limitando a capacidade argumentativa e a autoria do produtor do texto, uma vez que apresentam teses, argumentos e propostas de intervenção estáticos como padrões para redações – independente de seus temas – como uma espécie de manual unificado para jogar qualquer jogo. Essa prática resulta na ausência do princípio de evitar a mesmice (Possenti, 2002; 2009; 2013) e, também, supõe uma concepção de texto como produto acabado e um ensino de Língua Portuguesa nada produtivo.

Com a disseminação desses textos, os participantes se tornam “reféns” de tais exemplares, colaborando para a percepção de redação do Enem como um gênero enrijecido, cristalizado.

Conforme Fernandes (2020, p. 183):

candidatos/autores que, pelo manejo da língua escrita e a partir do repertório já constituído, conseguem escrever da maneira como prevê o exame, obtêm notas altas e são tidos como qualificados para terem acesso às oportunidades viabilizadas pelo exame. Em contrapartida, aqueles que demonstram, pelo texto produzido, uma (im)possibilidade de se constituir como escritor no modelo textual exigido, são avaliados com notas mais baixas e, conseqüentemente, ficam de fora das possibilidades abertas por essa política educacional de avaliação.

Assim, essa cultura de decorar modelos pode ter também uma parcela de contribuição do próprio exame, que instaura um certo regime enunciativo ao, de forma implícita, validar e determinar teses, pontos de vista e argumentos, e dispensar outros por não serem reconhecidos como adequados para determinada situação.

Esperamos que até aqui a diferença entre modelos prototípicos de redação e modelos coringas de redação tenha sido satisfatoriamente esclarecida. Consideramos pertinente enfatizar o que acreditamos ser relevante para o ensino de redação. Metodologicamente, uma prática pedagógica produtiva seria o professor apresentar exemplares de textos do Enem avaliados com notas distintas – zero, quatrocentos, setecentos, mil e outras – com intuito de possibilitar reflexões diversas sobre as possíveis lacunas e os acertos nessas redações, e não objetivando determinar e limitar a argumentação, a criatividade e a autoria do produtor, como fazem os modelos chamados coringas.

A seguir, apresentamos o quarto capítulo dessa dissertação: “Aspectos metodológicos da pesquisa”; nele, fizemos a caracterização da pesquisa enquanto abordagem, tipo, método e procedimento; a delimitação do nosso corpus de trabalho; e as categorias e os procedimentos de análise.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para guiar a realização deste trabalho, neste capítulo, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa. Trata-se, portanto, de explicitar o percurso que nos permitiu analisar redações nota mil do Enem a partir de uma abordagem textual, levando em consideração os objetivos que por nós foram traçados. Para isso, apropriamo-nos das definições de Gil (2002), Gonsalves (2003), Gerhardt e Silveira (2009) e Paiva (2019), a respeito da caracterização do método e do tipo de pesquisa desenvolvida. Como ponto de partida, fazemos a caracterização da presente investigação, delimitamos o seu universo e *corpus* de análise e, logo em seguida, explicitamos as categorias textuais e enunciativas utilizadas para o tratamento dos dados da pesquisa; por fim, apontamos os procedimentos adotados no percurso de análise.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A investigação de que trata esta dissertação de mestrado sobre *ponto de vista e voz autoral na redação nota mil do Enem* foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (Gpelt), certificado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa) e cadastrado no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq). A investigação enquadra-se na linha de pesquisa “Operações de textualização em textos de universos discursivos variados” do referido grupo, que visa estudar e analisar operações de textualização (enunciativas, semânticas, argumentativas e conectivas) mobilizadas em textos oriundos de variados universos discursivos, considerando as especificidades dos gêneros do discurso a que pertencem e a funcionalidade de tais operações na organização e na construção dos sentidos desses textos. Além disso, está também vinculada à linha de pesquisa “Ensino de Línguas e Artes”, do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Pós-ensino), da associação ampla entre a Ufersa, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e tem como área de concentração o ensino na escola pública.

Considerando que a pesquisa científica resulta de uma investigação em que se tem como finalidade a resolução de um problema ou a construção de um conhecimento sobre um determinado fenômeno (Paiva, 2019), é possível dizer que o nosso estudo visa não solucionar, mas tratar e evidenciar questões pertinentes ao gênero redação do Enem, especialmente, no que diz respeito à mobilização de pontos de vista e à construção de uma voz autoral pelos participantes do exame. Em virtude do nosso objetivo geral, que *é investigar o funcionamento*

textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021, caracterizamos a nossa pesquisa quanto a sua: abordagem, natureza, objetivo, métodos seguidos e a metodologia de coleta de dados utilizada. Nessa linha, definimos, a seguir, o desenho de nosso estudo com base em tal categorização.

De acordo com Paiva (2019), a pesquisa científica pode ser de abordagem quantitativa, qualitativa ou mista (quali-quantitativa). Nesse sentido, caracterizamos a nossa pesquisa como quali-quantitativa, uma vez que busca, acompanhando Gerhardt e Silveira (2009), oferecer uma melhor compreensão do fenômeno estudado, utilizando métodos qualitativos e quantitativos. Assim, foi a partir desse tipo de abordagem que tivemos a obtenção de dados a partir de quantificações, mas, sobretudo, de dados qualitativos, extraídos mediante contato direto e interativo do pesquisador.

No que se refere ao enquadramento quanto a sua natureza, podemos dizer que ela é aplicada, dado que ela “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 34). Assim, a investigação busca contribuir para uma melhor compreensão sobre questões pertinentes ao gênero do discurso redação do Enem e sobre o estudo de ponto de vista na sala de aula, podendo ampliar percepções e colaborar com as práticas de professores da Educação Básica.

Entre os objetivos da abordagem qualitativa, esta pesquisa assume um enfoque descritivo-exploratório-interpretativista. Ela é descritiva, sobretudo, porque identificamos e descrevemos aspectos constitutivos da redação do Enem. Como pontuam Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), a pesquisa descritiva, como o próprio nome diz, “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Para além dos processos de identificar e descrever, buscamos perceber o funcionamento argumentativo de tais aspectos e as posições enunciativas estabelecidas na e pela produção de texto. Isso corrobora para que a pesquisa seja também percebida como exploratória, pois desenvolve e esclarece ideias, oferecendo dados importantes para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (Gonsalves, 2003). Notoriamente, todo o processo de análise se sustentou mediante um olhar interpretativo.

Com efeito, Gil (2002) afirma que só será possível analisar os fatos do ponto de vista empírico ao traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa, isto é, o método ou procedimentos de análise, “uma tecnologia para conduzir uma investigação científica” (Paiva, 2019, p. 15). Considerando que a abordagem qualitativa possui diversos procedimentos de análise possíveis no fazer científico, definimos o nosso estudo como uma pesquisa documental, pois o nosso *corpus* é constituído de materiais (redações nota mil do Enem) que podem receber

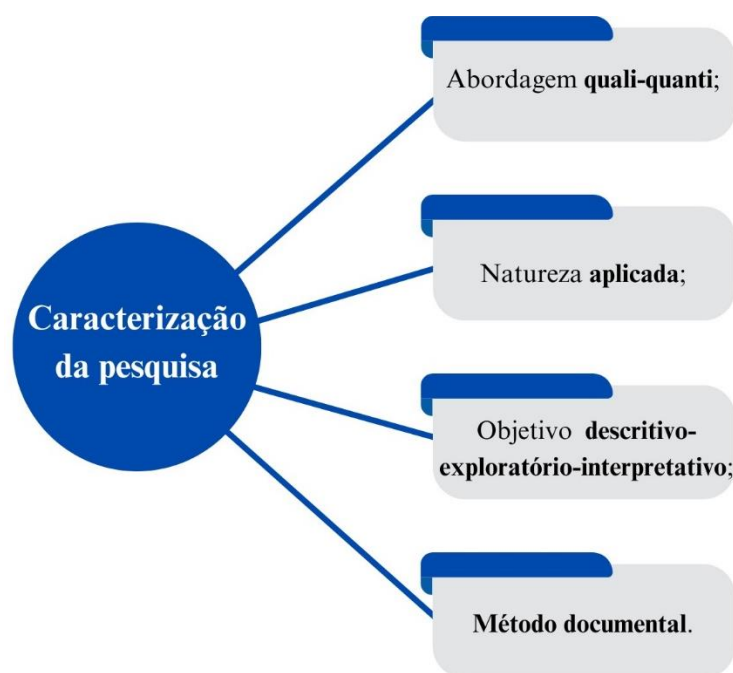
tratamento analítico de acordo com os objetivos da pesquisa, independente dos mesmos textos já terem sido ou não objetos de análise de outros estudos (Gil, 2002).

A escolha de tal procedimento se deu por considerarmos, em conformidade com Gil (2002), que a pesquisa documental proporciona, através de uma análise cuidadosa, uma visão aprofundada acerca de um determinado problema. Além disso, “há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (Gil, 2002, p. 46).

Frente a isso, o nosso *corpus* é formado por sete redações nota mil, encontradas na cartilha do participante da edição de 2022, publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), configurando, assim, a análise de documentos. Nesse sentido, consideramos as redações do Enem como documentos porque são produtos que marcam uma determinada edição – ano de 2021, publicadas em um documento público – a cartilha –, que colaboram no preparo de participantes do exame e de professores redação.

A figura 17 sintetiza a caracterização do tipo de investigação que desenvolvemos:

Figura 17: Caracterização da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Conforme o exposto, esta pesquisa se caracteriza como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo de enfoque descritivo-exploratório-

interpretativista, que tem como procedimento o método documental. Dada a sua caracterização, na subseção seguinte, evidenciamos o universo da pesquisa.

4.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO: DA CARTILHA ÀS REDAÇÕES

O *corpus* da pesquisa se constitui de 7 redações do Enem, avaliadas com nota mil, escritas por participantes da edição de 2021 do exame e publicadas em domínio público na cartilha do participante da edição de 2022. A cartilha, que não dispõe de exemplos nota zero ou de outras notas possíveis, é divulgada em formato digital e direcionada para estudantes e professores de todo o território brasileiro. Além de apresentar a descrição das exigências de cada competência avaliativa da redação (apresentadas no segundo capítulo teórico deste trabalho) e outras questões importantes para a compreensão do gênero, como as formas de anulação da redação e os níveis de cada um dos critérios avaliativos, também traz redações avaliadas com nota mil na edição anterior do exame, com vistas que tais textos sejam observados como protótipos para a escrita de outros textos do referido gênero. Dessa maneira, são esses exemplares nota mil que se corporificam como nosso objeto de análise.

O *corpus* é constituído por redações do Enem porque nosso objetivo é *investigar o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021*. Nessa perspectiva, torna-se necessário dizer que, embora sejam textos de autoria dos participantes do exame, não houve a necessidade de submetermos a pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), tendo em vista que ela se apropria de “informações de domínio público” (Brasil, 2016, p. 44). Dessa forma, uma vez que a cartilha já é publicada pelo Inep²⁴ e pode ser encontrada por qualquer indivíduo que tenha acesso à *internet*, as redações nela presentes também se configuram como documentos de domínio público.

É curioso pensar que a produção do gênero redação do Enem tem uma considerável responsabilidade no processo de avaliação do aluno que sai do Ensino Médio e busca ingressar em um curso de graduação, o que nos faz perceber que o seu domínio se torna essencial, “uma vez que o número de vagas nas universidades públicas não é suficiente para atender a todos os estudantes e/ou concluintes do ensino médio, e o acesso às universidades particulares não é possível, financeiramente, a grande parte da população” (Fernandes, 2020, p. 28).

²⁴ Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022_.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2023.

Por ser um texto prototipicamente argumentativo, a redação do Enem exige um posicionamento explícito do autor, que não é globalmente inédito, mas estruturado a partir da mobilização de vozes e pontos de vista diversos em seu texto, inclusive, o ponto de vista instaurado pelo exame (Fernandes, 2020). Ter esse conhecimento impacta diretamente na escrita do candidato, que pode se utilizar disso para construir uma produção textual em conformidade com as requisições do gênero.

Em vista disso, direcionamos nossas análises para as redações, buscando observar como os pontos de vista podem se materializar nesses textos, percebendo possíveis influências no funcionamento argumentativo da redação, no ponto de vista do locutor-enunciador primeiro, o participante, e na construção da voz autoral, afinal, a cartilha do participante, mesmo que de forma indireta, já coloca que a não inserção do conhecimento sociocultural (competência II) – que configuram argumentos e podem apresentar pontos de vista – torna o texto do Enem carente de argumentatividade. Por essa razão, é fundamental saber selecionar, organizar, relacionar e interpretar (competência III) seu repertório de argumentos.

Feitas essas ponderações, convém, agora, apresentar os nossos critérios de seleção do *corpus* de trabalho. Estabelecemos que: a) o *corpus* deveria ser composto por redações avaliadas com nota mil; b) as produções textuais deveriam ser encontradas na cartilha do participante, publicada pelo Inep, uma vez que são vistas como produções prototípicas, isto é, textos proficientes, coerentes e adequadas ao gênero; e c) a cartilha deveria ser da edição de 2022, pois, no início da pesquisa, essa era a versão mais recente do documento.

Assim, considerando esse recorte, o *corpus* se constitui de 7 redações nota mil, isto é, a quantidade de redações nota mil presentes na cartilha da edição de 2022 – o último material divulgado pelo Inep para os participantes. Na edição de 2021, apenas 22 participantes obtiveram nota mil na redação, uma grande discrepância em paralelo ao quantitativo de participantes cujos textos foram avaliados com nota zero: aproximadamente 96 mil, de acordo com dados obtidos pelo portal *O globo*²⁵, o que só faz reafirmar a necessidade de se discutir, trabalhar, analisar e investigar a redação do Enem.

A escolha do número de redações que compõem o *corpus* – sete – se deu devido a ser o quantitativo de exemplares nota mil presentes na edição mais atual da cartilha, quando teve início a realização desta pesquisa. Nessa edição, os autores dos textos que compreendem o

²⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/03/17/enem-2021-quase-96-mil-inscritos-zeraram-a-redacao-diz-inep.ghtml>. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

nosso material de análise versaram sobre o tema “invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”, como requerido pela proposta de redação de 2021.

Ao introduzir a mostra de redações nota mil do Enem 2021, a cartilha do participante declara:

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência 5); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outras (Competências 2, 3 e 4); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência 1). Esse domínio pode ser comprovado pelo cumprimento dos princípios de organização frasal, pela adequação às convenções da escrita, às regras gramaticais e à escolha vocabular, bem como pela utilização de linguagem formal, apropriada ao registro esperado no texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência (Brasil, 2022, p. 26).

Frente a isso, podemos dizer que o nosso *corpus* é composto por textos que obedeceram aos parâmetros estabelecidos pelo gênero, embora alguns tenham, de forma excepcional, um ou dois desvios de escrita ou de escolha lexical – número permitido pelo Inep. Na subseção seguinte deste capítulo metodológico, discorreremos sobre o processo de protocolização de dados, tendo em vista a relação dos estudos teóricos com o *corpus* de análise.

4.3 PROTOCOLO DE ANÁLISE DE DADOS

Quanto ao tratamento dos textos que compõem o *corpus*, considerando que adotamos o método documental, definimos um conjunto de procedimentos metodológicos, pautado em uma análise textual-enunciativa, tendo em vista o objeto de investigação: redações nota mil do Enem. De forma geral, o protocolo de análise está organizado em quatro momentos: levantamento do *corpus*, leitura prévia do *corpus* e definição de categorias de análise, codificação das redações e análise e interpretação dos dados, respectivamente.

Em um *primeiro momento*, fizemos o levantamento do *corpus*, levando em conta os critérios de análise expressos na subseção anterior, que viabilizaram a seleção da cartilha da edição de 2022, que exhibe exemplares da edição de 2021.

Posteriormente, em um *segundo momento*, realizamos uma leitura prévia e definimos, a partir da análise textual dos discursos (Adam, 2008), da abordagem enunciativa e interacionista da narrativa (Rabatel, 2016) em interface com outros estudos, categorias de análise para o tratamento dos dados. Esse embasamento teórico nos direciona no processo de definição das categorias, possibilitando que o percurso analítico avance e chegue a conclusões pertinentes

sobre o gerenciamento de pontos de vista nas redações do Enem, sobretudo no que se refere à identificação desses pontos de vista, a sua presença no processo de elaboração da tese e de inscrição de uma voz autoral, ao funcionamento argumentativo estabelecido por eles e na adoção de posturas enunciativas.

Para cada objetivo adotamos categorias distintas. No que se refere ao primeiro objetivo específico, **“identificar e descrever os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas”**, adotamos como marcas enunciativas categorias que indicam os graus de responsabilidade enunciativa, mencionadas no nosso primeiro capítulo teórico: os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica e as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados (Adam, 2008).

Após uma leitura prévia do *corpus de análise*, verificamos que duas dessas marcas (Possenti, 2002) são recorrentes em redações nota mil do Enem: *os diferentes tipos de representação da fala* e *as indicações de quadros mediadores*. Essas marcas enunciativas tornam-se essenciais na produção do gênero adotado como objeto de estudo: a redação nota mil do Enem. No que diz respeito às marcas textuais, consideramos, sobretudo, a *referenciação*, dado que o ponto de vista está ligado a um *dictum*, ou seja, aos elementos dêiticos e referenciais que o denotam. Com efeito, as categorias utilizadas para explorar o nosso primeiro objetivo foram duas: **locutor** e **enunciador**. Essas categorias tornaram possível, a partir das marcas textuais e enunciativas, identificar os pontos de vista presentes no texto e refletir sobre a responsabilidade enunciativa.

Para o segundo objetivo específico, **“verificar como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista”**, buscamos recuperar a noção de que para se tornar autor é necessário assumir, de forma consciente ou não, algumas atitudes: *gerenciar os diferentes pontos de vista*, *manter distância*, *evitar mesmice* e *controle do texto* (Possenti, 2002; 2009; 2013). Essas atitudes se configuram como categorias de análise do objetivo, e são analisadas através das marcas de outras vozes presentes no texto, da linguagem impessoal e do encadeamento do texto.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, **“analisar como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem”**, lidamos como categorias de análise as posturas enunciativas elencadas por Rabatel (2016), isto é, coenunciação, super-enunciação e subenunciação,

observadas mediante a mobilização de outras vozes e o diálogo estabelecido entre elas e o ponto de vista do locutor-enunciador primeiro (L1/E1).

Sobre o quarto objetivo específico, “**observar o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem**”, partimos do gerenciamento de pontos de vista, que acabam estruturando técnicas argumentativas, e são verificados a partir do repertório sociocultural, da tese e dos argumentos utilizados pelo participante para a defesa de seu PDV.

O quadro 12 sintetiza as discussões realizadas sobre as categorias elencadas para a análise de dados. Desse modo, ele está dividido em três partes: objetivos específicos, categorias de análise e marcas textuais.

Quadro 12: Categorias para a análise do corpus

Tratamento de dados: categorias para a análise do corpus		
Objetivos específicos	Categorias de análise	Marcas textuais-enunciativas
Identificar e descrever os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas.	<u>Categoria 1</u> : Locutor; <u>Categoria 2</u> : Enunciador	Diferentes tipos de representação da fala; Indicações de quadros mediadores; Referenciação.
Verificar como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista.	<u>Categoria 1</u> : gerenciar os diferentes pontos de vista; <u>Categoria 2</u> : Manter distância; <u>Categoria 3</u> : Evitar mesmice; <u>Categoria 4</u> : Controle do texto.	Marcas de outras vozes; Linguagem impessoal; Encadeamento textual.
Analisar como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem.	<u>Categoria 1</u> : Coenunciação; <u>Categoria 2</u> : Super-enunciação; <u>Categoria 3</u> : Subenunciação.	Inscrição de pontos de vista; Diálogo estabelecido pelos pontos de vista inscritos e o ponto de vista do locutor-enunciador primeiro – a tese.
Observar o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem.	<u>Categoria</u> : Gerenciamento de pontos de vista.	Conhecimento sociocultural; Argumento; Tese.

Fonte: elaboração própria

Definidas as categorias, em um *terceiro momento*, realizamos a catalogação dos textos. Ao apresentar as redações nota mil, a cartilha identifica o nome do autor de cada texto. Levando em conta que essa exposição é irrelevante no processo de análise de dados desta dissertação, embaralhamos os textos do *corpus* através de um sorteio simples. Dessa maneira, as redações analisadas foram codificadas da seguinte forma: a palavra “**texto**”, acrescentando-lhe um **número de ordem sequencial**. Assim, os textos foram catalogados sendo enumerados de um a sete.

Quadro 13: Codificação dos textos

Catálogo	Código
Vocabulo TEXTO + Número sequencial	Texto 01
	Texto 02
	Texto 03
	Texto 04
	Texto 05
	Texto 06
	Texto 07

Fonte: elaboração própria

Em um quarto momento, nos dedicamos à análise e interpretação dos dados, isto é, a investigar o funcionamento textual-enunciativo do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021, tomando por base as categorias analíticas anteriormente apresentadas.

Os procedimentos de análise e interpretação dos dados respeitaram os nossos objetivos. Desse modo, inicialmente, identificamos e descrevemos os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir das marcas textuais-enunciativas. Em seguida, verificamos como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista. Depois, analisamos como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil. Por último, observamos o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações.

Tendo em vista nossas considerações metodológicas, o próximo capítulo desta dissertação apresenta as análises das redações nota mil do Enem que constituem o *corpus* do trabalho.

5 ANÁLISE DE REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM

Este capítulo é dedicado à análise de dados da pesquisa. Nessa direção, esta dissertação tem como objetivo *investigar o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021*. Para tanto, pretendemos, mais especificamente: i) identificar e descrever os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas; ii) verificar como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista; iii) analisar como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem; iv) observar o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem.

Diante desses objetivos, temos como *corpus* de análise sete redações nota mil do Enem. Esses textos estão presentes na *cartilha do participante da redação do Enem 2022*, ou seja, foram produzidos na edição de 2021 e apresentados como exemplares para a escrita de redações no ano seguinte, visto que, de acordo com o material disponibilizado pelo Inep (Brasil, 2022), as redações cumpriram “todas as exigências relativas às cinco competências” (p. 26). Nessa perspectiva, os autores das produções escritas aqui analisadas discorreram sobre o tema: “invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania do Brasil”. Para a análise e exploração do *corpus*, nos ancoramos, principalmente, na Abordagem Enunciativa e Pragmática do Ponto de Vista (Rabatel, 2016; 2021), teoria que compreende a existência de PDV em qualquer texto e possibilita a análise de textos das mais diversas esferas comunicativas, sejam eles de macroestrutura argumentativa – como a redação do Enem – ou não.

Contendo as instruções para a escrita da redação, a apresentação do tema da redação do Enem e quatro textos motivadores, a proposta de redação da edição de 2021 foi pauta de reflexão para a produção de mais de 2 milhões de participantes de todo o Brasil. Os textos motivadores encontrados na proposta estão relacionados com a temática indicada pelo Inep e se configuram, respectivamente, da seguinte maneira: um trecho de uma tese de doutorado, contendo um recorte de uma entrevista e um comentário da autora; um texto publicado pelo *site* r7.com, composto por um enunciado verbal e um mapa representativo da invisibilidade no Brasil (publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2015); um trecho de uma notícia (publicada no *site* do Senado Federal, em 2004); uma campanha publicitária (publicada no *site* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). A figura 01 é um *print* de tela que apresenta a proposta de produção textual do Enem de 2021.

Figura 18: Proposta de redação do Enem – edição 2021



Exame Nacional do Ensino Médio



4 010175 A 220 *

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9 h. Do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: "zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

ESCOSSIA, F. M. Invisíveis: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

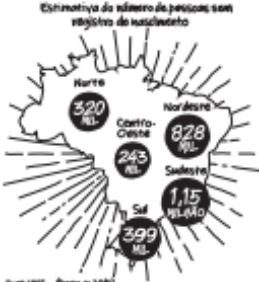
Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

TEXTO II

A Lei Nº 9 534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.

MAPA DA INVISIBILIDADE NO BRASIL

Estimativa do número de pessoas sem registro de nascimento



Fonte: IBGE (Base de 2014)

Disponível em: <https://estudo.r7.com/>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

TEXTO IV



DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELO DIREITO À DOCUMENTAÇÃO PESSOAL.

Disponível em: <https://ufpa.br/humanista>. Acesso em: 26 jul. 2021 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

enem2021

LC - 1º dia | Caderno 1 - AZUL - 1ª Aplicação

21

Fonte: Site do Inep²⁶

²⁶ Disponível em: <https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2021_PV_impresso_D1_CD1.pdf>
Acesso em: 09 de Fevereiro de 2024.

Apresentada a proposta de redação que motivou o desenvolvimento dos textos constitutivos do *corpus* deste trabalho, partimos para a análise propriamente dita. Tal análise respeita os objetivos específicos desta dissertação e é organizada em três tópicos de discussão: i) identificação e descrição de pontos de vista; ii) ponto de vista e voz autoral em redações nota mil do Enem; e iii) ponto de vista: posturas enunciativas e funcionamento argumentativo em redações nota mil do Enem, respectivamente.

As redações foram transcritas e, durante o processo de transcrição, mantivemos o zelo por cada produção de texto, no sentido de reproduzir fielmente a escrita dos participantes do Enem, buscando, assim, a qualidade nos processos de análise e interpretação dos dados.

5.1 IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DE PONTOS DE VISTA

Neste tópico de análise, buscamos responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, que diz respeito à identificação e descrição dos pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem da edição de 2021. Com esse propósito, apresentamos cada um dos textos analisados, seguidos de um quadro com as instâncias enunciativas, as figuras que representam essas instâncias, os números das linhas e recortes de trechos em que os PDV podem ser percebidos. As categorias que nos permitiram realizar a identificação foram **locutor** e **enunciador**, que são, especialmente, evidenciadas a partir das marcas de diferentes tipos de representação da fala, de indicações de quadros mediadores e da referenciação, como exposto no capítulo metodológico. O quadro 14 expõe uma das redações nota mil do Enem, empregada como exemplar para a produção de outros textos do gênero.

Texto 01

Quadro 14: Texto 01

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embaçados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”. Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente

consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro “eu”. Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

No Texto 01, além de L1/E1, identificamos a presença de três locutores/enunciadores secundários e de outros quatro enunciadores. Sabendo disso, o quadro 15 identifica esses enunciadores e os trechos da redação nos quais estão inscritos seus PDV.

Quadro 15: Pontos de vista inscritos no texto 01

Pontos de vista inscritos no texto 01			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV
L1/E1	Voz do autor do texto	10	“[...] é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social”.
I2/e2	Filósofa Nancy Fraser	01	“Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade”.
I3/e3	Geógrafo Milton Santos	13	“Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade”.

l4/e4	Filósofo Jean-Paul Sartre	23	“Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana”.
e5	Estado	32	“[...] faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos [...]”.
e6	Constituição	14	“[...] embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, [...]”.
e7	Cidadãos invisíveis	39	“[...] poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, [...]”.
e8	Indivíduos de baixa renda	34	“[...] disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos”.

Fonte: Elaboração própria

Conforme se percebe no quadro 15, L1/E1 dá voz a outros três locutores secundários (l2/e2, l3/e3 e l4/e4): os filósofos Nancy Fraser e Jean-Paul Sartre e o geógrafo Milton Santos. Além disso, o Estado, a Constituição Federal, os Cidadãos invisíveis e os indivíduos de baixa renda são inscritos no texto como uma espécie de enunciadores coletivos. Entre os PDV de todas essas instâncias mobilizadas, L1/E1 expressa o seu próprio PDV, isto é, o PDV do texto – a tese: para que os indivíduos que estão às margens da sociedade e do poder público sejam percebidos e, portanto, deixem de ser invisíveis, o registro civil será indispensável.

Na sequência, o quadro 16 apresenta a íntegra do Texto 02:

Texto 02

Quadro 16: Texto 02

A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período. Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento. Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.

Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil. Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas. A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.

Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida. Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial – assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 –, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da existência do registro civil. Portanto, a ausência da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil. Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país. No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda “per capita” de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o procedimento formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente. Desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

Os PDV identificados no Texto 02 são apresentados no quadro 17, marcado pela presença de três locutores/enunciadores e seis enunciadores.

Quadro 17: Pontos de vista inscritos no texto 02

Pontos de vista inscritos no texto 02			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV
L1/E1	Voz do autor do texto	05	“[...], em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país”.
I2/e2	Carta Magna do Estado Brasileiro	03	“[...], a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento”.
I3/e3	Relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	10	“[...], segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, [...]”.
e4	Homens aristocratas	01	“A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período”.
e5	Pessoas invisíveis	06	“[...], diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal, [...]”.
e6	Parcela da população brasileira	08	“Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil”.
e7	Tupiniquins	11	“[...], condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas

			extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas.
e8	Estado democrático	24	“[...], já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro”.
e9	Governo Federal	27	“. Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, [...]”.

Fonte: Elaboração própria

A Carta Magna e o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foram mobilizados por L1/E1 como locutores/enunciadores, visto que a responsabilidade pelo dizer é a eles atribuída. Além deles, há, no texto, o PDV dos homens aristocratas, das pessoas invisíveis na sociedade, da parcela da população brasileira em vulnerabilidade, dos Tupiniquins – grupo de indígenas pertencente à nação Tupi –, do Estado democrático e do Governo Federal, que são enunciadores, fonte de percepções, embora tais modos de perceber estejam, muitas vezes, implícitos no texto e coenunciados com o próprio ponto de vista de L1/E1. Na redação, L1/E1 assume como sua tese o posicionamento de que é devido a falta de documentação que muitos indivíduos são privados de seus direitos.

A seguir, o quadro 18 apresenta a íntegra do Texto 03:

Texto 03

Quadro 18: Texto 03

Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas. Para que o mecanismo democrático funcione, então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. Logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.

Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.

Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.

Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

Exposto o texto 03, abaixo, o quadro 19 traça os PDV inscritos na redação, assumidos por L1/E1, por três locutores secundários e oito enunciadores.

Quadro 19: Pontos de vista inscritos no texto 03

Pontos de vista inscritos no texto 03			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV
L1/E1	A voz do autor do texto	04	“Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados”.
I2/e2	Cientista Norberto Bobbio	01	“Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantia a representatividade política de todas as pessoas”.
I3/e3	Sociólogo Karl Marx	07	“Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida”.
I4/e4	Livro “Vidas secas”, de Graciliano Ramos	15	“No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal”.
e5	Aqueles que vivem sem certificado de nascimento no Brasil	10	“[...] é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro”.
e6	Grupos atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação	12	“Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação”.
e7	Governo	13	“Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo”.
e8	Pobres, mulheres, indígenas e pretos	13	“Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos”.
e9	Meninos da obra “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos	18	“Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, [...]”.
e10	Crianças do Brasil	20	“Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos”.

e11	Estado	24	“O Estado criará um mutirão nacional intitulado ‘Meu Registro, Minha Identidade’”.
e12	Agentes	25	“Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira”.

Fonte: Elaboração própria

No Texto 03, L1/E1 assumindo como PDV central a crença de que a ausência do da certidão de nascimento impossibilita a garantia dos direitos básicos do indivíduo, gerencia Norberto Bobbio, Karl Marx e a obra de Graciliano Ramos “Vidas secas” como locutores secundários e oito enunciadores: os próprios indivíduos invisibilizados pela sociedade, os grupos atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação, as minorias (pretos, mulheres, indígenas e pobres), os personagens “menino mais velho” e “menino mais novo”, as crianças do Brasil, o Governo, o Estado e os agentes públicos.

A seguir, o quadro 20 expõe o texto 04:

Texto 04

Quadro 20: Texto 04

Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos. Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania.

Convém ressaltar, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. Consoante esse pensamento, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, ela se torna incapaz de buscar a posse dessa garantia fundamental. Tendo isso em vista, fica evidente que o enfrentamento à desinformação é crucial para a democratização das certidões de nascimento no Brasil e, conseqüentemente, para erradicar a subcidadania.

Por conseguinte, a inexistência da identificação pessoal limita a consolidação de outros direitos imprescindíveis, perpetuando a invisibilidade e a supressão da cidadania de muitos habitantes do país. Nessa perspectiva, é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente. Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor. Dessa forma, é imperiosa a expansão do acesso a certidão de nascimento para que a condição cidadão efetivamente vigore no Brasil.

Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país. Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitês de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação. Isso deve ser feito por meio de pesquisas que localizem as principais áreas onde há carência de

certidões e os visitantes devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam usar uma linguagem adequada para informá-los. A partir disso, será possível alcançar a cidadania descrita por Marshall.

Fonte: *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Os PDV inscritos no quarto texto que compõe o nosso *corpus* de análise estão apontados no quadro 21, encontrado logo a seguir:

Quadro 21: Pontos de vista inscritos no texto 04

Pontos de vista inscritos no texto 04			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV
L1/E1	A voz do autor do texto	04	“Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais”.
I2/e2	Sociólogo Jessé Souza	01	“Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos”.
I3/e3	Filósofo Immanuel Kant	08	“Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente”.
I4/e4	Sociólogo Thomas Marshall	16	“[...] é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente.
e5	Brasileiros que não possuem certidão de nascimento	03	“Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento”.
e6	Governo Federal	22	“Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país”.
e7	População carente	23	“Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, [...]”.
e8	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	24	“[...] cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitês de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação.
e9	Psicólogos	28	“[...] devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam usar uma linguagem adequada para informá-los”.

Fonte: Elaboração própria

Como o quadro acima evidencia, na quarta redação analisada há os PDV de Jessé Souza, Immanuel Kant e Thomas Marshall (locutores secundários) e, também, os PDV de alguns enunciadores: os brasileiros que não possuem certidão de nascimento, a população carente, os psicólogos e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Todos esses locutores e enunciadores são gerenciados por L1/E1 para defender a tese de que essa invisibilidade presente na sociedade brasileira é motivada, principalmente, pelo desconhecimento das formas de obtenção do registro civil, por parte desses indivíduos, resultando na restrição de direitos e garantias do cidadão.

Dando seguimento às análises, o quadro 22 apresenta a íntegra do Texto 05:

Texto 05

Quadro 22: Texto 05

Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover a cidadania, bem como o principal entrave que impede que tantas pessoas não se registrem.

Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros.

Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção no sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, como a observada a partir do alto número de pessoas sem registro no país.

Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca dos seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, a qual irá promover, nas escolas públicas de todos os 5570 municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania, os quais irão acontecer tanto extracurricularmente quanto nas aulas de sociologia. Isso deve ocorrer, a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, podem mudar o atual cenário de precária cidadania e desigualdade.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

Levando em conta a redação acima, no quadro 23, apresentamos os pontos de vista que nela foram inscritos.

Quadro 23: Pontos de vista inscritos no texto 05

Pontos de vista inscritos no texto 05			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV
L1/E1	A voz do autor do texto	08	“Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento”.
I2/e2	Obra “Os Retirantes”, de Cândido Portinari	01	“Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos”.
I3/e3	Historiador Caio Prado Júnior	12	“Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro”.
I4/e4	Economista José Murilo de Carvalho	19	“[...], assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada”.
I5/e5	IBGE	24	“[...], observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, [...]”.
I6/e6	Sociólogo Florestan Fernandes	25	“[...], assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, [...]”.
e7	Brasileiros que não possuem registro civil de nascimento	04	“[...], como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza”.
e8	Países desenvolvidos	10	“[...], desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país”.
e9	População colonial	10	“[...], desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país”.
e10	População	14	“Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, [...]”.

e11	Educação brasileira	18	“[...] é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra.
e12	Ministério da Educação	29	“Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca dos seus direitos”.

Fonte: Elaboração própria

Adotando a tese de que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento nos indivíduos, L1/E1 gerencia os PDV de cinco locutores/enunciadores secundários (a obra de Candido Portinari: “Os retirantes”, o historiador Caio Prado Júnior, o Economista José Murilo de Carvalho, o Sociólogo Florestan Fernandes e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE); e de seis enunciadores (Brasileiros que não possuem registro civil, países desenvolvidos, população colonial, população, educação brasileira e Ministério da Educação – MEC).

O quadro 24 exhibe a redação codificada como texto 06:

Texto 06

Quadro 24: Texto 06

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social,

para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

Fonte: *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Considerando o texto acima, o quadro 25 apresenta os PDV inscritos nessa redação, que é composta por L1/E1, por dois locutores secundários e quatro enunciadores. Vejamos:

Quadro 25: Pontos de vista inscritos no texto 06

Pontos de vista inscritos no texto 06			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV
L1/E1	A voz do autor do texto	4	“Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática”.
I2/e2	Obra “Casa-grande e Senzala”, de Gilberto Freyre	11	“[...], é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social.”.
I3/e3	Teórico Nick Couldry	19	“[...], é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia”.
e4	Constituição Federal	01	“A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos”.
e5	Pessoas invisíveis	02	“[...] há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social”.
e6	Escravos	09	“[...], uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão”.
e7	Governo Federal	24	“Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços”.

Fonte: Elaboração própria

Como explicita o quadro 25, no texto 06, a responsabilidade pelo dizer que menciona o conceito de polifonia das cidades é atribuída por L1/E1 ao Teórico Nick Couldry (I2) e pelo dizer comparativo entre o Brasil e o Brasil colônia à obra “Casa-grande de Senzala”, de Gilberto Freyre (I3). Além disso, é possível captar quatro fontes de percepções na redação: a Constituição Federal, as pessoas invisibilizadas, os escravos e o Governo Federal. Dessa

maneira, L1/E1 conduz os PDV de tais instâncias para defender a ideia de que a invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Dando continuidade às análises, o quadro 26 apresenta o último texto que compõe o nosso *corpus* de análise, codificado como Texto 07:

Texto 07

Quadro 26: Texto 07

Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lília Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”. Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e identidade.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

Os PDV inscritos no texto 07, a última redação que constitui o nosso *corpus* de análise, são apontados e organizados no quadro 27, apresentado abaixo:

Quadro 27: Pontos de vista inscritos no texto 07

Pontos de vista inscritos no texto 07			
Locutores/enunciadores	Figura	Linha	PDV

L1/E1	A voz do autor do texto	08	“Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro”.
I2/e2	Obra “Vidas secas”, de Graciliano Ramos	01	“Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria”.
I3/e3	Historiador José Murilo de Carvalho	09	“Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis”.
I4/e4	Antropóloga Lilia Schwarcz	17	“Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”.
e5	“menino mais velho” e “menino mais novo”	02	“Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo”.
e6	Brasileiros invisibilizados	14	“[...], quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.
e7	Parte da sociedade	21	“[...], as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.
e8	Poder executivo Federal	25	“Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil”.

Fonte: Elaboração própria

O quadro 27 sintetiza as informações referentes ao último texto do nosso *corpus*. Nele, L1/E1 assume o PDV de que a falta do registro civil repercute diretamente no sentimento de falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Para tanto, L1/E1 gerencia os PDV de três locutores secundários: a obra de Graciliano Ramos “Vidas secas”, o historiador José Murilo de Carvalho e a antropóloga Lilia Schwarcz. Ademais, quatro fontes de PDV são também mobilizadas: o dos personagens da obra “Vidas secas” – o menino “mais velho” e o menino “mais novo”, os brasileiros invisibilizados, uma parte da sociedade e o poder executivo federal.

Dessarte, compreendemos que, no texto nota mil do Enem, cada L1/E1 gerencia PDV diversos. Esses PDV foram percebidos a partir dos tipos de representação da fala, especialmente, das marcas dos discursos direto e indireto; das indicações de quadros mediadores (marcadores) e dos referentes. Além disso, o co(n)texto se tornou indispensável

para que a identificação dos PDV pudesse ser realizada. Para ilustrar essa questão, tomemos como exemplo as redações codificadas como “texto 01” e “texto 02”.

Quadro 28: Exemplo 10

“**Segundo o geógrafo Milton Santos**, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a **Constituição** preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

No exemplo 10, que exhibe um trecho do texto 01, L1/E1 faz o gerenciamento do locutor/enunciador secundário geógrafo Milton Santos – movimento realizado de forma explícita, demarcado pelo conectivo de conformidade “segundo”, que introduz o PDV alheio a partir de um discurso citado indireto. Ainda que se construa uma paráfrase do dizer do outro, não há dificuldade em perceber que a atribuição da responsabilidade pelo conteúdo da proposição recai sobre o l2/e2.

No mesmo trecho, há também um PDV implícito: o da Constituição, que é a lei suprema de toda a nação brasileira, apresentada no texto como aquela que garante os direitos aos cidadãos. Tal PDV só pode ser identificado através da referenciação e do co(n)texto: o geógrafo faz referência à Constituição, o que acaba sendo mobilizado, de forma consciente, também pelo L1/E1, já que, assim, o participante faz uso de dois repertórios socioculturais – exigência da competência II.

De forma análoga, há a presença de outros PDV implícitos no texto. Para captar essas ocorrências, é necessário uma predisposição e atenção do leitor. No texto 02, além da Carta Magna do Estado brasileiro e do relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (l2/e2 e l3/e3), há PDV dos homens aristocratas (o PDV daqueles que têm poder e privilégios), das pessoas que são invisibilizadas na sociedade (o PDV dos sujeitos que não são tidos como cidadãos, devido à falta dos documentos oficiais), da parcela de população brasileira em vulnerabilidade (o PDV daqueles que são os principais atingidos pelo problema discutido no texto), dos Tupiniquins (o PDV de uma classe desvalorizada que sobrevive às condições péssimas de vida que lhe são ofertadas), do Estado democrático (o PDV daquele que garante, em teoria, os direitos do cidadão) e do Governo Federal (o PDV daquele que tem o dever de ir em busca de melhorias para a população brasileira). Esses PDV foram percebidos a partir da referenciação, pois eles pertencem aos referentes gerenciados no texto.

Ao fazer um mapeamento dos PDV inscritos nos sete textos do *corpus*, verificamos que apenas dois locutores secundários se repetem em dois dos textos. Um deles é José Murilo de

Carvalho (textos 05 e 07), que, apesar da voz ser atribuída ao mesmo l2/e2, os dizeres coincidem apenas porque são da mesma figura, mas refletem sobre aspectos distintos relacionados à cidadania. O segundo, por seu turno, é a obra de Graciliano Ramos “Vidas secas” (textos 03 e 07), que traz nas duas produções, o mesmo PDV narrado.

No tocante aos enunciadores – instâncias fontes dos PDV, o quadro 29, explicita todos que possuem PDV inscritos nos textos, em quais estão presentes (marcação na cor amarela) e o número de ocorrências. Vejamos abaixo:

Quadro 29: Mapeamento geral de enunciadores que possuem PDV inscritos no corpus

Mapeamento de enunciadores encontrados no <i>corpus</i>								
Enunciadores	01	02	03	04	05	06	07	Ocorrências
Agentes/órgãos								01
Constituição								02
Crianças do Brasil								01
Educação brasileira								01
Estado								01
Estado democrático								01
Escravos								01
Governo Federal								05
Grupos atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais								01
Homens aristocratas								01
Indivíduos de baixa renda								03
Invisibilizados								07
Meninos mais novo e menino mais velho, de “Vidas Secas”								02
Ministério da Educação								01
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos								01
Países desenvolvidos								01
Pobres, mulheres, indígenas e pretos								01
População								01
População colonial								01
Psicólogos								01
Sociedade								01
Tupiniquins								01

Fonte: Elaboração própria

Conforme os dados apontados no quadro 29, a Constituição, o Governo Federal, os indivíduos de baixa renda, os invisibilizados e os personagens “menino mais novo” e “menino mais velho”, de “Vidas secas”, são os enunciadores cujo seus PDV coincidem, mesmo que estejam presentes em redações nota mil distintas. Em vista disso, é necessário enfatizar que a

identificação dos enunciadores responsáveis por esses PDV teve, em algumas ocorrências, pequenas diferenças, como apresentam os quadros de análise de cada redação nota mil desta subseção. Nessa perspectiva, o enunciador “invisibilizados” pôde ser reconhecido nos referentes “cidadãos invisíveis”, “brasileiros invisibilizados” e “pessoas invisíveis”, por exemplo. Dado o exposto, algumas considerações devem ser levantadas:

Todas essas figuras (e seus PDV) bem se adequam ao gênero redação do Enem, tendo em vista os constrangimentos do gênero. A Constituição, por exemplo, é a lei que “assegura”, de fato, os direitos de todas as classes e, tendo em vista que a redação do Enem trata sempre a respeito de um problema social, o gerenciamento dessa figura contribui no atendimento do objetivo da produção textual – defender um posicionamento acerca de um tema social, político, histórico e cultural – seja mobilizada como locutor/enunciador secundário, seja gerenciada somente como enunciador.

“Vidas secas” é uma obra literária que retrata a desigualdade social escancarando no nordeste brasileiro, evidenciando os problemas vivenciados por indivíduos que não possuem as condições mínimas de subsistência. A ausência de identidade e o sentimento de não pertencimento são questões vivenciadas pelos filhos de Fabiano e Sinhá Vitória, protagonistas da obra que foram recuperados em duas redações de maneira precisa e coerente. Esses PDV revelam, sobretudo, um conhecimento sociocultural, já que ambos os candidatos, os retomam no decorrer do desenvolvimento da escrita.

O PDV dos “invisibilizados” deveria, necessariamente, estar presente nas redações, mesmo que através do discurso indireto, como ocorreu em todos os textos analisados. Afinal, tais indivíduos eram a pauta da discussão, uma vez que os participantes do Enem deveriam problematizar sobre “invisibilidade e registro civil”. Nessa direção, já se espera, também, que o PDV dos “indivíduos de baixa renda” esteja inscrito em algumas dessas redações, tendo em vista que as principais vítimas dessa exclusão social – a invisibilidade – são esses sujeitos.

Finalmente, identificamos que o PDV do “Governo Federal” sempre foi mobilizado com o intuito de demonstrar que é de responsabilidade dessa instância buscar, propiciar e assegurar boas condições de vida aos indivíduos. A presença desse enunciador é, também, massiva, porque as próprias propostas de intervenção dos candidatos, de forma direta ou indireta, apontam a responsabilidade para o Governo.

Além disso, é necessário retomar uma questão evidenciada em nosso terceiro capítulo, especificamente, no que se refere à construção da argumentação na redação do Enem. Concordamos com Fernandes (2020, p.183) quando afirma que “a defesa do ponto de vista está relacionada a uma projeção previamente estabelecida pela banca examinadora a respeito dos

caminhos argumentativos aos quais os candidatos/autores podem/devem direcionar a produção dos seus textos”. Assim, o Inep também é um enunciador, porque através dos fatores textuais e discursivos da proposta de redação, há uma voz projetada pelo Inep que age conduzindo argumentativamente as escolhas do participante. Logo, os textos motivadores e o próprio enunciado da proposta influenciam na adoção de uma tese e nas tomadas de posição do autor.

Diante desse cenário, compreendemos que, nas redações, os PDV se materializam através da utilização de determinadas figuras/personas – filmes, séries, obras e especialistas em um determinado conceito utilizado pelo participante – que estão, diretamente, relacionadas com a competência II, que exige a mobilização de um repertório sociocultural para a comprovação de um determinado PDV (Brasil, 2022; 2023). Além disso, é possível captar, através do contexto e da referenciação, o PDV implícito de outras instâncias, como é o caso do PDV dos “invisibilizados”, presente em todas as redações nota mil apresentadas pela cartilha de 2022.

Isto posto, o próximo tópico de análise se refere à presença da voz autoral nessas redações que integram o *corpus* de análise desta dissertação.

5.2 PONTO DE VISTA E VOZ AUTURAL EM REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM

Identificados e descritos os PDV presentes nas redações nota mil, este tópico de análise discute os resultados obtidos acerca do segundo objetivo específico. Logo, verificamos como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista. Dessa maneira, as categorias que nos permitiram identificar a inscrição da voz autoral nos textos foram: i) **gerenciar os diferentes pontos de vista**; b) **manter distância**; c) **evitar mesmice**; e d) **controle do texto**. Essas categorias se resumem nas posturas apontadas por Possenti (2002; 2009; 2013), que servem para avaliar um texto como autoral ou não. Para identificar tais indícios no texto, as marcas de outras vozes, a linguagem impessoal e o encadeamento textual foram determinantes.

Considerando que no primeiro objetivo usamos os textos 01 e 02 para exemplificar a inscrição dos PDV, agora, utilizamos os textos 03 e 04 para mostrar como a voz autoral é encontrada em redações nota mil do Enem, seguindo, assim, uma ordem sequencial. Como mencionado anteriormente, a primeira categoria que elencamos para o nosso segundo objetivo específico diz respeito a “apreender diferentes pontos de vista”, que é “a habilidade de trazer pontos de vistas diferentes em um texto, sendo aqueles atribuídos a diferentes enunciadores” (Costa; Santos, 2020, p. 91). Posto isso, observemos o quadro 30:

Quadro 30: Resgate de Pontos de vista inscritos no texto 03

Locutor/enunciador	Alguns pontos de vista identificados no texto 03	Como o participante desenvolve o pdv gerenciado
Norberto Bobbio (12/e2)	“Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantia a representatividade política de todas as pessoas”.	“Para que o mecanismo democrático funcione, então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo , muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados”.
Karl Marx (13/e3)	“Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida”.	“ Sob esse viés , o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro”.
“Vidas Secas”, de Graciliano Ramos (14/e4)	“No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal”.	“Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea , uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade”.

Fonte: elaboração própria

O quadro 30 resgata os três primeiros PDV (dos locutores secundários) identificados no texto 03 e explicitados no quadro 18. A primeira coluna indica a figura responsável, a segunda faz o resgate aos PDV apresentados no tópico de análise anterior e a terceira coluna demonstra um trecho que indica como o participante dá continuidade ao PDV ilustrado. O gerenciamento desses PDV equivale ao primeiro dos indícios de autoria sugeridos por Possenti (2002; 2009; 2013). Logo, nesse momento, nos atentemos apenas a primeira e a segunda colunas do quadro.

Desse modo, L1/E1 faz a mobilização dessas formas de compreender de outros para comprovar a tese que por ele é adotada. Assim, os PDV de Norberto Bobbio, Karl Marx, “Vidas secas” (obra de Graciliano Ramos), dos indivíduos que não possuem certificado de nascimento no Brasil, dos grupos atingidos pelas raízes colônias e patriarcais da nação, entre outros, estão integrados no texto do participante do Enem para demonstrar, sobretudo, que ele sabe escrever um texto de acordo com o que é requerido pelo Inep, isto é, uma redação que atenda não só aos propósitos do gênero, mas que trata em sua totalidade acerca da “invisibilidade e registro civil”, obedecendo a temática e trazendo conceitos das mais diversas áreas para o desenvolvimento de um outro texto.

Sob esse viés, ao destacar: “Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas”, L1/E1 se apropria da visão do l2/e2 para fundamentar sua discussão iniciando pelo conceito de democracia. Outrossim, ao dizer que “para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida”, L1/E1 gerencia o PDV de l3/e3 para entrar na celeuma de discussão e apontar a desigualdade econômica como um dos fatores que propiciam a invisibilização de uma parcela de cidadãos brasileiros. Com isso, a bem-sucedida reunião de PDV de diferentes instâncias formula um novo texto, que é autoral porque o autor sabe conduzir os PDV e atribuir a cada um deles a figura responsável. Isso implica considerar que uma redação autoral tem, sim, marcas de outras vozes e, conseqüentemente, a visão de outros locutores, enunciadore ou locutores-enunciadore.

Dando seguimento à discussão sobre autoria nas redações nota mil, “manter distância” é a segunda categoria desse objetivo específico. Esse indício de autoria diz respeito às tentativas de distanciamento do produtor, buscando deixar claro que esses discursos pertencem à outras figuras – por ele mencionadas no texto – mesmo que tal PDV seja similar ao seu PDV. Quando L1/E1 consegue manter esse distanciamento, ainda é possível perceber a equivalência ou não entre os dois PDV (o do locutor principal e o da instância conduzida por ele), porque esse movimento “implica sempre uma tomada de posição” (Silva, 2020, p. 14). Para observar essa questão, voltemos à terceira coluna do quadro 30, que expõe a forma como o participante dá continuidade na escrita de seu texto, após a apresentação de um outro PDV.

Nessa linha, no primeiro PDV, que evidencia a democracia a partir do olhar de Norberto Bobbio, por exemplo, L1/E1 acrescenta:

Quadro 31: Exemplo 11

“Para que o mecanismo democrático funcione, **então, é fundamental** apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. **Contudo**, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses **direitos básicos** e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Os termos “então”, “é fundamental”, “contudo” e “direitos básicos” marcam posições adotadas pelo autor: “então” é um operador argumentativo, que está desempenhando a função de anáfora textual, considerando a situação anterior: “para que o mecanismo democrático

funcione”; “é fundamental” demarca uma opinião do autor – que existe a necessidade de apresentar uma rede estatal eficiente –; “contudo” é uma conjunção adversativa que introduz uma oposição à aquilo que foi dito, nesse contexto, justificando o fato de que a razão pela qual os brasileiros não são vistos socialmente é porque não possuem a certidão de nascimento; e “direitos básicos” demonstra que L1/E1 compreende a importância dos documentos pessoais na vida de um indivíduo. Essas quatro marcas assinalam a tomada de uma posição no texto, embora, o autor preze por uma escrita no tom impessoal.

O segundo PDV do quadro 30, que reflete sobre a desigualdade social a partir da percepção de Karl Marx, tem como continuidade o seguinte enunciado: “**Sob esse viés**, o materialismo histórico de Marx é **válido** para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, [...]”. A partir desse excerto, é possível perceber que em um único período, L1/E1 utiliza um operador argumentativo e um adjetivo, “sob esse viés” e “válido”, respectivamente, demarcando um determinado posicionamento sobre o PDV de Karl Marx: ele recupera o PDV e qualifica tal pensamento, relacionando-o com a problemática discutida.

Na mesma redação, ao tratar sobre o contexto vivenciado pela família protagonista do romance “Vidas secas”, destacando, especialmente, o fato dos dois filhos do casal não serem registrados, L1/E1 expressa um posicionamento no seguinte trecho: “[...] **o que é impensável na sociedade contemporânea**, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade”. Dessa maneira, deixando nítido a sua concepção em relação à relevância do registro civil para a construção da identidade.

No tocante à categoria de “evitar a mesmice”, essa se refere à diversidade de formas de expressão, repertório lexical e do conjunto de verbos *dicendi* – muitas vezes, utilizados no momento de dar voz ao outro por meio do discurso direto. Sob a perspectiva de Possenti (2002): não se trata de variar por variar, como se, por exemplo, o produtor do texto estivesse apenas prometendo não repetir o mesmo verbo várias vezes. De forma contrária, deve-se ter o cuidado com a seleção, porque cada escolha deve ser adequada ao contexto.

O quadro 31 apresenta alguns dos conectivos e operadores argumentativos, expressões referenciais, pronomes, substantivos e verbos *dicendi* utilizados pela autora com a intenção de mostrar para o corretor que ela faz uso de uma diversidade de formas linguísticas para evitar repetições. A grande maioria desses elementos atuam como referenciais, isto é, são empregados no texto sempre fazendo referência à um outro, mas, sobretudo, substituindo outras expressões.

Quadro 32: Diversidade de formas de expressão na redação nota mil codificada como “texto 04”

Conectivos e operadores argumentativos	Expressões referenciais	Locução prepositiva
Assim; A partir disso; Consoante esse pensamento; Contudo; Dessa forma; Nessa perspectiva; Nesse sentido; Para isso; Portanto; Tendo isso em vista.	Dessa parcela populacional; Tal contexto excludente.	De acordo; Sob a perspectiva.
Pronomes	Substantivos	Verbos <i>dicendi</i>
Dessa; Ela; Ele; Essa; Esse; Isso; No qual.	Documento; Indivíduo; País; Sociólogo.	Citar; Criticar; Informar; Ressaltar.

Fonte: elaboração própria

Vejamos o emprego dessas expressões linguísticas em um trecho da redação:

Quadro 33: Exemplo 12

“Convém **ressaltar**, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. **Nesse sentido**, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, **no qual** os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. **Consoante esse pensamento**, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, **ela** se torna incapaz de buscar a posse **dessa** garantia fundamental”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Esse é um trecho do segundo parágrafo do “texto 04”: o início do desenvolvimento da redação. Logo no início, a participante faz uso do verbo *dicendi* “ressaltar” para retomar algo anteriormente já mencionado (na introdução) – que a falta de informações é uma razão para que muitos cidadãos do país não tenham documentação pessoal. Em seguida, o conectivo “nesse sentido” é utilizado para indicar que a ideia será desenvolvida segue a mesma linha de raciocínio antes estabelecida no texto. Com intuito de evitar a repetição do substantivo e para tornar o discurso mais fluente e conciso, a autora mobiliza “no qual”, fazendo referência ao “estado de menoridade”. Além disso, a expressão “consoante esse pensamento” é empregue para desenvolver o raciocínio de Immanuel Kant, trazido para o texto e, finalmente, o pronome pessoal “ela” e o pronome demonstrativo “dessa” cumprem, nesse contexto, com a função de retomar a “significativa parcela da população” e a “formulação do registro”, respectivamente.

Assim como nesse fragmento, a participante faz uso consciente de uma diversidade de formas linguísticas durante toda a redação. Adicionalmente, as escolhas lexicais “majoritariamente”, “erradicar”, “garantias [...] previstas constitucionalmente” e “imperiosa”, no decorrer da produção de texto, revelam uma tentativa de o participante atribuir originalidade na redação, porque, apesar de serem expressões uma vez já utilizadas por diversos outros locutores “é original no sentido de ser novo, de ser uma nova forma arranjada de dizer determinado enunciado” (Silva, 2020, p. 20). Essa postura de “evitar a mesmice” dialoga com as exigências das competências I e IV do Enem, que requerem um repertório lexical e de recursos coesivos variado. Dessa forma, colaborando para a formação de um texto autoral.

O último dos indícios de autoria e, conseqüentemente, das categorias de análise elencadas para o tratamento do nosso segundo objetivo, é o “controle do texto”, que está relacionado à capacidade do autor de não “se perder” ao gerenciar diversas vozes, muitas vezes, com pontos de vista opostos (Possenti, 2009). Uma demonstração disso é ilustrada no quadro 33, que resgata os dois primeiros parágrafos da redação 04, em que, é perceptível alguns momentos de apresentação de PDV, sinalizando o fato de L1/E1 conseguir gerenciar PDV de outras vozes e, ainda sim, manter um texto coerente para o contexto comunicativo.

Quadro 34: Exemplo 13 –Ponto de vista e controle do texto

“Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos. Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania. Convém ressaltar, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. Consoante esse pensamento, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, ela se torna incapaz de buscar a posse dessa garantia fundamental. Tendo isso em vista, fica evidente que o enfrentamento à desinformação é crucial para a democratização das certidões de nascimento no Brasil e, conseqüentemente, para erradicar a subcidadania”.

Fonte: Cartilha do participante da redação do Enem 2022

No recorte apresentado acima, L1/E1 traz para o texto o PDV de Jessé de Souza – o fato do Brasil ser formado por subcidadãos – e, exemplificando, dialoga, diretamente, com o PDV dos brasileiros que não possuem a certidão de nascimento, apontando, logo depois, o PDV do governo – aquele que é responsável por combater o atentado à cidadania. No segundo parágrafo, L1/E1 mobiliza mais um PDV ao destacar a compreensão tida pelo filósofo Immanuel Kant acerca do “estado de menoridade” e sua relação com a falta de autonomia dos indivíduos, relacionando, mais uma vez, com a parcela da população que desconhece como ir em busca do

registro civil e, conseqüentemente, de seus direitos. Em virtude disso, é concludente que PDV de figuras distintas são mencionados em redações nota mil do Enem, afinal, nela, é feito um jogo de relações: trocas de perspectivas (opostas ou não) de instâncias variadas, para que um PDV central seja defendido, isto é, a tese do L1/E1.

Em suma, ainda no tocante à autoria, resgatamos o que pontua Silva (2020, p. 24), ao mencionar que essa é o resultado obtido mediante a combinação da forma e do conteúdo: “porque é reveladora da existência de um projeto de dizer para o texto, que compreende desde a seleção de palavras, o modo como são arranjadas, a estrutura do texto, a escolha das ideias a serem abordadas, o ponto de vista defendido, dentre outros aspectos”. Conseqüentemente, todos esses indícios de autoria (Possenti, 2002; 2009; 2013) revelam um maior ou menor grau de subjetividade, pois as escolhas realizadas pelo autor são suas escolhas, acarretadas de uma dada forma de ver um determinado objeto.

Os indícios de autoria, principalmente, a capacidade de gerenciar o texto, que envolve a habilidade de organizar e desenvolver ideias de modo coerente, conseqüentemente, estabelece conexão com o funcionamento argumentativo dos PDV gerenciados no texto e, também, com as posturas enunciativas (Rabatel, 2016; 2021) assumidas pelo L1/E1 ao mobilizar esses PDV, como veremos na próxima subseção deste capítulo de análise de dados.

5.3 POSTURAS ENUNCIATIVAS E FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO

Este tópico de análise está centrado no terceiro e no quarto objetivos específicos desta pesquisa. Nessa perspectiva, aqui analisamos como os participantes se posicionam enunciativamente em relação a esses PDV, adotando a **coenunciação**, a **super-enunciação** e a **subenunciação** como categorias, ou seja, as posturas enunciativas, assim estipuladas e denominadas por Rabatel (2016; 2021), e observamos o funcionamento argumentativo dos PDV alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem, tendo o **gerenciamento de pontos de vista** como categoria de análise. As marcas textuais que possibilitaram o trabalho com essas categorias de análise foram o repertório sociocultural, os argumentos, a tese e a inscrição e diálogo estabelecido entre os PDV.

Assim, nesta subseção, estabelecemos um diálogo no tratamento de ambos os objetivos, visto que compreendemos uma relação direta entre os PDV gerenciados pelo locutor enunciativo primeiro e a(s) postura(s) enunciativa(s) adotada(s) por ele, considerando que ao mobilizar um PDV no texto – que sempre estará dando suporte ao desenvolvimento da argumentação – L1/E1 assume uma postura diante dele, pois elas “configuram uma maneira dos locutores se

posicionarem num determinado campo da atividade humana, sendo, por isso, favoráveis à demarcação de um lugar de crítica” (Costa; Bernardino, 2021, p. 11).

Para observar a assunção de posturas enunciativas tomadas pelo L1/E1, é indispensável resgatar o PDV de outros enunciadores, visto que uma dada postura é tomada mediante um determinado PDV. Diante disso, a discussão deste tópico de análise se dá a partir dos PDV inscritos nos textos 05, 06 e 07. Nessa direção, o quadro 34 explicita as posturas enunciativas assumidas pelo L1/E1 ao gerenciar os PDV de outros locutores/enunciadores nesses textos.

Quadro 35: Pontos de vista e posturas enunciativas

Texto	Locutores/enunciadores gerenciados		Postura assumida por L1/E1 ao inscrever o PDV de tais enunciadores
Texto 05	I2/e2	Obra “Os Retirantes”, de Cândido Portinari	Coenunciação
	I3/e3	Historiador Caio Prado Júnior	Coenunciação
	I4/e4	Economista José Murilo de Carvalho	Coenunciação
	I5/e5	IBGE	Coenunciação
	I6/e6	Sociólogo Florestan Fernandes	Coenunciação
	e7	Brasileiros que não possuem registro civil de nascimento	Coenunciação
	e8	Países desenvolvidos	Subenunciação
	e9	População colonial	Coenunciação
	e10	População	Coenunciação
	e11	Educação brasileira	Subenunciação
	e12	Ministério da Educação	Coenunciação
Texto 06	I2/e2	Obra “Casa-grande e Senzala”, de Gilberto Freyre	Coenunciação
	I3/e3	Teórico Nick Couldry	Coenunciação
	e4	Constituição Federal	Super-enunciação
	e5	Pessoas invisíveis	Coenunciação
	e6	Escravos	Coenunciação
	e7	Governo Federal	Coenunciação
Texto 07	I2/e2	Obra “Vidas secas”, de Graciliano Ramos	Coenunciação
	I3/e3	Historiador José Murilo de Carvalho	Coenunciação
	I4/e4	Antropóloga Lilia Schwarcz	Coenunciação
	e5	“Menino mais velho” e “menino mais novo”	Coenunciação
	e6	Brasileiros invisibilizados	Coenunciação
	e7	Parte da sociedade	Subenunciação
	e8	Poder executivo Federal	Coenunciação

Fonte: elaboração própria

De acordo com o quadro 34, a coenunciação está consideravelmente presente nas redações nota mil analisadas, havendo apenas três ocorrências de subenunciação e uma de super-enunciação. Para melhor compreender o quadro, resgatamos alguns dos trechos em que apresentam os PDV de alguns desses enunciadores, a começar pela introdução do texto 05, que apresenta a escolha das primeiras posturas das redações, considerando a negociação de sentidos entre L1/E1 e os outros locutores e enunciadores inscritos.

Quadro 36: Exemplo 14

“Em sua obra ‘Os Retirantes’, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos. **A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais**, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover a cidadania, bem como o principal entrave que impede que tantas pessoas não se registrem”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

No excerto 14, L1/E1 exprime um conteúdo proposicional em coprodução com o PDV de l2/e2 – a obra “Os retirantes” – ou seja, há um PDV comum entre essas instâncias enunciativas. Assim, o locutor apropria-se do dizer de outro, identificado a partir do primeiro segmento do texto, confirmando-o, sobretudo, da seguinte maneira: “a crítica de Portinari continua válida nos dias atuais”. Nesse movimento, a coenunciação é aqui marcada, principalmente, pela validação atribuída à crítica de Portinari, realizada na obra “os retirantes”: a denúncia pela desigualdade socioeconômica vivenciada pelos brasileiros, que acaba se tornando, inclusive, um dos motivos para não serem alvos dessa invisibilidade.

Esse PDV acaba se configurando como um argumento pelo exemplo, isto é, L1/E1 faz a menção desse repertório sociocultural com a intenção de trazer algo do universo literário para mostrar que a questão está presente em situações reais, proporcionando, de forma indireta, a persuasão. Desse modo, ele tem um funcionamento argumentativo específico: atua, especialmente, apresentando o contexto para a apresentação da tese. É interessante perceber isso, porque nos faz compreender que na redação do Enem não existe apenas dois argumentos (como sugerido pela cartilha), mas que, desde a introdução, a argumentação está presente no gênero, o que nos faz relacionar às reflexões de Amossy (2008; 2011; 2020) e Rabatel (2016; 2021).

De maneira similar, a adoção de posturas também é percebida no desenvolvimento da redação. O excerto 15 é constituído pelo segundo parágrafo do texto 07, que nos dá sustentação para continuar compreendendo a operacionalização da coenunciação em redações nota mil.

Quadro 37: Exemplo 15

“Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. **Isso acontece, porque, como já estudado** pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. **Sob essa ótica**, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Ao analisar a parte, é possível identificar que, logo no primeiro período do texto, L1/E1 apresenta seu PDV – sua tese, a tese do texto – fazendo, em seguida, menção explícita ao historiador José Murilo de Carvalho, locutor enunciador secundário, ao dizer “isso acontece, porque, como já estudo pelo [...]”. Assim, ele age conduzindo esse, com intuito de fundamentar e reforçar o PDV que a ele foi imputado, visto que o locutor primário afirma que o deficitário registro civil repercute na falta de pertencimento como cidadão brasileiro e se apropria das reflexões de José Murilo de Carvalho sobre a necessária coexistência dos direitos sociais, políticos e civis para a existência de uma cidadania completa no Brasil, para confirmar a assertividade do seu dizer. Esse engajamento entre PDV e locutores enunciadores, e o desenvolvimento desse diálogo, marcado por “sob essa ótica [...]”, se configura como um argumento de autoridade e contribui para a argumentatividade presente na redação.

Além dessas ocorrências de gerenciamentos coenunciativos, também destacamos aquelas situações em que o PDV do outro quase não é percebido dentro das redações, mas que são retratados de forma empática. Essa questão é ilustrada no quadro 36, com a presença da população com escasso sentimento de pertencimento e da população colonial.

Quadro 38: Exemplo 16

“Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, **esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país.** Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Como mencionado anteriormente, L1/E1 também adota posturas nessas situações que parecem não ter PDV de outros, mas há. Em vista disso, os PDV da população com escasso sentimento de pertencimento e da população colonial demonstram um posicionamento coenunciativo, uma vez que o locutor principal é simpatizante com o PDV desses enunciadores. Portanto, ao dizer que os países desenvolvidos (postura sub-enunciativa) não se preocuparam com a população colonial, L1/E1 demonstra, indiretamente, uma sensibilidade com o PDV do enunciador, por exemplo. Esses enunciadores mencionados no exemplo 16 e os outros, retomados no quadro 34, de forma geral, funcionam argumentativamente para demarcar, sobretudo, a coerência no tratamento do tema, isto é, a obediência à temática, dado que

representam, em sua maioria, indivíduos e grupos mencionados pelo L1/E1 para produzir um texto centrado no tópico discursivo.

Como apresentado pelo quadro 34, identificamos nos textos 04, 05 e 06 três momentos em que, ao empregar os PDV dos enunciadores, os locutores primários dessas redações assumem a postura de subenunciação. Isso quer dizer que L1/E1 não concorda totalmente sempre com às proposições de outras vozes, podendo fazer uso de um determinado PDV para revelar uma postura diferente do total consenso. Por conseguinte, duas ocorrências de subenunciação foram percebidas no texto 05 e uma no texto 07. O quadro 37 ilustra esse movimento:

Quadro 39: Exemplos 17, 18 e 19 – Subenunciação

Subenunciação	
Texto 05 Exemplo 17 Segundo parágrafo	“Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. [...]”
Exemplo 18 (Terceiro parágrafo)	“Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra . Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção no sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. [...]”
Texto 07 Exemplo 19 (Terceiro parágrafo)	“[...] Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade : das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial”.

Fonte: Elaboração própria

Tendo em vista os exemplos 17, 18 e 19, presentes no quadro 37, demonstram a presença de subenunciação. No excerto 17, L1/E1 gerencia o enunciador “países desenvolvidos”, através da discordância concordante, pois traz o PDV de quem não se preocupou com a população colonial. Então, ele está compartilhando do PDV da população colonial e discordando do PDV dos países desenvolvidos. Agora, L1/E1 se apropria do enunciador “educação brasileira”, apresentando o seu perfil e demarcando um posicionamento contrário ao que, segundo ele, ela objetiva: formar a população apenas como mão de obra. Essa postura enunciativa é marcada, sobretudo, através do advérbio “apenas”, que dá base para o desenvolvimento do argumento.

No texto 07, L1/E1, adota uma postura subenunciativa quando menciona o enunciador “parte do restante da sociedade”, marcando a discordância. De acordo com o projeto de dizer

de L1/E1, essa parcela é responsável, entre outras questões, pela descriminação que sofrem os indivíduos e povos invisibilizados. Nessas três mobilizações, conscientemente ou não, L1/E1 entende que tais PDV não são seus, resultando a subenunciação.

Nas três redações nota mil utilizadas para o tratamento dos dois últimos objetivos específicos, há uma única ocorrência de super-enunciação. Vejamos:

Quadro 40: Exemplo 20 – Super-enunciação

“A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática”.
--

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*

Nesse cenário, a super-enunciação pode ser observada a partir da resposta de L1/E1 em relação à e2 (Constituição) sobre o seu objetivo de assegurar direitos básicos para todos os cidadãos. Nesse excerto, a forma como se deu o gerenciamento do PDV e o modo como L1/E1 se colocou e, assim, desenvolveu o conteúdo, viabiliza a interpretação de que o PDV de e2 é mais ou menos validado por locutor primário, uma vez que a partir da conjunção “entretanto” ele faz uma reformulação do enunciado anteposto acrescentado o seu modo de compreender o assunto: afirmando que, na prática, esses direitos não estão sendo garantidos.

L1/E1 gerencia o PDV da constituição para buscar mostrar como os princípios presentes nela não se aplicam na prática, o que se configura como um argumento de autoridade, dada sua importância como documento legal fundamental. Mesmo fazendo um posicionamento que demonstre ressalvas na aplicabilidade real dos princípios defendidos pela Constituição, esse enunciador é mobilizado para fundamentar o raciocínio desenvolvido na redação.

Perante o exposto, conclui-se que nas redações nota mil do Enem, L1/E1 declara acordo na grande maioria dos eventos de imputação dos enunciados, assumindo, assim, a coenunciação. Por outro lado, a validação parcial e a discordância dos PDV não têm um número significativo de ocorrências nas redações, assim, a super-enunciação e a subenunciação estão menos presentes no *corpus*. Entretanto, independente da postura adotada, os PDV estão sempre inscritos com a intenção de fundamentar a tese adotada pelo participante, desempenhando um papel essencial no caráter argumentativo das redações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos investigar o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021. Esse objetivo geral foi impulsionado por certas questões-problemas que surgiram como foco principal de nossa investigação e contribuíram para a fundamentação de nosso estudo.

Em vista disso, questionamo-nos, inicialmente, como ocorre o processo de inscrição de pontos de vista em redações nota mil do Enem, o que nos levou ao nosso primeiro objetivo específico de identificar e descrever os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas. Uma segunda questão era entender como os participantes inscrevem uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista. Logo, traçamos o segundo objetivo específico: verificar como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista. Além disso, uma outra questão era compreender como os participantes se posicionam sobre os pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem. Essa questão motivou o objetivo de analisar como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem. Finalmente, indagamos como ocorre o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem. Tal indagação nos levou ao objetivo de observar o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem.

Levando em consideração essas questões e objetivos de pesquisa, realizamos o seguinte percurso: i) identificamos e descrevemos os pontos de vista inscritos nas redações nota mil do Enem a partir de marcas textuais-enunciativas; ii) verificamos como os participantes inscrevem no texto uma voz autoral para defender sua tese ao mobilizar pontos de vista; iii) analisamos como os participantes se posicionam enunciativamente em relação aos pontos de vista alheios convocados nas redações nota mil do Enem; iv) observamos o funcionamento argumentativo dos pontos de vista alheios convocados pelos participantes nas redações nota mil do Enem.

No capítulo II, por ser o capítulo das teorias utilizadas no trabalho, buscamos compreender a Abordagem Enunciativa e Pragmática da Narrativa (Rabatel, 2016; 2021) e, portanto, aspectos eminentes a ela, como as instâncias enunciativas narrador e enunciador, o fenômeno ponto de vista, os tipos de pontos de vista e as posturas enunciativas, por exemplo. Além disso, em uma segunda subseção, procuramos mostrar o caráter interdisciplinar,

principalmente, apresentando a sua relação com a Análise do Discurso e a própria Linguística da Enunciação, discutindo, assim, acerca da autoria e da argumentação, fazendo uma ponte desses conceitos com o próprio PDV.

No capítulo IIII, desenvolvemos uma discussão consistente sobre o gênero redação do Enem, abordando o percurso histórico do exame, a caracterização dessa produção textual enquanto gênero do discurso de macroestrutura argumentativa, as competências linguístico-textuais-discursivas de avaliação e aspectos acerca do ensino de redação, destacando os modelos coringas e os documentos que norteiam o Ensino Médio: o Referencial Curricular e a Base Nacional Comum Curricular.

Dado o conjunto de questões de pesquisa identificadas e os objetivos delineados – uma vez aqui já apresentados – em um primeiro momento, observamos que na redação nota mil do Enem, L1/E1 gerencia PDV de outros locutores (que também são enunciadores) e enunciadores. Ao analisar os textos, verificamos que os PDV mais explícitos são as vozes que possuem responsabilidade de figuras como cientistas, geógrafos, historiadores, filósofos, sociólogos, obras literárias e outras instâncias que são apresentadas no texto através narração ou asserção, e que, portanto, possuem um determinado turno de fala no texto. Esses PDV são trazidos através do discurso direto, seja mediante uma citação direta ou uma ideia que é explanada para dar sustentação à tese adotada, mas, sempre fazendo referência à essa determinada instância.

Além disso, há PDV presentes no texto que são representados, isto é, trazidos de forma empática para melhor abordar a temática determinada pelo Inep. O PDV dos indivíduos invisibilizados, por exemplo, está presente em todos os textos analisados, uma vez que o tema da proposta de redação gira em torno desse enunciador. Entretanto, essa figura não tem um momento explícito de fala, uma vez que é apenas mencionado no texto e seu PDV pode não ser facilmente detectado.

Na redação do Enem, o Inep também se configura como um enunciador, porque ele tem uma voz que está instaurada em todos os textos, considerando que estipula parâmetros textuais e discursivos, a começar pelo próprio tema apresentado pela proposta de redação. Isso nos faz remeter ao que pontua Fernandes (2020) sobre haver um regime enunciativo presente na prova, porque o próprio exame age influenciando o participante a adotar um PDV com base no que é esperado, ou seja, o Inep tem uma parcela de responsabilidade na tese adotada pelo L1/E1.

Em um segundo momento, constatamos que os participantes que obtiveram nota mil na redação conseguem administrar os indícios de autoria indicados por Possenti (2002; 2009; 2013): apreender os diferentes pontos de vista, manter distância, evitar mesmice e controle do texto. No que diz respeito à apreensão dos diferentes pontos de vistas, percebemos que uma

redação autoral tem marcas de outras instâncias (locutores e enunciadores), pois o autor sabe conduzir os PDV e atribuir a responsabilidade enunciativa a tais formas de compreender um objeto. Acerca do distanciamento, verificamos, em consonância com Silva (2020) que, mesmo quando o autor consegue manter o distanciamento em relação aos PDV gerenciados no texto, ainda é possível perceber, a equivalência (ou não) entre o PDV de L1/E1 e o da instância mobilizada, uma vez que o locutor primário sempre demonstra uma dada posição diante do ato de inserção de um dado PDV.

Já a postura de “evitar a mesmice” diz respeito ao grau de singularidade marcado pela presença do PDV de outros enunciadores no texto, demonstrando que o participante faz relações diversas (intertextuais e referenciais) para a defesa de sua tese. Ademais, a mesmice também pode ser evitada por meio de um amplo repertório lexical, porque isso mostra que o participante preza pela não repetição excessiva. O “controle do texto”, por seu turno, é certificado mediante a capacidade de fazer escolhas e utilizá-las de forma apropriada, sem fugir do conteúdo temático, dos propósitos e da linha de raciocínio desenvolvida no decorrer da escrita.

Todos esses aspectos são indispensáveis em redações nota mil do Enem, isso quer dizer que, todos os textos que compõem o *corpus* de análise são constituídos por esses quatro indícios de autoria. Certamente, aqueles textos que não apresentarem um ou mais dessas posturas não são avaliados com mil pontos pelos avaliadores.

Tendo em vista essas ponderações, em um terceiro momento, verificamos que das três posturas enunciativas, a coenunciação está consideravelmente presente nas redações nota mil que constituem o nosso *corpus* de análise. Com isso, apreendemos que nas tomadas de posturas enunciativas, L1/E1 assume, na maior parte das vezes, a coprodução de um PDV comum e compartilhado entre sua voz e a voz de um e2. Assim sendo, continuamente, o posicionamento dos enunciadores secundários são avaliados, retomados e validados pelo L1/E1, resultando em uma orientação argumentativa partilhada entre essas instâncias. Nessa direção, ocorrências de gerenciamento de PDV em que L1/E1 faz validações mais ou menos partilhadas (isto é, que concorda parcialmente) com aquele PDV, acrescentando sua maneira de compreender um objeto – a super-enunciação – e ocorrências de mobilizações de PDV marcando a discordância entre tais formas de perceber o objeto – a subenunciação – estão menos presentes nas redações nota mil do Enem.

Em um quarto momento, constatamos que ao gerenciar os PDV e aderir à uma das posturas enunciativas, é possível observar o funcionamento argumentativo dos PDV trazidos para a produção textual. Por conseguinte, esses PDV acabam sempre dando suporte para o desenvolvimento de um determinado argumento e, consequentemente, colabora na defesa da

tese adota por L1/E1. Assim, nas redações nota mil do Enem, ao gerenciar outros PDV e, portanto, outros enunciadores, L1/E1 acaba se apropriando das vozes/argumentos de outros para fundamentar a sua ideia.

Com essas considerações, e percebendo a necessidade de mobilizar e aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para desenvolver argumentativamente o tema proposto – competência II – e inscrever uma voz autoral na defesa de uma tese a ele relacionado – competência III – acreditamos que esse estudo pode não só aprofundar as reflexões sobre a redação nota mil do Enem, mas, também, impactar diretamente no ensino de redação do Enem na Educação Básica. Afinal, ao se inscrever no exame, o participante deve estar preparado para o contexto, demonstrar domínio das habilidades de escrita e, sobretudo, ter consciência linguística. Nesse sentido, (re)conhecer os aspectos textuais e enunciativos da redação nota mil do Enem é compreender como todo o processo de escolhas influencia no sentido do texto e como a posição bem fundamentada do autor pode contribuir para a argumentatividade e persuasão do texto.

Com todas essas reflexões, chegamos ao final desta dissertação de mestrado, ressaltando a importância do desenvolvimento de outras pesquisas com esse perfil, porque ainda há uma grande complexidade em torno do gênero redação do Enem e, também, professores e alunos que, embora compreendam a necessidade de estudar e dominar essa produção textual, muitas vezes não sabem as melhores maneiras de alcançarem tal objetivo. Ainda é possível pensar em problematizações diversas sobre o gênero redação do Enem, inclusive, na continuação da que propusemos em nossa própria pesquisa, que proporciona novas possibilidades. Dessa forma, é necessário que as discussões acerca do ponto de vista não se limitem à teoria, mas pensar, de fato, em estratégias de ensino de PDV na Educação Básica e Superior, ampliando o acesso às reflexões de Alain Rabatel (2016; 2021).

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. N. Exercício da cidadania e direitos humanos: as funções da competência v na redação do enem. In: GARCEZ, L. H. C; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2017. p. 231-241.
- ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADAM, J. M. **Textos, tipos e protótipos**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.
- AMOSSY, R. A argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 01. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação do ENEM 2022**: Cartilha do participante. Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1 jun. 1998. Seção 1, p. 5.
- BRASIL. Ministério da saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário oficial da união**. Brasília, 24 mai. 2016. Seção 1. p. 44.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2023.

BRAIT, B. Bakhtin: Conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos:** por um interacionismo sóciodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

BOFF, L. **A águia e a galinha:** uma metáfora da condição humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CABRAL, A. L. T. O conceito de plano de texto: contribuições para o processo de planejamento da produção escrita. **Linha D'Água**, v. 26, n. 2, p. 241-259, 2013.

CALABRIA, V. F. S. **O ensino e a aprendizagem do gênero textual redação do ENEM:** mecanismos enunciativos na construção da autoria na argumentação. 414 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

CARNEIRO, L. A. G. **As implicações da cristalização da redação do ENEM no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa na Educação Básica.** 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CAVALCANTE, F. M. L; SILVA, A. A. A redação do Enem: um estado do conhecimento. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 23, n. 2, p. 51-70, 13 out. 2023.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística Textual e Argumentação.** Campinas: Editora Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M; *et al.* **Linguística Textual:** conceitos e aplicações. Campinas: Pontes, 2022.

CAVALCANTE, M. M. **Relações entre as competências avaliativas do Enem.** Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2023. p. 48-58.

CONSUL, M. Os discursos direto e indireto à luz da enunciação. **Ao pé da letra**, p. 87-104, 2008.

COSTA, G. A; MARTINS, A. R. D. A escrita do texto dissertativo-argumentativo: um estudo de caso sobre as competências 2 e 3 do ENEM. **Mandinga-Revista de Estudos Linguísticos (ISSN: 2526-3455)** , v. 1, pág. 56-67, 2020.

COSTA, J; BERNARDINO, R. A. S. Responsabilidade enunciativa e posturas do locutor-enunciador em redações do ENEM. **Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação**, 21(2), 5 – 24, 2021.

COSTA, L. R. O; SANTOS, S. A. Uma possibilidade de autoria em textos dissertativo-argumentativos: propostas de atividades. **Revista Linguagem em Foco**, v. 12, n. 1, p. 86-101, 2020.

COSTA, S. S. **A construção do sentido no texto dissertativo-argumentativo em redações do ENEM**. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

COSTA VAL, M. G; MENDONÇA, M. Coesão nominal: relacionar, categorizar e... argumentar. In: GARCEZ, L. H. C; CORRÊA, V. R (org.). **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores**. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2017. p. 205-212.

CUSTÓDIO-FILHO, V. CAVALCANTE, M. M. Ponto de vista em Linguística Textual: efeitos argumentativos e aplicações no ensino de Língua Portuguesa. **Ensin@ UFMS**, v. 4, n. 8, p. 379-403, 2023.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonia y Argumentacion**. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análises del Discurso. Cali: Univerdidad del Valle, 1988.

FIGUEIREDO, L. C. **A redação pelo parágrafo**. Ed. UnB, 1995.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2023.

FLEURY, M. T. L; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, v. 5, p. 183-196, 2001.

FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: FOUCAULT. **Ditos & Escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FRANCHI, E. **A redação na escola**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCISCO, D. L. A avaliação de redações do Enem quanto às situações que levam à anulação. In: GARCEZ, L. H. C; CORRÊA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores**. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2017. p. 221-230.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROSSARD, E. C. M. A teoria do dialogismo de Bakhtin e a polifonia de Ducrot: Pontos de contato. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 3, n. 3.1, p. 159-170, 2009.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre- Editora da UFRGS, 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, N. M. T. Argumentação linguística, enunciação e polifonia. **Letras de Hoje**, v. 51, n. 1, p. 65-72, 2016. FERNANDES, L. A. M. L. **O funcionamento enunciativo da argumentação**: a prova de redação do ENEM. 196 f. Tese (Doutorado) -Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

GONZAGA, E. S. Seleção e avaliação de argumentos. In: GARCEZ, L. H. C; CORRÊA, V. R. **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2017. p. 173-181.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

KOCH, I. V; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

LEBLER, C. D. C; LANES, L. G. A tríade plano de texto, argumentação e autoria na redação do Enem. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, p. 38-54, 2021.

LIMA, L. M. A. **A proposta de redação do ENEM e a apropriação do discurso de outrem nos textos dos candidatos**. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. A noção de autor em análise do discurso. In: MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MATA, A. L. N. Originalidade e consciência da escrita: indícios de autoria na argumentação em textos escolares. In: GARCEZ, L. H. C; CORRÊA, V. R. **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2017. p. 95-99.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUESI, S. C; *et al.* Plano de texto e contexto: conceitos em interface para o tratamento da escrita e da leitura em mídia digital. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória - ES, v. 13, n. 25, p. 40-59, out. 2019.

MELATI, N. M. **Avaliação e retórica**: uma análise da proposta de redação do ENEM. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

MORAES, S. C. L. **A redação do ENEM 2017**: um olhar bakhtiniano. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

MOREIRA, M. S. A. D. **A responsabilidade enunciativa em resenhas cinematográficas**: uma proposta didática para a produção de textos em sala de aula. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2020.

MOROSINI, M. C; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

NASCIMENTO, J. L. B. **Argumentação dialógica e indícios de autoria em redações nota mil do ENEM**. 113 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

NASCIMENTO, D. P. **A responsabilidade enunciativa e a construção da dimensão argumentativa em sentenças judiciais relacionadas à pornografia de vingança**. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, F. C. C. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do ENEM**. 167 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza - CE, 2016.

OLIVEIRA, I. F. A. **Subsídios para o trabalho com o gênero discursivo redação do ENEM**. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Linguística, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2020.

_____. Subsídios para o trabalho com o gênero discursivo redação do ENEM. **Revista Interfaces**, v. 12, n. 01, p. 242-258, 2021.

OLIVEIRA, V. M. **Redações nota mil do Exame Nacional Do Ensino Médio (ENEM) 2017**: uma análise bakhtiniana. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade de Taubaté, Taubaté - SP, 2019.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019, 157 p. v. 1.

PARREIRA, M. S. **Da leitura-interpretação da proposta à avaliação da argumentação na redação do ENEM**: a apropriação da língua (escrita) e o repertório do participante. 211 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

PASSEGGI, L. *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, M. Q.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

PEREIRA, K. A. L. **A sequência argumentativa na estrutura interna da redação do ENEM**. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PINHO, D. A. C. **A redação do ENEM para além de uma dissertação-argumentativa**: um estudo avaliativo. 52 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Avaliação, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2016.

PINTO, R; MACAGNO, F. Argumentação verbo-visual no gênero textual anúncio publicitário: uma proposta de análise. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 39, p. 1-28, 2023.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. In: POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

POSSENTI, S. Notas sobre a questão da autoria. In: **Revista Matraga**, v. 20. N. 32. Rio de Janeiro, 2013.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./jun. 2002.

RABATEL, A. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. São Paulo: Cortez, 2016.

RABATEL, A. **Homo Narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa (volume 2). Natal, RN: Edufrn, 2021.

RABATEL, A. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Trad. Weslin de Jesus Santos Castro. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul/dez. 2016.

REZENDE, C. A. P. **Uma análise discursiva sobre os direitos humanos nas redações do ENEM**. 74 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Franca, Franca, 2014.

RIO GRANDE DO NORTE. SEEC - Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer. Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar. Natal, 2021. Disponível em: < <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/seec/DOC/DOC00000000 0278463>.> Acesso em: 20 ago. 2022.

RODRIGUES, P. C. **A produção textual no Ensino Médio**: os documentos oficiais de ensino, o livro didático e a prova de redação do ENEM. 205 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SÁ, K. B. **Coerência e articulação tópica**: uma análise a partir de redações do ENEM. 260 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SEBA, A. L. D. V; COSTA, E. P. M. A promessa da redação enem nota mil nas redes sociais: uma análise enunciativo-discursiva de um perfil no instagram. **Revista ECOS**, v. 32, n. 01, p. 243-263, 2022.

SILVA, A. A. Índícios de autoria na argumentação de alunos concluintes do ensino médio: análise de textos e notas sobre a formação de professores de língua portuguesa. In: SILVA, A. A. **Autoria e plágio em debate**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

SILVA, B. C. **“Eu não trabalho de outra forma, eu penso ENEM”**: a proposta de redação do ENEM e suas implicações no trabalho com produção de texto. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, C. C. **Diálogos sobre a redação do ENEM**: representações sociais de alunos do ensino médio de um campus do IFPR. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Letras, Universidade Estadual do Oeste Paraná, Cascavel, 2020.

SOUSA, F. D. **Livre-arbítrio versus soberania divina: responsabilidade enunciativa e polêmica na obra nascido escravo, de Martinho Lutero**. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2022.

SOUSA, F. D; BESSA, M. A. P; BERNARDINO, R. A. S. "O que Achamos do Filme 365 DNI": responsabilidade enunciativa e atos ilocucionários no gênero podcast. **Diálogo das Letras**, v. 9, p. 1-20, 2020.

SOUSA, H. H. T; ZAVAM, A. Responsabilidade enunciativa e ponto de vista: análise de um pronunciamento de Jair Bolsonaro sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 17, n. 36, p. 74-93, 2023.

TRAVAGLIA, L. C. Sobre a possível existência de subtipos. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. João Pessoa, 2009. p. 2632- 2641.

VICENTINI, M. P. **A redação no ENEM e a redação no 3º ano do Ensino Médio**: efeitos retroativos nas práticas de ensino da escrita. 264 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.